



Concessionária BR 040 S.A.

CNPJ 19.726.048/0001-00

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

A Companhia

Aos Acionistas

Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades no exercício de 2021, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acrescidas do balanço social, o qual consideramos importante para divulgar para a sociedade, parceiros, investidores e usuários, a responsabilidade social da Concessionária BR 040 S.A. – Via040.

Este relatório está em conformidade com a Resolução da ANTT 3.847 de 20 de junho de 2012, que aprovou o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal concedida.

Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Introdução

A Via 040

A “Concessionária BR 040 S.A. – Via040” ou “Companhia” é uma sociedade por ações de propósito específico, cujo objeto social consiste exclusivamente na administração e exploração do sistema rodoviário da BR-040. Foi constituída em 2014, sendo o contrato de concessão no trecho compreendido entre Brasília-DF e Juiz de Fora-MG, com extensão de 936,8 quilômetros, assinado com o Governo Federal em 12 de março de 2014, pelo prazo de 30 anos. A Companhia é uma empresa controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR.

Em 11 de setembro de 2017, a Companhia protocolou junto à ANTT pedido de adesão ao processo de relicitação proposto pelo Governo Federal, nos termos da Lei nº 13.448/2017. No dia 7 de agosto de 2019, foi publicado o Decreto nº 9.957/2019, do Poder Executivo, regulamentando o procedimento para relicitação de que trata a referida Lei. Neste dia, a Companhia então divulgou por meio de Fato Relevante que prosseguiria com os trâmites para a devolução amigável da concessão, nos termos do referido Decreto. No dia 20 de agosto de 2019, a Companhia protocolou junto ao órgão regulador, a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, o complemento do teor do requerimento de relicitação da Concessão. No dia 28 de novembro de 2019, a ANTT publicou a Deliberação nº 1.015, atestando a viabilidade técnica e jurídica do requerimento de relicitação. Em 13 de janeiro de 2020, os Ministros de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República e da Infraestrutura, publicaram a Resolução nº 105, onde opinaram favoravelmente e submeteram à deliberação do Presidente da República a qualificação do pedido de relicitação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – PPI. Em 18 de fevereiro de 2020, o Presidente da República, por meio do Decreto nº 10.248, deliberou pela qualificação da relicitação da BR-040/DF/GO/MG, no âmbito do PPI. Em 20 de novembro de 2020, foi assinado o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão que estabelece, dentre outras matérias, as condições para prestação dos serviços de operação, manutenção, conservação e monitoração da BR-040/DF/GO/MG, a serem mantidos pela Via 040 até 18 de fevereiro de 2022. Nesta mesma data, foi assinado novo Termo Aditivo prorrogando a vigência do contrato de concessão por 18 meses, a contar de 19 de fevereiro de 2022.

Destques do Ano

- Instalação de 2 passarelas nos Km 509 e Km 532, em Ribeirão das Neves
- 16 intervenções de grande porte em terraplenos e drenagens entre a Região Metropolitana de Belo Horizonte e Santos Dumont, sendo um dos trechos de maior movimento da via

Sustentabilidade dos Negócios

Gestão pela Qualidade Total

Em 2020, a Via 040 recebeu a recertificação da ISO 14001 e a certificação da ISO 9001. As duas normas foram certificadas através de auditorias feitas pela Fundação Vanzolini, tendo validade até janeiro de 2023. A ISO 14001 foi conseguida através da implementação e manutenção do Sistema de Gestão Ambiental das atividades executadas na sede administrativa para monitoração da operação, manutenção e conservação da rodovia, bem como, o sistema de arrecadação das praças de pedágio ao longo dos 936,8 Km da rodovia situada no DF/GO/MG. A ISO 9001 foi conquistada através da implementação e manutenção das atividades executadas para o planejamento, manutenção e conservação do pavimento, conserva verde, terraplenos, obras de arte corrente, instalações elétricas, sinalização e elementos de proteção e segurança, ao longo de toda a extensão da via.

Ética e Compliance

O Grupo INVEPAR possui um programa voltado à prevenção, detecção e remediação de ilícitos e desvios de ética e de conduta, chamado de Programa de Integridade, que consiste em um conjunto de práticas, políticas, regulamentos, procedimentos e instruções de trabalho, que se aplica a todas as empresas do Grupo.

O Programa de Integridade foi construído com base no perfil de riscos de conformidade identificados e avaliados e está adequado a sua natureza de atuação. Os riscos de conformidade são avaliados semestralmente pela Diretoria Jurídico e Compliance da INVEPAR. O modelo de atuação do Programa de Integridade contempla 6 pilares que atuam de forma interdependente e correlacionam-se:

- i. Cultura e Governança;
- ii. Avaliação dos riscos de Compliance;
- iii. Pessoas, competência e estrutura de Compliance;
- iv. Políticas e procedimentos;
- v. Comunicação e treinamento;
- vi. Monitoramento, teste e reporte.

No âmbito do Programa de Integridade, o Grupo possui também uma Política de Integridade, revisada e aprovada em dezembro de 2018 pela Diretoria Executiva da INVEPAR e aplicada a todas as empresas controladas, incluindo a Companhia, que estabelece os mecanismos gerais de conduta a todos os colaboradores e acionistas, destacando os seguintes elementos:

- i. Relacionamento com agentes públicos;
- ii. Contratação de Pessoa Politicamente Exposta;
- iii. Contratação de terceiros;
- iv. Doações e patrocínios;
- v. Fusões, aquisições, associações e/ou consórcios.

A Política de Integridade deve ser seguida por todos aqueles que estejam presentes na cadeia de valor do Grupo, incluindo, sem limitação, a seus empregados, estagiários, jovens aprendizes, diretores estatutários, membros do conselho de administração, membros de comitês, prestadores de serviços, fornecedores, e aqueles que atuem em nome de qualquer empresa do Grupo INVEPAR.

Relacionamento com a Sociedade

As boas práticas de sustentabilidade estão incorporadas na cadeia de valor do Grupo Invepar bem como no seu direcionamento estratégico.

Equilíbrio e Respeito

Busca conscientizar a população sobre a segurança na mobilidade urbana e promove diversas ações educativas. Uma dessas ações é a Blitz Educativa, onde motoristas e pedestres recebem orientações e folhetos alertando sobre as consequências da utilização do celular ao volante e outras situações de risco.

Projeto Aliança pela Vida

Grupo de trabalho formado pela Via 040 e por representantes do poder público e de entidades do setor, projeto que tem como objetivo discutir e implantar melhorias de segurança para o Anel Rodoviário de Belo Horizonte.

Meio Ambiente

Sempre vigilante às questões ambientais, a Via 040 monitora e avalia constantemente os impactos de seus negócios ao meio ambiente. Contamos ainda com os processos estabelecidos na NBR ISO 14.001/2015 que, auxiliam na identificação e gestão dos riscos ambientais associados aos processos internos das atividades desenvolvidas pela organização. Abaixo são apresentados alguns indicadores ambientais da Companhia nos últimos anos.

Consumo de Água

Em 2021, houve variação de 5% se comparado com 2020, sendo identificado através dos monitoramentos mensais alguns pontos de vazamentos que contribuíram para esse aumento. Com a adoção do modelo híbrido de home office para alguns colaboradores administrativos, em virtude da pandemia do COVID-19, houve pequena redução no consumo de água da sede administrativa da Via 040.

Consumo de Energia

Em 2021, não teve implantação de recursos que justificassem para uma redução de energia. Entretanto, constatou-se variação pouco significativa no aumento do consumo de energia em relação a 2020 e pode ser justificado pelo retorno das atividades em modo geral, em virtude da flexibilização, com variação de 3%.

Consumo de Combustível

Em 2021, houve variação de 6% se comparado com 2020, devido a maior utilização pelo setor administrativo em 2021, com o arrefecimento da pandemia. Outro fator, foi a liberação de veículos operacionais do Trecho 01 para trabalho nos demais trechos da rodovia, elevando o consumo de diesel, em razão da alta demanda.

Em relação a atividade de operação, em 2021 houve redução de 10% no número de atendimentos na rodovia, se comparado a 2020. Portanto, cabe destacar que os fatores citados acima foram fundamentais para o aumento.

Emissões de GEE (Escopo 1 e 2)

Em 2021, tivemos aumento de 37% nas emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa) do Escopo 1, sobretudo devido ao aumento do número de supressões de árvores nativas e exóticas com risco eminente de queda aos usuários da rodovia. A atividade de supressão vegetal foi responsável pela emissão total de 1.913,10 ton (2021).

Nas emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa) do Escopo 2, ocorreu a atualização dos fatores de emissões de eletricidade do Sistema Interligado Nacional - SIN em 2021, o que causou a elevação do resultado de emissões se comparado a 2020. Vale destacar que a variação do consumo de energia em 2021 se comparado a 2020 foi de 3%, percentual considerado de baixa significância.

Resíduos

A Via 040 possui o PGRS-Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos em conformidade com Lei Federal 12.305/10. Os resíduos gerados pelo empreendimento são provenientes das áreas administrativas, sanitários e dos serviços rotineiros relativos às atividades de operação e manutenção da rodovia BR 040.

São estabelecidos os procedimentos operacionais para a coleta, transporte, destinação e disposição final dos resíduos sólidos gerados e recolhidos pela empresa e contratadas, observando suas características conforme a legislação vigente, para assegurar sua correta manipulação e adequada destinação e disposição final, contribuindo assim com a saúde pública e o meio ambiente.

Os resultados dos resíduos destinados diretamente pela Via 040 em 2021 se comparado a 2020, constam na tabela abaixo.

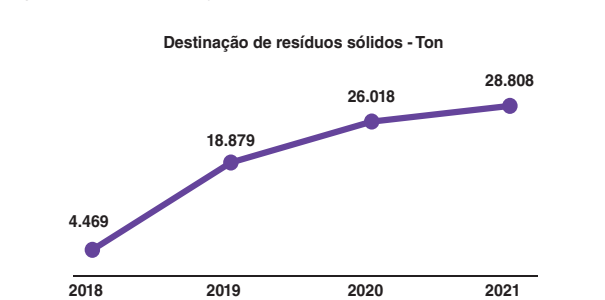
Resíduos	Und.	2021	2020	Variação
Recicláveis	Ton	52,4	47,5	10%
Não recicláveis e orgânicos	Ton	30,7	39,0	-21%
Perigosos	Ton	5,1	11,9	-57%
Material Fresado	Ton	28.720,0	25.920,0	11%
Quantidade total	Ton	28.808	26.018	11%

De acordo com consolidado total, em 2021 houve variação positiva de 11% na destinação de resíduos se comparado a 2020, em razão do aumento na geração de material fresado na atividade de recuperação de pavimento, que necessitou de mais equipes mobilizadas no período.

Os recicláveis variaram em 10%. Cabe destacar que os resíduos recicláveis classe II foram direcionados para associações de reciclagem ao longo da rodovia, contribuindo com papel social de gerar renda para famílias que trabalham nessa atividade.

Em relação aos resíduos não recicláveis, orgânicos e perigosos destinado, houve redução significativa.

No gráfico abaixo consta a variação de resíduos desde 2018



Em 2018, faltou a contabilização do material fresado doado, sendo ajustado em 2019. Os resíduos relacionados a conserva da rodovia e atendimento pré-hospitalar não foram contabilizados acima, visto o controle indireto.

Projeto Raízes para o Futuro

Desenvolvido pela Via 040, em parceria com o Instituto Estadual de Florestas (IEF), com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Goiás (Semad-GO) e a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), o projeto consiste no plantio e manutenção de árvores. Em Minas Gerais, a iniciativa está em andamento no Parque Estadual de Paracatu (PEP), localizado às margens da BR-040, e na Fazenda Experimental Chapéu D'Uvas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, localizada no município de Ewbank da Câmara. Já em Goiás, o projeto está em execução no Parque Estadual João Leite, em Goiânia. Os três locais irão receber, ao todo, cerca de 539 mil novas árvores, contribuindo para a conservação ambiental e propiciando a precipitação pluvial, o desenvolvimento da flora e a proteção da fauna nas regiões beneficiadas. O projeto, foi iniciado em dezembro de 2019, com previsão de término até 2025, e continua garantindo a manutenção, acompanhamento e desenvolvimentos das árvores.

Recursos Humanos

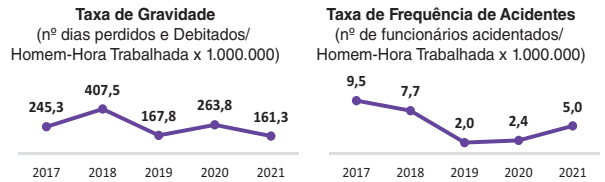


Em 2021, houve aumento do quadro funcional da companhia resultado da reestabilização do VDM, sendo necessário mais contratação, além de transferências pontuais da holding devido a descentralização de algumas atividades.

No contexto da pandemia, em 2021, foi possível adotar o modelo híbrido de trabalho para alguns colaboradores administrativos. Todos os colaboradores pertencentes ao grupo de risco foram afastados e foram adotadas as medidas de proteção recomendadas pelos órgãos de saúde para os funcionários alocados nas operações, além de priorizar as reuniões por videoconferência e reforço na higienização de todos os locais de trabalho.

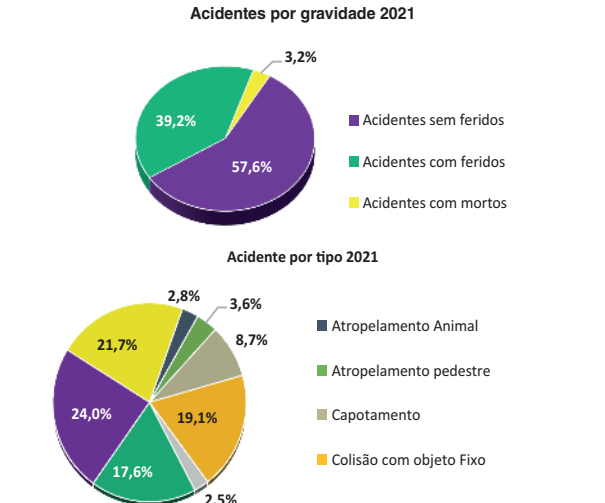
Com relação a Segurança e Saúde no Trabalho, a Taxa de gravidade foi menor que 2020 devido aos acidentes terem sido com menor gravidade, não resultando em vários dias de afastamento. Dos 8 acidentes, 3 deles com mais de 15 dias de afastamento, não ultrapassando 60 dias. Mesmo com uma taxa de frequência maior do que 2020, a taxa de gravidade foi menor.

Com relação a taxa de frequência, observa-se um aumento devido ao turnover com grande contratação de novos colaboradores oriundos do reflexo da pandemia e com o ano de 2021, resultado da reestabilização do VDM. Nota-se que dos acidentes ocorridos a maioria foi com colaboradores com menos de 1 ano de casa. Seguem gráficos das respectivas taxas:



Segurança no Trânsito

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade e por quantidade de sinistros. A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.



Dados da Operação da Concessão Veículos Alocados

Na tabela abaixo são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipo de veículos	Quantidade	Qtde/100Km
AMBULÂNCIA	34	4
BOIADEIRO	6	1
CAÇAMBA	2	0
COMPRESSOR	3	0
EMPLILHADEIRA	2	0
FURGÃO	28	3
PIPA / GUINCHO / MINI CARREGADEIRA	45	5
MOTOCICLETA	4	0
MUNCK	7	1
PICK-UP	26	3
PINTURA	3	0
CESTO AÉREO	1	0
ROLO COMPACTADOR / VIBRATORIO	3	0
SEMI REBOQUE / CARRETINHA	14	1
VEÍCULO ADMINISTRATIVO	65	7
VEÍCULO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	16	2
Total	259	27

Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipo da Função	Quantidade	Qtde/VDMA
GER OPERAÇÃO VIA040	1	47
COORD OPERAÇÃO	4	188
SUPERVISOR OPERAÇÃO	4	188
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	9	423
SUPERVISOR CCO RODOVIAS	1	47
OP CENTRO CONTROLE OPERACIONAL	19	893
OPERADOR ATENDIMENTO VIARIO I	143	6.725
OPERADOR ATENDIMENTO VIARIO II	37	1.740
OPERADOR ATENDIMENTO VIARIO III	4	188
AUXILIAR OPERAÇÃO	2	94
Total de Pessoal Operacional	224	10.535
SUPERVISOR PESAGEM	1	47
OPERADOR PESAGEM	18	846
Total de Pessoal Pesagem	19	893
LIDER PRAÇA	43	2.022
MOTORISTA	21	988
OPERADOR PEDÁGIO	243	11.427
Total de Pessoal de Pedágio	307	14.437
Total de Pessoal	550	25.864

Política de Distribuição de Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente. Desde a sua constituição e até o último exercício social, inclusive, a Companhia não auferiu lucros e, por isso, não foram distribuídos dividendos, bem como outros tipos de proventos ao seu acionista controlador.

Planejamento Empresarial

A Companhia tem obtido resultados satisfatórios no atingimento das metas empresariais fixadas pelo Conselho de Administração, buscando adaptar-se rapidamente às mudanças decorrentes do cenário econômico e demandas da agência reguladora na execução do contrato de concessão.

Resultados

Contexto Econômico

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 2021, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cresceu 4,6% sendo maior que o PIB dos últimos 3 anos (2018, 2019 e 2020). Pressionado pela alta da inflação, que termina o ano acumulada em mais de 10%, o Banco Central elevou a Selic de 2%, no início de 2021, para 9,25% ao final do ano, voltando ao patamar de meados de 2017. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2021 com alta de 10,06% o Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M) encerrou o ano com alta acumulada de 17,78%. Embora alguns setores tenham recuperado seu desempenho (serviços), muitos outros seguem sentindo o impacto da pandemia (comércio, turismo). Para o seguimento de rodovias, segundo dados da ABCR, houve aumento de 8,1% em 2021, no fluxo de veículos. No caso da Via 040, foi registrado aumento de 8,5%.

A administração da Companhia seguirá atenta a toda e quaisquer informações e/ou eventos relacionados a este tema, de forma a deixar seus acionistas e o mercado em geral informados acerca de mudanças de avaliação ou de outros fatores que tragam efeitos relevantes para os negócios.



Concessionária BR 040 S.A.

CNPJ 19.726.048/0001-00

Receita e Mercado

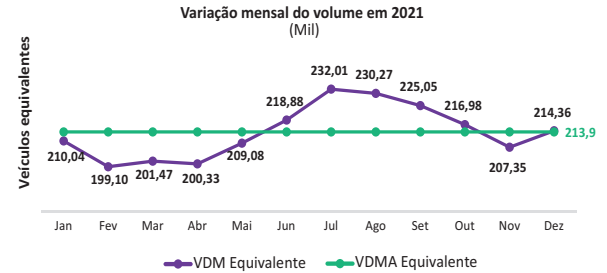
As tarifas de pedágio cobradas pela Concessionária BR 040 S.A. – Via040 são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. A tarifa básica praticada em 2021 foi R\$ 5,30 até 19/12/2021 e a partir de 20/12/2021 a tarifa passou a ser de R\$ 5,80. Em 2021, trafegaram 34,2 milhões de veículos nas 11 praças de pedágio, volume 8,5% maior em relação a 2020.

A receita com pedágio da Companhia atingiu o valor de R\$ 414,9 milhões, com aumento de 11,5% sobre 2020. Quando adicionadas as receitas acessórias obtidas no período, o montante registrado passa a R\$ 424,3 milhões.

Indicadores Operacionais

Caracterização do Tráfego

Na figura é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente. O Volume Diário Médio Equivalente previsto não foi exigido quando da proposta para esta concessão.



Desempenho Operacional

Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria mostram que o fluxo total de veículos pelas rodovias pedagiadas para as rodovias sob o regime de concessão privada registraram aumento de 8,1% em 2021, resultado do aumento de 6,8% dos veículos pesados e de 8,6% dos veículos leves. Em 2020, o índice teve queda de 16,9%.

Desempenho Operacional (mil)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
VEPs¹	19.592	19.647	-0,3%	78.117	70.196	11,3%
Veículos leves	5.432	5.573	-2,5%	20.074	18.804	6,8%
Veículos Pesados	14.160	14.074	0,6%	58.043	51.392	12,9%
Tráfego²	8.932	9.049	-1,3%	34.192	31.517	8,5%
Veículos Leves	5.507	5.616	-1,9%	20.330	18.995	7,0%
Veículos Pesados	3.254	3.286	-1,0%	13.235	11.965	10,6%
Veículos Isentos	171	147	16,3%	627	557	12,6%
Tarifa Média (R\$)	5,37	5,30	-	5,31	5,30	-

Tarifa

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em todas as praças de pedágio, por categoria de veículo e em reais.

Praça de pedágio	Cobrança	Categoria de Veículo											
		1 eixo simples	0,5 eixo simples	1,5 eixo simples	2 eixos simples	2 eixos duplos	3 eixos duplos	4 eixos duplos	5 eixos duplos	6 eixos duplos	7 eixos duplos	8 eixos duplos	9 eixos duplos
P01, P02, P03, P04, P05, P06, P07, P08, P09, P10 e P11	Até 19/12/21	5,30	2,65	7,95	10,60	10,60	15,90	21,20	26,50	31,80	37,10	42,40	47,70
P01, P02, P03, P04, P05, P06, P07, P08, P09, P10 e P11	De 20/12/21 em diante	5,80	2,90	8,70	11,60	11,60	17,40	23,20	29,00	34,80	40,60	46,40	52,20

Receitas

Receita Operacional (R\$ mil)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Receita Bruta	108.731	135.313	-19,6%	431.080	500.263	-13,8%
Receitas com Pedágio	105.161	104.178	0,9%	414.915	372.227	11,5%
Receitas Acessória	2.514	2.484	1,2%	9.359	9.736	-3,9%
Receita de Construção (IFRS)	1.056	28.651	-96,3%	6.806	118.300	-94,2%
Receita Bruta Ajustada¹	107.675	106.662	0,9%	424.274	381.963	11,1%
Deduções da Receita Bruta	(8.875)	(8.775)	1,1%	(34.816)	(31.400)	10,9%
Receita Líquida Ajustada¹	98.800	97.887	0,9%	389.458	350.563	11,1%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.

A Receita Líquida Ajustada aumentou 11,1% no ano de 2021, em relação a 2020, e atingiu R\$ 389,5 milhões. A elevação da Receita Líquida Ajustada no ano de 2021 foi impactada principalmente no aumento de VEP¹s pesados em 2021, tendo um acréscimo de 12,9%.

Custos e Despesas

Custos e Despesas (R\$ mil)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Pessoal	(18.506)	(12.567)	47,3%	(57.059)	(64.180)	-11,1%
Conservação & Manutenção	(48.321)	(26.352)	83,4%	(253.699)	(84.894)	198,8%
Operacionais	(29.926)	(21.345)	40,2%	(132.477)	(76.904)	72,3%
Despesas Administrativas	(2.445)	(6.478)	-62,3%	(12.793)	(11.396)	12,3%
Outras receitas/despesas	875	4.979	-82,4%	15.072	4.795	214,3%
PCLD/Reversão ou Provisão						
para riscos	76.312	(6.430)	-1.286,8%	74.926	26.892	178,6%
Impairment	-	(271.730)	-100,0%	-	(271.730)	-100,0%

Custos & Despesas

Administráveis	(22.011)	(339.923)	-93,5%	(366.030)	(477.417)	-23,3%
Depreciação e Amortização	(18.889)	(19.378)	-2,5%	(76.260)	(76.164)	0,1%

Custos & Despesas

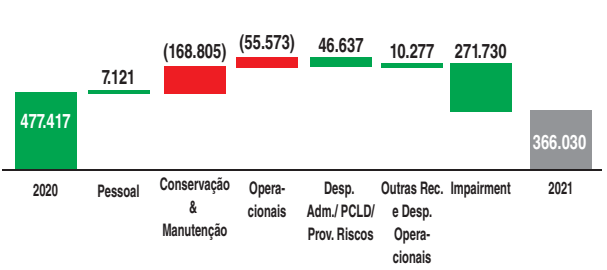
Operacionais Ajustados¹	(40.900)	(359.301)	-88,6%	(442.290)	(553.581)	-20,1%
Provisão para manutenção (IFRS)	-	13.918	-100,0%	-	10.457	-100,0%
Custo de Construção (IFRS)	(1.056)	(28.651)	-96,3%	(6.806)	(118.300)	-94,2%

Custos & Despesas

Operacionais	(41.956)	(374.034)	-88,8%	(449.096)	(661.424)	-32,1%
--------------	----------	-----------	--------	-----------	-----------	--------

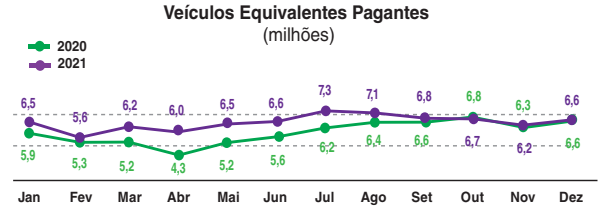
Os Custos e Despesas Operacionais totalizaram R\$ 449,1 milhões em 2021, uma redução de 32,1% quando comparado ao ano anterior. Os maiores registros em Conservação & Manutenção e Custos Operacionais, devido aos serviços de pavimentação e conservação de toda extensão da via, em razão da assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. Por sua vez, o maior estorno em provisões para contingências, o aumento das outras receitas e despesas operacionais, principalmente pelo recebimento de sinistros em 2021 no montante de R\$ 13,1 milhões referente a deslizamentos de taludes ocorridos ao longo da via, além do registro de *Impairment* ocorrido em sua totalidade em 2020, não sendo necessário complemento de registro em 2021, contribuíram para a melhora dos custos e despesas operacionais.

Variação dos Custos e Despesas Administráveis (R\$ Mil)



¹ VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo.

² Refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia. A Via040 registrou 78,1 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes – VEPs, em 2021, representando um aumento de 11,3% em relação a 2020. Somente considerando o 4T21 verifica-se uma redução de 0,3% quando comparado ao 4T20, chegando ao montante de 19,6 milhões de VEPs.



Aspectos Financeiros

Aspectos Gerais

O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a Receita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão.

Receita - R\$ mil	2021	Acumulada
Receita com Pedágio	414.915	1.846.637
Receita extraordinária	9.359	43.890
Total	424.274	1.890.527

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão. Os valores estão expressos a preços da data de apresentação da proposta de tarifas.

Investimentos - R\$ mil	2021	Acumulada
Investimentos	7.212	551.446
Custos Operacionais - R\$ mil	2021	Acumulada
Investimentos	512.456	1.618.859

A tabela mostra o valor total dos ISS repassados para as prefeituras no ano base e no acumulado desde o início das operações.

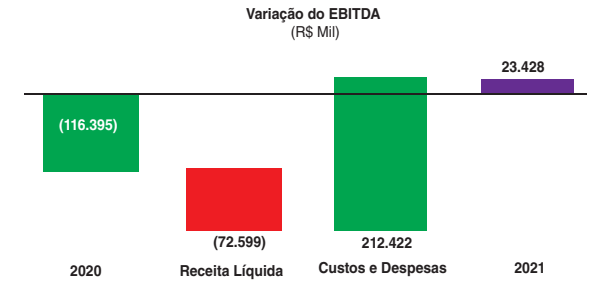
ISS - R\$ mil	2021	Acumulada
ISS total PAGO	19.445	85.644

EBITDA

EBITDA E MARGEM EBITDA (R\$ mil)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Lucro (Prejuízo) Líquido	25.745	(362.228)	-60,6%	(149.323)	(378.693)	-60,6%
Resultado Financeiro Líquido	32.535	115.408	-71,8%	98.009	187.949	-47,9%
IRPJ & CSLL	(379)	(674)	-16,4%	(1.518)	(1.815)	-16,4%
Depreciação e Amortização	18.889	19.378	-2,5%	76.260	76.164	-10,0%
EBITDA ICVM 527	76.790	(228.115)	-133,7%	23.428	(116.395)	-120,1%
Margem EBITDA	76,9%	-180,3%	257,1 pp	5,9%	-24,8%	30,7 pp
Receita de Construção (IFRS)	(1.056)	(28.651)	-96,3%	(6.806)	(118.300)	-94,2%
Custo de Construção (IFRS)	1.056	28.651	-96,3%	6.806	118.300	-94,2%
Provisão de Manutenção (IFRS)	-	(13.918)	-100,0%	-	(10.457)	-100,0%
Reversão ou Provisão para riscos	(78.051)	7.682	-1.116,2%	(76.962)	(27.322)	181,7%
Impairment	-	271.730	-100,0%	-	271.730	-100,0%
EBITDA Ajustado¹	(1.261)	37.379	-103,4%	(53.534)	117.556	-145,5%
Margem EBITDA Ajustada¹	-1,3%	38,2%	-39,3 pp	-13,7%	33,5%	-47,2 pp

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e Custo e Construção, à Provisão para Manutenção, a reversão de provisão para contingências judiciais e *Impairment*.

O EBITDA em 2021 foi de R\$ 23,4 milhões. Esse melhor desempenho é explicado devido a menores custos e despesas, principalmente pela não necessidade de registro de *Impairment* no período, tendo sido totalmente contabilizado em 2020 no valor de R\$ 271,7 milhões.



Resultado Financeiro Líquido

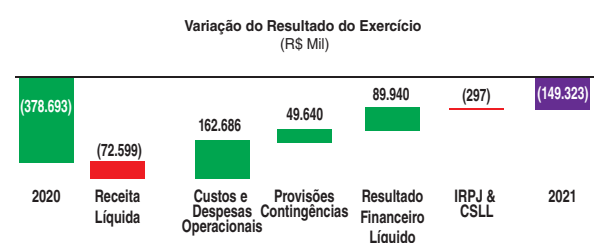
Resultado Financeiro (R\$ mil)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Resultado Financeiro	(32.535)	(115.408)	-71,8%	(98.009)	(187.949)	-47,9%
Receitas Financeiras	721	220	229,2%	2.110	1.681	25,5%
Juros sobre aplicações financeiras	317	34	857,6%	913	164	456,7%
Variação monetária	405	185	118,4%	1.197	1.478	-19,0%
Descontos obtidos	-	1	0,0%	-	39	-100,0%
Despesas Financeiras	(33.256)	(115.627)	-71,2%	(100.119)	(189.629)	-47,2%
Comissões e despesas bancárias	(23.676)	(44.597)	-46,9%	(47.748)	(56.700)	-15,8%
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.016)	(66.357)	-95,5%	(32.017)	(114.882)	-72,1%
Variação monetária	(218)	(205)	6,9%	(590)	(492)	19,9%
Outros	(6.346)	(4.469)	42,0%	(19.764)	(17.555)	12,6%

O Resultado Financeiro Líquido de 2021 melhorou quando comparado a 2020, devido, principalmente, pelo reconhecimento no resultado de custos incorridos, quando da quitação do empréstimo ponte junto ao BNDES em outubro de 2020. Desde então, a remuneração da dívida que era mensal, passou a ser devida trimestralmente, além de ter alterado a remuneração, que passou de TJLP+2% a.a. para CDI+1% a.a..

Resultado do Exercício

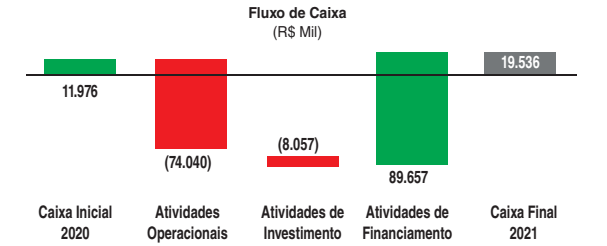
Resultado Líquido (R\$ mil)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Lucro/Prejuízo do Exercício	25.745	(362.228)	-107,1%	(149.323)	(378.693)	-60,6%

A Via 040 encerrou o ano de 2021 com Prejuízo Líquido de R\$ 149,3 milhões tendo uma melhora de R\$ 229,4 milhões quando comparado à 2020, refletido pela melhora dos custos e despesas operacionais, bem como do resultado financeiro líquido, ambos já explicados em tópicos anteriores.



Fluxo de Caixa

No ano de 2021, a Via 040 apresentou saldo final de caixa de R\$ 19,5 milhões, um aumento de 63,1% em relação a 2020, explicado pelo melhor desempenho das atividades de financiamento.



Investimentos

Devido à assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, que estabelece condições para prestação dos serviços de operação, manutenção, conservação e monitoração da via, diversos projetos de CAPEX foram transferidos para OPEX diminuindo consideravelmente o que será considerado como investimento na Companhia. O montante investido no período 2021 ficou em R\$ 8,1 milhões.

Investimentos (R\$ mil)	2021	2020	Δ
Investimento Total	8.057	121.404	-93,4%
Imobilizado	845	3.058	-72,4%
Intangível	7.212	118.346	-93,9%
Intangível em construção	7.212	118.346	-93,9%

Captações de Recursos

Disponibilidades e Endividamento (R\$ mil)	2021	2020	Δ
Dívida Bruta	(945.540)	(905.088)	4,5%
Curto Prazo	(943.360)	(6.692)	13996,8%
Empréstimos e Financiamentos	(943.360)	(6.692)	13996,8%
Longo Prazo	(2.180)	(898.396)	-99,8%
Empréstimos e Financiamentos	(2.180)	(898.396)	-99,8%
Disponibilidades	19.536	11.976	63,1%
Dívida Líquida	(926.004)	(893.112)	3,7%

A Dívida Líquida da Companhia aumentou 3,7% em 2021, atingindo R\$ 926 milhões. A Dí



Concessionária BR 040 S.A.

CNPJ 19.726.048/0001-00

ANEXOS Concessionária em Números

Dado	Unidade de Medida ou comentário	Dados Anuais - 2021												
Quilômetros de rodovia	Quilômetros	936,8												
Número de veículos que transitaram	Quantidade por eixos simples e duplos	0,5 eixo simples	2 eixos simples	3 eixos simples	4 eixos simples	2 eixos duplos	3 eixos duplos	4 eixos duplos	5 eixos duplos	6 eixos duplos	7 eixos duplos	8 eixos duplos	9+ eixos duplos	Total
		574.161	20.050.741	202.325	20.856	2.891.525	2.231.347	2.310.383	1.498.274	2.910.853	786.600	16.200	682.442	34.175.707
Número de praças de pedágio	Quantidade	11												
Tarifa	R\$. Por tipo de veículos.	1 eixo simples	0,5 eixo simples	1,5 eixo simples	2 eixos simples	2 eixos duplos	3 eixos duplos	4 eixos duplos	5 eixos duplos	6 eixos duplos	7 eixos duplos	8 eixos duplos	9 eixos duplos	
	Até 19/12/2021	5,30	2,65	7,95	10,60	10,60	15,90	21,20	26,50	31,80	37,10	42,40	47,70	
	De 20/12/2021 em diante	5,80	2,90	8,70	11,60	11,60	17,40	23,20	29,00	34,80	40,60	46,40	52,20	
Número de quilômetros mantidos	Quilômetros	936,8												
Índice de congestionamento	-	Não mensurado.												
	Volume do trânsito corrigido por fatores de tipo de veículo	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21	
Trânsito Médio Diário Equivalente		6.511.120	5.574.774	6.245.695	6.009.888	6.481.506	6.566.401	7.192.405	7.138.363	6.751.422	6.726.297	6.220.449	6.645.036	
Trânsito Diário Anual Equivalente	Média Anual	213,9 mil VEP/dia												
Equipes utilizadas pelo concessionário	Pessoal, veículos e máquinas	Total de Pessoal Operacional - 224												
		Total de Pessoal Pesagem - 19												
		Total de Pessoal de Pedágio - 307												
		Total de Pessoal - 550												
Índices de qualidade de estrada	-	Não mensurado.												
Receita de pedágio	Em R\$ mil	414.915												
Custos associados às receitas de pedágio	Em R\$ mil	512.456												

Fator Trabalho	Unidade de Medida ou comentário	Dados Anuais - 2021												
Número de Trabalhadores	Por tipo de atividade e por categoria de trabalho	Ger. Oper.	Coord. Oper.	Super. Oper.	Assist. Adm. e Aux. Oper.	Sup. CCO	Op. CCO	Op. Atend.	Sup. Pesag.	Op. Pesag.	Líder Praça	Motorista	Op. Ped.	Total
	R\$ mil. Por tipo de atividade e por categoria de trabalho	1	4	4	11	1	19	184	1	18	43	21	243	550
Despesas de Pessoal		Operações: 43.761			Administrativo: 11.957			Diretoria: 1.327			Temporário: 0			

Fator Capital	Unidade de Medida ou comentário	Dados Anuais - 2021				
Despesas de Depreciação / Amortização	R\$ mil. Depreciação é o Linear. Para a Amortização considera-se o prazo de concessão da rodovia.	76.260				
Ativo Líquido	R\$ mil. Ativo Total menos Passivo Total	-252.581				
Ativo Bruto	R\$ mil. Passivo Total	987.828				
Série Histórica dos Investimentos	R\$ mil	2017	2018	2019	2020	2021
		223.597	88.695	113.596	118.346	7.212
Custos de Oportunidade do Capital	R\$ mil	Não informado.				

Fatores Intermediários	Unidade de Medida ou comentário	Dados Anuais - 2021			
Despesas em Administração	R\$ mil. Não inclui despesas trabalhistas administrativas	12.793			
Despesas em Manutenção e Conservação	R\$ mil	253.699			
Outras Receitas Operacionais	R\$ mil	15.072			

Seguridade	Unidade de Medida ou comentário	Dados Anuais - 2021		
Quantidade de Acidentes	Quantidade. Sem feridos, com feridos e com mortos.	Sem feridos	Com feridos	Com mortos
		2.743	1.868	153
Indicadores	Unidade de Medida ou comentário	Dados Anuais - 2021		
Receita por veículo	R\$. Receita Operacional Bruta Total dividida pela quantidade total de veículos. R\$ mil	5,32		
	R\$. Custos e Despesas Total dividido pela quantidade total de veículos.	6,56		
Custo por veículo				

Balanco Social

1 - Base de cálculo	2021 - valor			2020 - valor		
Faturamento bruto (FB)	424.274			381.963		
Receita Líquida (RL)	389.458			350.563		
Resultado operacional (RO)	-52.832			-192.560		
Folha de pagamento bruta (FPB)	23.990			20.006		
Folha de pagamento bruta - Total remunerações	23.990			20.006		
2 - Indicadores sociais internos	Valores 2021 em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valores 2020 em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	3.618	0,9%	0,9%	4.214	1,1%	1,2%
Encargos sociais	10.429	2,5%	2,7%	9.156	2,4%	2,6%
Previdência privada	177	0,0%	0,0%	175	0,0%	0,0%
Saúde	4.092	1,0%	1,1%	4.077	1,1%	1,2%
Segurança e Saúde no trabalho	–	0,0%	0,0%	–	0,0%	0,0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	234	0,1%	0,1%	104	0,0%	0,0%
Creches ou auxílio creche	147	0,03%	0,0%	85	0,0%	0,0%
Participações nos lucros ou resultados	–	0,0%	0,0%	1.978	0,5%	0,6%
Outros	–	0,0%	0,0%	–	0,0%	0,0%
Total - Indicadores sociais internos	18.697	4,4%	4,8%	19.789	5,2%	5,6%
3 - Indicadores sociais externos	Valores 2021 em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valores 2020 em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Educação	–	0,0%	0,0%	–	0,0%	0,0%
Cultura	–	0,0%	0,0%	–	0,0%	0,0%
Saúde e saneamento	–	0,0%	0,0%	–	0,0%	0,0%
Esporte	–	0,0%	0,0%	–	0,0%	0,0%
Combate à fome e segurança alimentar	–	0,0%	0,0%	–	0,0%	0,0%
Outros	–	0,0%	0,0%	–	0,0%	0,0%
Total de contribuição à sociedade	–	0,0%	0,0%	–	0,0%	0,0%
Tributos (Exceto encargos sociais)	19.929	4,7%	5,1%	15.071	3,9%	4,3%
Total - Indicadores sociais externos	19.929	4,7%	5,1%	15.071	3,9%	4,3%
4 - Indicadores ambientais	Valores 2021 em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valores 2020 em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária:	233	0,1%	0,1%	–	0,00%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	1.015	0,2%	0,3%	698	0,18%	0,20%
Total de investimentos em meio ambiente	1.015	0,2%	0,3%	698	0,18%	0,20%

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:	(X) Não possui metas	(X) Não possui metas
	() Cumpre de 0 a 50%	() Cumpre de 0 a 50%
	() Cumpre de 50 a 70%	() Cumpre de 50 a 70%
	() Cumpre de 75 a 100 %	() Cumpre de 75 a 100 %

5 - Indicadores do corpo funcional	2021	2020
Nº de colaboradores ao final do período e tempo de serviço	791	768
Até seis meses	14,92%	13,54%
De seis meses a um ano	9,48%	7,42%
Entre um e dois anos	15,55%	14,58%
Entre dois e cinco anos	26,30%	33,72%
Mais de cinco anos	33,75%	30,73%

5 - Indicadores do corpo funcional	2021	2020
Nº de admissões durante período	193	206
Nº de demissões durante período	229	321
Nº de colaboradores terceirizados	1.154	1.143
Nº de estagiários (as)	8	9
Nº de colaboradores com até 18 anos	-	-
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	110	108
Nº de colaboradores entre 25 anos e 45 anos	599	570
Nº de colaboradores acima de 45 anos	82	90
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	308	294
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	12,90%	12,90%
Remuneração paga para as mulheres no período	R\$ 563.731,17	R\$ 538.106,97
% de negros (as) que trabalham na Concessionária	9,23%	7,81%
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0,00%	0,00%
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	29	30
Total de horas extras trabalhadas	19.219 horas	18.480 horas

5 - Indicadores do corpo funcional - Em R\$ mil	Valores 2021 em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valores 2020 em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Total de horas extras pagas	738	0,2%	0,2%	565	0,2%	0,2%
Total de INSS pago	7.982	1,9%	2,0%	6.745	1,7%	1,9%
Total de FGTS pago	2.447	0,6%	0,6%	2.411	0,6%	0,7%
Total de Contribuição Sindical paga	-	0,0%	0,0%	3	0,0%	0,0%
Total dos demais encargos sociais pagos	-	0,0%	0,0%	41	0,0%	0,0%
Total do ICMS recolhido no período	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Total do IR recolhido no período	-	0,0%	0,0%	-1.118	-0,3%	-0,3%
Total de CSLL recolhido no período	-	0,0%	0,0%	-403	-0,1%	-0,1%
Total de PIS recolhido no período	2.499	0,6%	0,6%	2.530	0,7%	0,7%
Total de COFINS recolhido no período	11.553	2,7%	3,0%	11.690	3,1%	3,3%
Total de outros tributos recolhidos no período	-	0,0%	0,0%	51	0,0%	0,0%

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2021	2020
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	1.856,00%	1.856,00%
Número total de acidentes de trabalho	5	4

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção (X) direção e gerências () todos os colaboradores	() direção (X) direção e gerências () todos os colaboradores
--	--	--

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências () todos os colaboradores	(X) direção e gerências () todos os colaboradores
--	---	---

Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	(X) todos + CIPA () não se envolve () segue as normas OIT () incentiva as normas da OIT	(X) todos + CIPA () não se envolve () segue as normas OIT () incentiva as normas da OIT
---	---	---

A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerências (X) todos os colaboradores	() direção () direção e gerências (X) todos os colaboradores
----------------------------------	--	--

A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerências (X) todos os colaboradores	() direção () direção e gerências (X) todos os colaboradores
--	--	--

Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos () não se envolve	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos () não se envolve
---	---	---

Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	(X) apóia () organiza e incentiva	(X) apóia () organiza e incentiva
---	---	---

% de reclamações e críticas solucionadas:	100% na concessionária 100% no PROCON 55% na Justiça	98,9% na concessionária 0% no PROCON 9,2% na Justiça
---	--	--

Valor adicionado total a distribuir - Distribuição do Valor Adicionado	2021	2020
Governo	94%	54%
Acionistas	-248%	-402%
Colaboradores	81%	42%
Terceiros	172%	206%
Retido	-127%	0%



Concessionária BR 040 S.A.

CNPJ 19.726.048/0001-00

Balço Patrimonial		
Ativo (R\$ Mil)	2021	2020
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	19.536	11.976
Contas a receber	25.234	23.802
Estoques	6.112	4.961
Tributos a recuperar	3.376	3.111
Adiantamento de obrigações trabalhistas	2.490	1.032
Seguros a apropriar	4.281	4.042
Total Ativo Circulante	61.029	48.924
Ativo Não Circulante		
Tributos a recuperar	2.078	2.022
Depósitos judiciais	6.541	4.842
Imobilizado	10.736	12.964
Intangível	907.444	973.488
Total Ativo Não Circulante	926.799	993.316
TOTAL DO ATIVO	987.828	1.042.240

Passivo (R\$ Mil)	2021	2020
Passivo Circulante		
Fornecedores	55.553	44.875
Empréstimos e financiamentos	943.360	6.692
Obrigações com empregados e administradores	12.977	6.475
Tributos a recolher	5.846	4.026
Adiantamentos de clientes	23	22
Provisão ambiental	993	993
Outras contas a pagar	8.336	–
Total do Passivo Circulante	1.027.088	63.083
Passivo Não Circulante		
Fornecedores	–	2.805
Empréstimos e financiamentos	2.180	898.396
Partes relacionadas	48.437	31.843
Impostos diferidos passivos	36.068	37.587
Provisão para riscos processuais	47.437	123.955
Provisão ambiental	1.513	1.143
Total do Passivo Não Circulante	135.635	1.095.729
TOTAL DO PASSIVO	1.162.723	1.158.812
Patrimônio Líquido		
Capital social	1.029.899	1.013.899
Prejuízos acumulados	(1.279.794)	(1.130.471)
Total do Patrimônio Líquido	(249.895)	(116.572)
Adiantamento para futuro aumento de capital	75.000	–
Total do Patrimônio Líquido e AFAC	(174.895)	(116.572)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	987.828	1.042.240

Demonstração do Resultado						
Demonstração do Resultado (R\$ mil)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Receita Bruta	108.731	135.313	-19,6%	431.080	500.263	-13,8%
Receitas com Pedágio	105.161	104.178	0,9%	414.915	372.227	11,5%
Receitas Acessória	2.514	2.484	1,2%	9.359	9.736	-3,9%
Receita de Construção (IFRS)	1.056	28.651	-96,3%	6.806	118.300	-94,2%
Deduções da Receita Bruta	(8.875)	(8.775)	1,1%	(34.816)	(31.400)	10,9%
Receita Líquida	99.856	126.538	-21,1%	396.264	468.863	-15,5%
Custos & Despesas	(41.956)	(374.034)	-88,8%	(449.096)	(661.424)	-32,1%
Pessoal e encargos	(18.506)	(12.567)	47,3%	(57.059)	(64.180)	-11,1%
Conservação & Manutenção	(48.321)	(26.352)	83,4%	(253.699)	(84.894)	198,8%
Operacionais	(29.926)	(21.345)	40,2%	(132.477)	(76.904)	72,3%
Demais despesas operacionais e administrativas	74.742	(279.659)	-126,7%	77.205	(251.439)	-130,7%
Provisão para manutenção	–	13.918	-100,0%	–	10.457	-100,0%
Depreciação e amortização	(18.889)	(19.378)	-2,5%	(76.260)	(76.164)	0,1%
Custo de Construção	(1.056)	(28.651)	-96,3%	(6.806)	(118.300)	-94,2%
RESULTADO OPERACIONAL	57.900	(247.496)	-123,4%	(52.832)	(192.561)	-72,6%
Resultado Financeiro	(32.535)	(115.408)	-71,8%	(98.009)	(187.948)	-47,9%
Receitas Financeiras	721	220	229,2%	2.110	1.681	25,5%
Juros sobre Aplicações Financeiras	317	34	857,6%	913	164	456,7%
Variação monetária	405	185	118,4%	1.197	1.478	-19,0%
Descontos obtidos	–	1	0,0%	–	39	-100,0%
Despesas Financeiras	(33.256)	(115.627)	-71,2%	(100.119)	(189.629)	-47,2%
Comissões e despesas bancárias	(23.676)	(44.597)	-46,9%	(47.748)	(56.700)	-15,8%
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.016)	(66.357)	-95,5%	(32.017)	(114.882)	-72,1%
Variação monetária	(218)	(205)	6,9%	(590)	(492)	19,9%
Outros	(6.346)	(4.469)	42,0%	(19.764)	(17.555)	12,6%
RESULTADO ANTES DE IR & CSLL	25.365	(362.904)	-107,0%	(150.841)	(380.509)	-60,4%
IR & CSLL	379	674	-43,8%	1.518	1.815	-16,4%
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	25.744	(362.231)	-107,1%	(149.323)	(378.694)	-60,6%

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)							
ATIVO	Nota	2021	2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	19.536	11.976	Fornecedores	9	55.553	44.875
Contas a receber	4	25.234	23.802	Empréstimos e financiamentos	10	943.360	6.692
Estoques		6.112	4.961	Obrigações com empregados e administradores		12.977	6.475
Tributos a recuperar	5(a)	3.376	3.111	Tributos a recolher	5(c)	5.846	4.026
Adiantamento de obrigações trabalhistas		2.490	1.032	Adiantamentos de clientes		23	22
Seguros a apropriar		4.281	4.042	Provisão ambiental	21	993	993
Total do ativo circulante		61.029	48.924	Outras contas a pagar		8.336	–
Não circulante				Total do passivo circulante			
Tributos a recuperar	5(a)	2.078	2.022			1.027.088	63.083
Depósitos judiciais		6.541	4.842	Não circulante			
		8.619	6.864	Fornecedores	9	–	2.805
Imobilizado	7	10.736	12.964	Empréstimos e financiamentos	10	2.180	898.396
Intangível	8	907.444	973.488	Partes relacionadas		48.437	31.843
Total do ativo não circulante		926.799	993.316	Impostos diferidos passivos	5(b)	36.068	37.587
Total do ativo		987.828	1.042.240	Provisão para riscos processuais	11	47.437	123.955
				Provisão ambiental	21	1.513	1.143
				Total do passivo não circulante		135.635	1.095.729
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)				Patrimônio líquido			
		2021	2020	Capital social	12	1.029.899	1.013.899
Prejuízo do Exercício		(149.323)	(378.693)	Prejuízos acumulados		(1.279.794)	(1.130.471)
Outros Resultados Abrangentes		–	–	Total do patrimônio líquido		(249.895)	(116.572)
Resultado Abrangente Total do Exercício		(149.323)	(378.693)	Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC		75.000	–
				Total do patrimônio líquido e AFAC		(174.895)	(116.572)
				Total do passivo e patrimônio líquido		987.828	1.042.240
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.				As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.			

Demonstração das mutações de patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)						
	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Subtotal	AFAC	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		949.123	(751.778)	197.345	–	197.345
Aumento de capital		64.776	–	64.776	–	64.776
Adiantamento para futuro aumento de capital social		–	–	–	–	–
Prejuízo do período		–	(378.693)	(378.693)	–	(378.693)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.013.899	(1.130.471)	(116.572)	–	(116.572)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.013.899	(1.130.471)	(116.572)	–	(116.572)
Aumento de capital		16.000	–	16.000	–	16.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		–	–	–	75.000	75.000
Prejuízo do período		–	(149.323)	(149.323)	–	(149.323)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.029.899	(1.279.794)	(249.895)	75.000	(174.895)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)			
	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(150.841)	(380.508)
Depreciação e amortização	7 e 8	76.260	76.161
Baixa de imobilizado e intangível		67	325
Perda ao valor recuperável (Intangível)		–	271.730
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa		1.510	430
Provisão (Reversão) para manutenção e ambiental		371	(11.300)
Provisão (Reversão) para riscos processuais, líquida		(76.518)	(28.014)
Variações monetárias e encargos, líquidos		78.658	148.807
Resultado ajustado		(70.493)	77.631
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(2.941)	8.634
Estoques		(1.151)	(1.906)
Tributos a recuperar		(322)	(115)
Depósitos judiciais		(1.699)	(855)
Adiantamentos		(1.697)	–
Despesas antecipadas		–	(1.156)
Partes relacionadas		–	–
(Aumento) redução nos passivos operacionais:			
Fornecedores		7.873	9.616
Obrigações com empregados e administradores		6.502	(2.066)
Tributos a recolher		1.820	207
Partes relacionadas		16.594	9.061
Adiantamento de clientes		1	(144)
Outras obrigações e contas a pagar		8.336	–
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais		(37.177)	98.907
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos		(36.863)	(25.154)
Caixa líquido (Aplicado nas) proveniente das atividades operacionais		(74.040)	73.753
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	7	(845)	(3.117)
Aquisição de intangível	8	(7.212)	(116.284)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(8.057)	(119.401)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de Capital	12	16.000	64.776
Adiantamento para futuro aumento de capital social	12	75.000	–
Custo de captação	10	–	(24.981)
Pagamento principal de empréstimos de financiamentos	10	(1.343)	(1.288)
Caixa líquido gerado (Aplicado nas) atividades de financiamento		89.657	38.507
Aumento (Redução) líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa			
		7.560	(7.141)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3	11.976	19.117
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3	19.536	11.976
Aumento (Redução) líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa			
		7.560	(7.141)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)			
	Nota	2021	2020
Receitas			
Receita operacional	13	424.274	381.963
Receita de construção	13	6.806	118.300
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa		(1.510)	(430)
Outras receitas		2.246	1.460
Insumos adquiridos de terceiros		(295.679)	(520.904)
Custo de construção	13	(6.806)	(118.300)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(287.955)	(127.077)
Perda/recuperação de valores ativos		(411)	(275.159)
Outros custos		(507)	(368)
Valor adicionado bruto		136.137	(19.611)
Retenções		(76.260)	(76.164)
Depreciação e amortização	7 e 8	(76.260)	(76.164)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		59.877	(95.775)
Valor adicionado recebido em transferência		364	1.680
Receitas financeiras	14	364	1.680
Total do valor adicionado a distribuir		60.241	(94.095)
Distribuição do valor adicionado		60.241	(94.095)
Pessoal e encargos			
Remuneração direta		49.080	39.919
Benefícios		12.985	13.806
FGTS		2.449	2.410
Outros		293	355
Impostos, taxas e contribuições		56.800	51.240
Federais		37.710	33.835
Estaduais		59	229
Municipais		19.031	17.176
Remuneração capital de terceiros		103.684	193.439
Juros		47.584	56.722
Aluguéis		5.311	3.809
Outras		50.789	132.908
Remuneração de capital próprio		(149.323)	(378.693)
Prejuízo no exercício		(149.323)	(378.693)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto o prejuízo por lote de mil ações)			
	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	13	389.458	350.563
Receita de construção	13	6.806	118.300
		396.264	468.863
Custo dos serviços prestados	14	(505.650)	(263.959)
Custo de construção	14	(6.806)	(118.300)
(Prejuízo) lucro bruto		(116.192)	86.604
Receitas (Despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	14	(28.674)	(39.552)
Reversão (Provisão) para riscos	14	76.962	27.322
Outras receitas operacionais	14	15.072	(266.934)
Resultado operacional		(52.832)	(192.560)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	15	2.110	1.681
Despesas financeiras	15	(100.119)	(189.629)
Total		(98.009)	(187.948)
(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(150.841)	(380.508)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	5(d)	1.518	1.815
(Prejuízo) do exercício		(149.323)	(378.693)
Prejuízo por ação ordinária (básico e diluído)	15	(0,021)	(0,287)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)	

1 Informações gerais

Operações da Companhia: A Concessionária BR-040 S.A. (“VIA040” ou “Companhia”), fundada em 31 de janeiro de 2014, e localizada a Avenida Niágara, 350, Nova Lima, MG - Brasil, é uma sociedade por ações de propósito específico de capital aberto e tem como objeto social específico e exclusivo operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), o sistema rodoviário composto pelos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. O objeto da concessão compreende a recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário composto pelos trechos rodoviários da BR-040 sob concessão da VIA040, incluindo todos os seus elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais, ligadas diretamente ou por dispositivo de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de artes especiais e quaisquer outros elementos que se encontrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas por instalações operacionais e administrativas relacionadas à concessão (“Sistema Rodoviário”), em conformidade com as condições e especificações do contrato de concessão firmado pela Companhia junto à União Federal (“Poder Concedente”) por intermédio da ANTT. O prazo de duração da Companhia é determinado e correspondente ao tempo necessário para cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato de Concessão. O referido contrato possui prazo de duração de 30 anos contados a partir de 22 de abril de 2014 (data de assunção), podendo ser renovado por igual período, a exclusivo critério do Poder Concedente. O trecho rodoviário sob concessão da VIA040 tem início em Brasília, Distrito Federal e fim em Juiz de Fora, Minas Gerais, com extensão de 936,8 km, passando por 35 municípios ao longo de sua extensão abrangendo o Distrito Federal e os Estados de Goiás e Minas Gerais. A VIA040 é uma subsidiária integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A.



Concessionária BR 040 S.A.

CNPJ 19.726.048/0001-00

A Companhia entende que as medidas adotadas são suficientes para preservar o fluxo de caixa operacional frente as suas obrigações pelos próximos 12 meses. Além disso, se necessário, a VIA040 poderá receber suporte financeiro de sua controladora INVEPAR, na medida de sua disponibilidade, de forma a reduzir as dificuldades financeiras de curto prazo. **Impactos do COVID-19:** Desde março de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em função da pandemia do novo Coronavírus, o Brasil e o mundo passaram a enfrentar uma grande crise econômica. Os resultados da Companhia e suas controladas foram duramente afetados. No segmento de Rodovias os impactos do COVID-19, estão em processo de recuperação, conforme demonstrado abaixo. A Companhia Via040 teve recuperação pouco significativa no 4T21, decorrente das fortes chuvas que ocorreram entre os meses de novembro e dezembro de 2021, ocasionando algumas sinistralidades na rodovia.

RODOVIA	4T21	4T20	%	12M21	12M20	%
VIA 040	19.592	19.647	-0,3%	78.117	70.196	11,3%

VEP – Veículos Equivalente Pagantes

Com o avanço da vacinação e redução dos casos, o Governo iniciou o processo de flexibilização e consequentemente a retomada gradual e controlada das atividades. A companhia acredita que os piores impactos sofridos pela pandemia já foram superados, porém ainda existe incerteza quanto a duração da pandemia, e por isso algumas medidas de monitoramento instituídas desde o início da pandemia estão mantidas.

2 Principais práticas contábeis

2.1. Aprovação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OPCP 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. O encerramento das Demonstrações Contábeis foi autorizado pela Administração da Companhia em 25 de março de 2022. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão apresentadas na Nota 2. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo: Caixa e equivalente de caixa e Aplicação financeira. A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real (R\$) de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas. **2.3. Informação por segmento de negócio:** A Companhia possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio. **2.4. Contratos de concessão - ICPC 01 (IFRIC 12):** A Companhia contabiliza o Contrato de Concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o Contrato de Concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente ao término do contrato de concessão. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo remanescente do contrato de concessão. **2.5. Reconhecimento de receita:** Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável: **(a) Receitas de serviços:** As receitas provenientes de pedágio e receitas extraordinárias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos usuários e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefício econômico futuro fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **(b) Receitas de construção:** A Companhia contabiliza receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 (R1) – contrato de concessão (IFRIC 12). Nos exercícios de 2021 e 2020 não houve reconhecimento de margem de construção, os valores de receita e custo são iguais. **(c) Receita de juros:** A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. **2.6 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício, exceto àqueles relacionados a juros provenientes de saldos de empréstimos recebidos e não aplicáveis, que são capitalizados ao ativo em construção até que todas as atividades necessárias ao preparo para uso do ativo qualificável estejam concluídas. **2.7 Contas a receber:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A Companhia constitui provisão para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, e faz periodicamente testes de recuperabilidade dos mesmos. **2.8 Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso. **2.9 Despesas antecipadas:** São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos. **2.10 Imobilizado:** Os ativos imobilizados estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Também fazem parte do imobilizado, equipamentos e peças de reposição estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais. **2.11 Intangível:** Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão (Direito de exploração da infraestrutura conforme ICPC 01 IFRIC12 e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis referentes ao direito da concessão são amortizados pelo método linear, pelo prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de início da operação do ativo. Os demais itens do ativos intangível, com vida útil definida, são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado. A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente. **2.12 Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. **2.13 Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **2.14 Tributação:** As receitas da companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota		
		Receitas de Pedágio	Receitas Acessórias	Receitas Financeiras
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	7,60%	4,00%

Imposto sobre serviço de qualquer natureza ISS 5,00% 2,00% a 5,00% – A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 47 (IFRS 15), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS. A tributação sobre o lucro do exercício, para as companhias estabelecidas no Brasil, compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), corrente e diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias e foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. **2.15. Benefícios aos empregados:** A Companhia concede benefícios a empregados, incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência. **Planos de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos. A Companhia não concede plano de benefício pós-emprego para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido. **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas a medida que o serviço relacionado seja prestado. **2.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. **2.17. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16. O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Concessionária se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, a Concessionária classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao: • Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. • Valor justo por meio do resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Concessionária gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Concessionária. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo. A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Concessionária para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa. Da mesma forma, a Concessionária classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação. **2.18. Custo de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem

prontos para uso, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos. **2.19. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. (a) Julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. (b) Estimativas e premissas: *Principais fontes de incertezas nas estimativas:* As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis. Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito do valor contábil dos ativos e passivos, para os quais, os valores não são facilmente obtidos. *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:* Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dois anos e consideram a plena recuperação dos investimentos no âmbito da relicitação da concessão, conforme NE01, e não incluem investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **Impostos:** Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. *Valor justo de instrumentos financeiros:* Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. *Participação nos lucros e resultado (“PLR”):* A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados. *Provisões para riscos tributários, cíveis, regulatórias e trabalhistas:* A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. *Depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível:* A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. Estas taxas do ativo imobilizado são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos, sendo o ativo intangível limitado ao prazo da concessão. **2.20 Resultado por ação:** O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações durante o mesmo exercício. O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas em suas respectivas ações. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação. **2.21 Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS7). Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento. Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento. **2.22. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerida nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. **2.23. Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021, conforme segue: (a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37) – A partir de 1º. de janeiro de 2022. (b) Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16) – A partir de 1º. de janeiro de 2022. (c) Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3) - A partir de 1º. de janeiro de 2022. (d) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1) - A partir de 1º. de janeiro de 2023. (e) IFRS 17 Contratos de Seguros - A partir de 1º. de janeiro de 2023. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	2.161	3.446
Valor em poder da transportadora de valores	292	913
Aplicações financeiras		
Aplicações BB Fortuna (a)	17.083	7.617
Total de caixa e equivalentes de caixa	19.536	11.976

(a) As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis a qualquer momento. Em 31 de dezembro de 2021, a taxa de rentabilidade média destas aplicações era de 93,74% do CDI (92,75% em 31 de dezembro de 2020).

4 Contas a receber

	2021	2020
AVI (a)	24.235	15.640
Vale pedágio	41	1.339
Ocupação da faixa de domínio (b)	2.898	7.253
	27.174	24.232
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(1.940)	(430)
Total	25.234	23.802

(a) O saldo da rubrica “AVI” é oriundo da utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. O prazo médio de recebimento é de 24 dias. (b) Os saldos apresentados advêm da prestação de serviços decorrentes de contratos com clientes referentes à ocupação da Faixa de Domínio, conforme previsto no contrato de concessão e autorizado pela ANTT.



Concessionária BR 040 S.A.

CNPJ 19.726.048/0001-00

Em 31 de dezembro de 2021, os vencimentos de saldos de contas a receber de clientes são os seguintes:

	Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa		Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor recuperável		< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	121- 150 dias	151- 180 dias	> 180 dias
	Total										
2021	27.174	(1.940)	26.384		361	199	89	76	32	41	1.932
2020	23.802	(430)	4.792		18.281	17	43	49	16	16	1.018

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu R\$ 448 como perda definitiva (R\$ 3.428 em 31 de dezembro de 2020). Houve um incremento dos créditos decorrentes de pagamentos indevidos e/ou a maior de PIS/COFINS s/receitas acessórias e (c) Créditos decorrentes de pagamentos a maior na Previdência de Agosto a Outubro de 2018.

5 Impostos, taxas e contribuições

(a) Tributos a recuperar

	2021	2020
PIS e COFINS (b)	2.264	746
ISS a compensar	760	135
Antecipação de imposto de renda e contribuição social (a)	171	37
INSS a recuperar	2.213	4.208
Saldo negativo do imposto de renda e contribuição social (b)	39	-
Outros	7	7
Total circulante	5.454	5.133
Circulante	3.376	3.111
Não circulante (c)	2.078	2.022

(a) Antecipação de IRPJ e CSLL do ano corrente e IRRF sobre aplicações financeiras; (b) Créditos decorrentes de pagamentos indevidos e/ou a maior de PIS/COFINS s/receitas acessórias e (c) Créditos decorrentes de pagamentos a maior na Previdência de Agosto a Outubro de 2018.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

Natureza	2021	2020
Juros capitalizados (*)	(33.016)	(33.374)
Margem de construção RTT	(1.310)	(1.369)
Margem de construção (Lei 12.973/14)	(1.742)	(2.844)
Total do passivo fiscal diferido	(36.068)	(37.587)

(*) No período compreendido entre julho de 2016 e fevereiro de 2018, a Companhia tomou dedutibilidade dos juros no momento em que foram incorridos conforme § 3 do art. 145 da IN RFB nº 1.700 de 2017. A Companhia não constituiu IRPJ e CSLL diferidos ativos sobre prejuízo fiscal, base negativa da CSLL e diferenças temporárias, devido à falta de expectativa de geração de base tributável futura, no montante acumulado de R\$480.328 (R\$404.329 saldo em 31 de dezembro de 2020).

(c) Tributos a recolher

	2021	2020
ISS	3.303	1.995
PIS e COFINS	1.383	1.306
INSS sobre terceiros	642	435
IRRF e CSRF	518	290
	5.846	4.026

(d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

	2021	2020
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(150.841)	(380.509)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	51.285	129.373
Adições permanentes	(182)	(80)
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	(51.103)	(127.478)
Total dos impostos no resultado	1.518	1.815

6 Partes relacionadas

As operações entre partes relacionadas da Companhia, sejam elas acionistas, empresas ligadas ou profissionais-chaves da Administração são efetuadas a condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da Administração. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da Administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Composição

Parte relacionada	Transação	Relação	Passivo Resultado	
			Circulante	Despesas
INVEPAR	Outorga de garantia (a)	Controladora	39.608	(17.837)
INVEPAR	Compartilhamento de despesas (b)	Controladora	8.829	788
Total			48.437	(17.049)

Parte relacionada	Transação	Relação	Passivo Resultado	
			Circulante	Despesas
INVEPAR	Outorga de garantia (a)	Controladora	21.771	(12.995)
INVEPAR	Compartilhamento de despesas (b)	Controladora	10.072	(18.276)
Total			31.843	(31.271)

(a) Outorga de garantia: O contrato de Prestação de Serviços de Outorga de Garantia foi firmado entre a Companhia e a Invepar em 15 de dezembro de 2015 para que a controladora constitua garantias (fiança e aval), que deverão cobrir as obrigações pecuniárias decorrentes de dívidas contraídas pela Companhia. O contrato desse aval é realizado com taxa de 2% sobre a dívida. (b) Compartilhamento de despesas: referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado. Em 2021 foi deixado de efetuar provisões e cobranças de compartilhamentos de despesas decorrentes dos termos de renegociação de prazos dos contratos de financiamentos. Remuneração da Administração: A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, está composta como segue: Em 30 de abril de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a remuneração global anual dos administradores de até R\$ 1.213 para o exercício de 2021.

Composição	2021	2020
Pró-labore	540	405
Rescisão de contrato	114	83
Encargos	131	81
Outros benefícios	167	117
Total	952	686

7 Imobilizado

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %			
	2020	Adições	Baixas	2021
Custo				
Instalações	10	11	-	11
Máquinas e equipamentos	10	14.379	151 (3)	14.527
Móveis e utensílios	10	5.615	276 (161)	5.730
Veículos	20	18.355	- (3.158)	15.197
Equipamentos de informática	20	14.357	418 (4)	14.771
Imobilizado em andamento		2.585	-	2.585
		55.302	845 (3.326)	52.821

Depreciação acumulada

Instalações	(6)	(1)	-	(7)
Máquinas e equipamentos	(9.415)	(1.445)	2	(10.858)
Móveis e utensílios	(2.558)	(556)	94	(3.020)
Veículos	(17.504)	(223)	3.159	(14.568)
Equipamentos de informática	(12.855)	(781)	4	(13.632)
	(42.338)	(3.006)	3.259	(42.085)
Imobilizado líquido	12.964	(2.161)	(68)	10.736

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %				
	2019	Adições	Baixas	rências*	2020
Custo					
Instalações	10	9	2	-	11
Máquinas e equipamentos	10	14.052	43 (45)	329	14.379
Móveis e utensílios	10	4.897	481 (135)	372	5.615
Veículos	20	17.959	- (325)	721	18.355
Equipamentos de informática	20	14.123	754 (520)	-	14.357
Imobilizado em andamento		1.779	1.778	- (972)	2.585
		52.819	3.058 (1.025)	450	55.302

Depreciação acumulada

Instalações	(7.997)	(1.452)	34	-	(9.415)
Máquinas e equipamentos	(2.066)	(561)	69	-	(2.558)
Móveis e utensílios	(17.307)	(523)	326	-	(17.504)
Veículos	(11.215)	(1.913)	273	-	(12.855)

Equipamentos de informática	(38.590)	(4.450)	702	-	(42.338)
Imobilizado líquido	14.229	(1.390)	(323)	450	12.964

* O saldo refere-se a itens transferidos do intangível para o imobilizado para melhor classificação contábil.

Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment"): De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração da Companhia efetuou teste de recuperabilidade dos seus ativos, em 31 de dezembro de 2021, comparando o valor contábil com o valor recuperável (NE 8). A avaliação do valor recuperável dos ativos foi realizada com base em fluxos de caixa projetados, considerando a Companhia como uma única unidade geradora de caixa (UGC). Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foi considerado: (i) devolução da concessão ao Poder Concedente em junho de 2022; (ii) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia para o 32 período até o momento da devolução da concessão; (iii) valor da indenização referente a adesão ao processo de relicitação no valor total dos ativos imobilizados e intangível não amortizados, descontado do excedente tarifário e multas administrativas; (iv) projeções de mercado em relação às taxas inflacionárias (IPCA); (v) taxa de desconto que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (weighted average cost of capital – WACC) para descontar o fluxo operacional da concessionária até a devolução; (vi) taxa de desconto livre de risco equivalente à NTN-B-2024 para descontar o fluxo de caixa referente ao recebimento da indenização. As principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa para determinar o valor em uso da UGC foram: WACC médio nominal antes do IR e CSLL de 9,90% a.a.; taxa média de inflação (IPCA) de 3,00% sobre o período 2021 a 2025; e valor de indenização correspondente ao valor do saldo de investimento projetado e não amortizado, descontado do excedente tarifário e multas administrativas. Ativos cedidos em garantia: A Companhia não possui ativos dados em garantia.

8 Intangível

Prazo de vida útil	2020	Adições	Transferências (a)		2021
Custo					
Software	5 anos	8.509	-	-	8.509
Direito de concessão	(c)	1.228.917	1.396	5.740	1.236.054
Adiantamento a fornecedores		671	-	-	671
Intangível em construção		6.446	5.816	(5.740)	6.522
		1.244.543	7.212	-	1.251.756
Amortização acumulada					
Software		(8.058)	(451)	-	(8.509)
Direito de concessão		(262.997)	(72.806)	-	(335.803)
		(271.055)	(73.257)	-	(344.312)
Intangível líquido		973.488	(66.044)	-	907.444

Empresas	2019	Captação	Pagamento		Provisão de juros	Custo de captação amortizado	Custo de captação incorrido (ii)	Transferência	2020
			Principal	Juros (i)					
Passivo circulante									
ITAÚ	-	-	-	-	1.396	-	-	-	1.396
BANCO DO BRASIL	-	-	-	-	1.396	-	-	-	1.396
BRADESCO	-	-	-	-	1.396	-	-	-	1.396
BDMG	-	-	-	-	1.226	-	-	-	1.226
BNDES - PONTE	46.418	-	(893.562)	(26.306)	45.338	-	-	828.112	-
BNDES - FINAME	1.281	-	(1.288)	(289)	308	-	-	1.266	1.278
Custos a amortizar	(3.557)	-	-	-	-	97.748	(24.981)	(69.208)	-
	44.142	-	(894.850)	(26.595)	51.060	97.748	(24.981)	760.170	6.692
Passivo não circulante									
ITAÚ	-	231.686	-	-	-	-	-	-	231.686
BANCO DO BRASIL	-	231.686	-	-	-	-	-	-	231.686
BRADESCO	-	231.686	-	-	-	-	-	-	231.686
BDMG	-	199.946	-	-	-	-	-	-	199.946
BNDES - PONTE	828.112	-	-	-	-	-	-	(828.112)	-
BNDES - FINAME	4.658	-	-	-	-	-	-	(1.266)	3.392
Custos a amortizar	(69.208)	-	-	-	-	-	-	69.208	-
	763.562	895.004	-	-	-	-	-	(760.170)	898.396
Total dívida	807.704	895.004	(894.850)	(26.595)	51.060	97.748	(24.981)	-	905.088

(i) Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros para financiamento da construção, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento. (ii) Custos incorridos necessários para alteração da dívida. BNDES - Ponte: O referido empréstimo foi quitado em 15 de outubro de 2020 pelo saldo de R\$ 888.361 com recursos dos bancos fiadores. Assim, a partir dessa data, a Via 040 passou a dever esse montante diretamente para Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. e Itaú Unibanco S.A. Sobre o principal da dívida incidem juros de CDI mais 1,0% a.a. que devem ser pagos trimestralmente. O principal deve ser pago na data de vencimento do financiamento, 14 de outubro de 2022. BNDES - Finame: Os recursos captados junto ao Banco do Brasil são oriundos dos repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME integrante do Sistema BNDES e foram utilizados pela Companhia para adquirir parte da sua frota de veículos. Os veículos financiados estão alienados à instituição financeira intermediária destes financiamentos, constituindo-se assim como garantia quanto a não quitação, por parte da Companhia, da dívida contraída. Após o período de carência de 6 meses estão sendo pagos em 114 prestações mensais e sucessivas. Este financiamento sofre incidência de juros à taxa efetiva de 6,00% ao ano, calculados por dias corridos, debitados e exigidos trimestralmente no período de carência, sempre no dia 15 de cada mês e mensalmente no período de amortização. Este contrato possui cláusulas de vencimento antecipado atreladas a inadimplência, indicadores profissionais ou societários e também está sujeito às cláusulas aplicáveis aos contratos do BNDES. Em 31 de dezembro de 2021, todas às cláusulas de vencimento antecipado foram atendidas. Segue abaixo o detalhamento dos contratos:

Custo	Prazo de vida útil	2019	Adições	Baixas/ Impairment (b)		Transfe- rências (a)	31/12/2020
Software	5 anos	8.509	-	-	-	-	8.509
Direito de concessão	(c)	1.346.869	-	(271.730)	153.778	1.228.917	
Adiantamento a fornecedores		671	-	-	-	671	
Intangível em construção		42.328	118.346	-	(154.228)	6.446	
		1.398.377	118.346	(271.730)	(450)	1.244.543	

Amortização acumulada

Software	(6.939)	(1.119)	-	-	(8.058)
Direito de concessão	(192.401)	(70.596)	-	-	(262.997)
	(199.340)	(71.715)	-	-	(271.055)
	1.199.037	46.631	(271.730)	(450)	973.488

Intangível líquido

(a) O saldo refere-se a itens transferidos do intangível para o imobilizado para melhor classificação contábil. (b) Reconhecimento de Impairment no montante de R\$ 271.730 em 31 de dezembro de 2020. (c) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 22 de abril de 2044, data fim de assunção do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota explicativa nº 1.a). A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão. Redução ao valor recuperável do ativo ("Impairment"): De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração da Companhia efetuou teste de recuperabilidade dos seus ativos, em 31 de dezembro de 2021, comparando o valor contábil com o valor recuperável, tendo como premissa-chave a base tributável até o fim da Concessão, além da sua capacidade de realização do seus diferidos. A avaliação ao valor recuperável dos ativos foi realizada com base em fluxos de caixa projetados, considerando a Companhia como uma única unidade geradora de caixa (UGC). Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foi considerado: (i) devolução da concessão ao Poder Concedente em agosto de 2023; (ii) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia para o período até o momento da devolução da concessão. Em 31 de dezembro de 2020 foi reconhecimento impairment no montante de R\$ 271.730. Em 31 de dezembro de 2021, não foram identificados indicativos de impairment adicional. Ativos cedidos em garantia: A Companhia não possui ativos dados em garantia.

9. FORNECEDORES

	2021	2020
Fornecedores nacionais	48.780	38.568
Retenções contratuais	5.510	5.086
Verba de fiscalização (ANTT)	1.263	4.026
Circulante	55.553	47.680
Passivo circulante	55.553	44.875
Passivo não circulante	-	2.805

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Objeto	Moeda	Encargos	Vencimento	2021	2020
ITAÚ	Reais	CDI + 1% a.a.	out/22(*)	243.906	233.082
BANCO DO BRASIL	Reais	CDI + 1% a.a.	out/22(*)	243.906	233.082
BRADESCO	Reais	CDI + 1% a.a.	out/22(*)	243.906	233.082
BDMG	Reais	CDI + 1% a.a.	out/22(*)	210.500	201.173
BNDES - FINAME	Reais	6% a.a.	ago/24 a out/24	3.322	4.669
Total				945.540	905.088
Passivo circulante				943.360	6.692
Passivo não circulante				2.180	898.396

(*) O vencimento esta em negociação junto aos Bancos detentores da dívida, após a assinatura do Aditivo de Concessão que foi prorrogado por mais 18 meses. Os vencimentos de outubro de 2022 sofreriam alteração para abril de 2023.

	Pagamento		Provisão de juros	Transferência	2021	
	2020	Principal				Juros (i)
Passivo circulante						
ITAÚ	1.396	-	(9.482)	12.257	239.735	243.906
BANCO DO BRASIL	1.396	-	(9.482)	12.257	239.735	243.906
BRADESCO	1.396	-	(9.482)	12.257	239.735	243.906
BDMG	1.226	-	(8.183)	10.563	206.892	210.498
BNDES - FINAME	1.278	(1.343)	(234)	231	1.282	1.214
	6.692	(1.343)	(36.863)	47.565	927.379	943.430



Concessionária BR 040 S.A.

CNPJ 19.726.048/0001-00

11. Provisão para Riscos Processuais

A Companhia, em 31 de dezembro de 2021 é ré em processos de natureza cível e trabalhista sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como prováveis ou possíveis as probabilidades de perda, para os quais foram constituídas provisões ou foram efetuadas as respectivas divulgações nesta Nota explicativa. **(a) Riscos cíveis:** As demandas que envolvem a Companhia são, em sua maioria, propostas por usuários do Sistema Rodoviário que pleiteiam compensação por prejuízos decorrentes de falhas na prestação dos serviços de manutenção, conserva ou operação da rodovia. O contencioso cível também envolve demandas decorrentes de conflitos nas relações contratuais estabelecidas com os fornecedores da Companhia. Nestas, são usuais pedidos de aplicação de penalidades contratuais e/ou indenizações por prejuízos eventualmente apurados. **(b) Riscos trabalhistas:** A Companhia é ré em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. **(c) Riscos regulatórios:** A Companhia é parte em processos administrativos relacionados a questões regulatórias advindos do curso normal de suas operações. Esses processos iniciaram a partir de 2016 e encontram-se em andamento no âmbito administrativo, no qual a Companhia já apresentou as defesas e recursos. Movimentação da provisões para contingências prováveis:

		Reversões/ pagamentos	Atualização monetária	2021
Natureza do risco	2020	Constituição		
Trabalhistas	2.471	1.592	(1.168)	3.160
Cíveis	1.612	1.070	(679)	2.337
Regulatórios (*)	119.872	-	(77.932)	-
Total	123.955	2.662	(79.779)	599

		Reversões/ pagamentos	Atualização monetária	2020
Natureza do risco	2019	Constituição		
Trabalhistas	2.741	1.436	(1.931)	2.471
Cíveis	651	1.025	(308)	1.612
Regulatórios (*)	148.577	-	(28.705)	-
Total	151.969	2.461	(30.944)	469

Riscos possíveis: A Companhia é ré em processos de natureza cível, tributária e trabalhista, sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis as probabilidades de perda. Os prognósticos são atualizados conforme o andamento do processo e estudos dos assessores jurídicos da Companhia frente aos acontecimentos jurídicos do período. As causas cíveis envolvem, principalmente, processos de danos materiais e pensionamento, já as causas trabalhistas têm em sua maioria processos referentes às horas extras, danos morais e pensão. Segue:

	2021	2020
Natureza do risco		
Trabalhistas	16.558	10.096
Cíveis	33.749	29.000
Tributária	562	571
Regulatórios*	615.408	494.923
Outros**	1.392	1.248
Total	667.669	535.838

(*) Variações decorrentes de reavaliações dos processos regulatórios e de acréscimos contratuais/legais, conforme análise realizada pelos departamentos internos da Companhia subsidiada pelos advogados externos. (**) O risco “outros” refere-se à matéria ambiental.

Procedimento arbitral com a OAS - Contingência ativa: Em 30 de maio de 2014, foi celebrado entre a VIA040 e a parte relacionada Construtora OAS S.A., o contrato de empreitada para execução de obras civis no sistema rodoviário BR-040, envolvendo a ampliação da capacidade, implantação de melhorias, trabalhos iniciais, recuperação de obras de artes especiais, recuperação de terraplenos e de estruturas de contenção, por preço global. Os trabalhos iniciais, somente no item pavimento e de recuperação estrutural do pavimento, em preço unitário. Em 16 de setembro de 2015, a VIA040 notificou a Construtora OAS S.A. sobre a sua intenção de rescindir o contrato, no prazo de 30 dias, contados a partir da emissão da referida notificação, conforme previsto contratual. Em 17 de dezembro de 2015, a VIA040 e a Construtora OAS S.A. firmaram termo de Transação que previu a quitação dos pleitos apresentados pela construtora mediante o pagamento de R\$ 34.292, em favor da Construtora OAS S.A., sendo o saldo de R\$ 1.138 condicionado à execução da integralidade dos serviços de reparo dos defeitos listados no Anexo I ao referido termo. Diante disso, foi proferida, em 08 de outubro de 2019, a Ordem Processual nº 17 determinando a realização dos ensaios de campo, bem como determinando que os custos sejam arcados integralmente pela VIA040, já que ela é que entendeu ser necessária tal prova. Determinou, ainda, que a VIA040 pagasse o valor até o dia 15 de outubro, que os ensaios fossem entregues até 10 de novembro e o laudo até 10 de dezembro, devendo as partes se manifestarem a respeito de toda esta documentação até 07 de fevereiro de 2020. Como o perito informou a impossibilidade de entregar o material dentro do prazo estipulado pelo Tribunal, os árbitros cancelaram os prazos anteriormente estabelecidos e determinaram que se aguardasse a entrega deste material para ulterior deliberação. Em 20 de setembro de 2021, as partes receberam a Ordem Processual nº 25 que, suspendendo o prazo para prolação de sentença, determinou que a OAS até 27 setembro de 2021 se manifestasse sobre as nossas alegações a respeito dos custos por ela incorridos na arbitragem e que a VIA040 sobre isso se manifestasse até o dia 4 de outubro de 2021, o que também foi cumprido por ambas as partes. Foi proferida Sentença Arbitral, em 04 de outubro de 2021, que acolheu parcialmente os pedidos da Via 040 e considerou que a Concessionária faz jus à indenização de R\$ 3,335 milhões (valor histórico), condenando, ainda, a OAS à obrigação de refazer as obras da Praça de Pedágio 7. A título de sucumbência, a Via 040 deverá pagar a quantia de R\$ 197.493,89 decorrente dos custos com a arbitragem e R\$ 930 mil de honorários advocatícios. Em 19 de novembro de 2021, as partes apresentaram Pedidos de Esclarecimentos. Em 08 de dezembro de 2021, as partes responderam aos Pedidos de Esclarecimentos da ex adversa. Em 21 de dezembro de 2021, a Via 040 se manifestou sobre a resposta da OAS, tendo sido proferida decisão em 05 de janeiro de 2022 que manteve os termos da Sentença.

12. Patrimônio líquido

Capital social: Em 31 de dezembro de 2021, o capital subscrito da Companhia é de R\$1.029.899, representados por 1.658.504.281 ações ordinárias, sem valor nominal, integralmente subscritas pela Invepar (31 de dezembro de 2020 é de R\$ 1.013.899, representados por 1.458.341.009 ações ordinárias). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu R\$ 75.000 como adiantamento para futuro aumento de capital.

13. Receitas por natureza

A Companhia apresentou suas receitas para os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	2021	2020
Receita bruta de pedágio	414.915	372.227
Receita extraordinária	9.359	9.736
Impostos, deduções e cancelamentos	(34.816)	(31.400)
Receita de serviços	389.458	350.563
Receita de construção	6.806	118.300
Receita total	396.264	468.863

Existem diferenças entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins fiscais. A diferença deve-se basicamente: (i) Receita de construção e o custo de construção, proveniente da aplicação da ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12), serão tributados no momento da realização do intangível.

14. Custos e despesas por natureza

A Companhia apresentou seus custos e despesas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	2021	2020
Conservação e manutenção	(253.699)	(84.894)
Depreciação e amortização	(76.260)	(76.164)
Pessoal	(57.059)	(64.180)
Despesas administrativas	(12.793)	(11.396)
Materiais de consumo	(82.981)	(25.121)
Serviços de terceiros	(20.687)	(23.104)
Energia elétrica	(2.702)	(2.448)
Aluguéis	(579)	(801)
Impostos e taxas	(15.066)	(14.321)
Veículos	(6.480)	(5.518)
Seguros e Garantias	(3.982)	(5.545)
Custo de construção	(6.806)	(118.300)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(2.036)	(430)
Reversão (provisão) para riscos²	76.962	27.322
Provisão de manutenção (*)	-	10.457
Provisão para redução ao valor recuperável	-	(271.730)
Outras receitas operacionais	15.072	4.795
	(449.096)	(661.424)

Custo de serviços prestados	(505.650)	(263.959)
Despesas gerais e administrativas	(28.674)	(118.300)
Custo de construção	(6.806)	27.322
Reversão (provisão) para riscos²	76.962	(39.552)
Outras receitas (despesas) operacionais	15.072	(266.934)
	(449.096)	(661.424)

* Provisão de manutenção baixada decorrente do novo Termo Aditivo (vide Nota explicativa nº 20).

15. Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Variação monetária ativa	1.197	1.478
Juros sobre aplicações financeiras	913	164
Descontos obtidos	-	39
Total receitas financeiras	2.110	1.681

Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias	(47.748)	(56.700)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(32.017)	(114.882)
Variação monetária passiva	(590)	(492)
Contrato de serviço de outorga de garantia	(17.837)	(17.555)
Outros	(1.927)	-
Total despesas financeiras	(100.119)	(189.629)
Total resultado financeiro	(98.009)	(187.948)

16. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para 31 de dezembro de 2021 e de 2020. O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações que mantêm disponíveis durante o período. A Companhia não possui instrumentos diluidores. Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	2021	2020
Numerador básico e diluído		
Resultado do período atribuível aos acionistas	(149.323)	(378.693)
Denominador básico		
Média ponderada das ações (em milhares)	1.528.011	1.226.267
Resultado do exercício básico por ação (R\$)	(0,097)	(0,309)

17. Seguros (Não auditado)

A Companhia mantém seguro garantia ao setor público, riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos de engenharia, conforme obrigação contratual constante em seu Contrato de Concessão, e outros relacionados aos seus ativos operacionais e administrativos, considerado suficientes por sua administração para cobrir os riscos envolvidos.

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Início Vigência	Vencimento	Seguradora
Garantia ao poder concedente (a)	343.466	20/03/2021	20/03/2022	Pottencial
Responsabilidade civil geral (b)	30.000	01/08/2021	01/08/2022	Tókió Marine
Riscos operacionais (c)	280.000	01/08/2021	01/08/2022	Tókió Marine
Veículos	Tabela FIPE	24/08/2021	24/08/2022	Porto Seguro
Fiança locatícia	910.305	01/03/2021	01/03/2022	Pottencial
Fiança locatícia	324.000	29/08/2021	30/04/2023	Pottencial

(a) Seguro garantia, conforme previsto no item 12 do Contrato de Concessão firmado entre a Companhia e o Poder Concedente, que deverá ser mantido, a favor da ANTT, até o fiel cumprimento das obrigações contratuais previstas no Programa de Exploração da Rodovia “PER”. (b) Cobertura de responsabilidade civil cobrindo a Concessionária e o Poder Concedente, bem como seus administradores, empregados, funcionários, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, decorrentes das atividades abrangidas pela Concessão. (c) Cobertura de perda ou dano decorrente de riscos de danos morais e lucros cessantes inerentes à operação da Companhia. O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

18. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2021. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, valores a receber, empréstimos e financiamentos, obrigações com empregados, parte relacionada e fornecedores.

	2021		2020	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Instrumentos financeiros				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	19.536	-	11.976	-
Contas a receber	-	25.234	-	23.802
Total do ativo	19.536	25.234	11.976	23.802
Passivos				
Fornecedores	-	55.553	-	47.680
Partes relacionadas	-	48.437	-	31.843
Empréstimos e financiamentos	-	945.540	-	905.089
Obrigações com empregados e administradores	-	12.977	-	6.475
Total do passivo	-	1.062.507	-	991.087

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: **(a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado.** Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: **• Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras.** Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos. **• Contas a receber.** O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pelo grupo em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. A necessidade de reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos. **(b) Exposição a riscos de taxas de juros.** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Os passivos financeiros da Companhia estão vinculados à variação da TJLP. **(c) Concentração de risco de crédito.** Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia tem como política manter as contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. **(d) Risco de liquidez.** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, debêntures, ações preferenciais e arrendamentos. **2021** **Até 1 ano** **1 a 5 anos** **Total** Empréstimos e financiamentos 943.430 2.110 945.540 Fornecedores 55.553 - 55.553 Dado o processo de relicitação, conforme citado na Nota explicativa nº 1, caberá à companhia indenização pelos investimentos realizados e não amortizados, ao final deste processo. O valor de indenização calculado pelo poder concedente pode diferir daqueles previstos pela Companhia o que poderá levar a uma disputa jurídica entre as partes e que definirá o valor

final da indenização. **(e) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros.** A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos. No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a Companhia determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. As taxas consideradas foram:

	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
DI Ativo (% ao ano)	8,45%	6,34%	4,23%
DI Passivo (% ao ano)	8,45%	10,56%	12,68%

Os indicadores utilizados para 2021 foram obtidos das projeções do Bacen, com exceção da TJLP e TR, que foram utilizadas a média dos três maiores bancos privados de acordo com o ranking do Banco Central. Em 31 de dezembro de 2021, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo: **(e.1) Ativo financeiro**

Operação	Risco/ indexador	Base	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Compromissadas com lastro em debêntures	DI	17.083	1.443	1.083	722

(e.2) Passivo financeiro

Operação	Risco/ indexador	Base	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Empréstimo	DI	945.540	79.898	99.873	119.847

(f) Gestão do capital. O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	2021	2020
Empréstimos, financiamentos	945.540	905.089
Caixa e equivalentes de caixa	(19.536)	(11.976)
Dívida líquida	926.014	893.113
(Patrimônio líquido) passivo a descoberto	174.895	(116.572)
Patrimônio líquido e dívida líquida	1.100.899	776.541

(g) Hierarquia do valor justo. A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros: **Nível 2:** outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Mensurados a valor justo

Ativos financeiros	2021	Nível 2
Equivalentes de caixa	19.536	19.536
Total	19.536	19.536
Empréstimos e financiamentos	945.540	945.540
Total	945.540	945.540

Mensurados a valor justo

Ativos financeiros	2020	Nível 2
Equivalentes de caixa	11.976	11.976
Total	11.976	11.976
Empréstimos e financiamentos	905.088	905.088
Total	905.088	905.088

19. Transações não caixa

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	2021	2020
Aquisição de imobilizado/intangível ainda não liquidada financeiramente	3.121	5.231
Financiamento ainda não liquidados financeiramente	-	895.004

20. Compromissos e responsabilidades

A partir da assinatura do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, a VIA040 deverá manter em favor da ANTT, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a Garantia de Execução do Contrato, no valor de R\$ 225.000 (duzentos e vinte e cinco milhões de reais), a preços de novembro de 2012, reajustado pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Durante o período de vigência deste Termo Aditivo, a Concessionária deverá prestar os serviços de manutenção, conservação, operação e monitoração da rodovia e executar os investimentos essenciais (Passarela km 4,1/GO; Passarela 532,7/MG; Passarela km 509,2/MG). Ficam suspensas as obrigações de investimentos constantes do Contrato de Concessão Originário (contrato celebrado entre a ANTT e a Concessionária em 12 de março de 2014, como decorrência do Edital nº 006/2013) não previstas no Programa de Exploração de Rodovias – (PER) do Termo Aditivo. As obras emergenciais, conjunto de obras e serviços emergenciais necessários para restaurar as condições de tráfego e de segurança afetadas por qualquer evento que gere ou possa gerar impacto no Sistema Rodoviário, deverão ser executadas pela Concessionária imediatamente após a ocorrência do evento que as motivou, durante todo o prazo de vigência do termo aditivo. Considera-se emergencial, entre outros, a existência de erosões ou material de escorregamento a menos de 4 m das faixas de rolamento. O PER conta com 4 frentes de concessão, cujo escopo encontra-se assim definido:

1 - Frente de manutenção	2 - Frente de investimentos	3 - Frente de conservação	4 - Frente de serviços operacionais
• Pavimento	• Obras de Melhorias -	• Pavimento	• Centro de Controle Operacional
• Sinalização e Elementos de Proteção e Segurança	• Investimentos essenciais	• Elementos de Proteção e Segurança	• Equipamentos e Veículos da Administração
• Sistema de Drenagem e OAC	• Obras emergenciais	• Obras de Arte Especiais	• Sistema de Controle de Tráfego
• Terraplenos e Estruturas de Contenção		• Sistema de Drenagem e OAC	• Sistema de Atendimento ao Usuário
• Implantação e Recuperação das Edificações e Instalações Operacionais		• Terraplenos e Estruturas de Contenção	• Sistema de Pedágio e Controle de Arrecadação
• Sistemas Elétricos e de Iluminação		• Canteiro Central e Faixa de Domínio	• Sistema de Comunicação
		• Edificações e Instalações Operacionais	• Sistema de Pesagem
		• Sistemas Elétricos e de Iluminação	• Sistema de Guarda e Vigilância Patrimonial
			• Veículos de Fiscalização da ANTT
			• Posto da Polícia Rodoviária Federal

As verbas relativas aos Recursos para Desenvolvimento Tecnológico (cláusula 16 do Contrato de Concessão Originário) e Segurança no Trânsito (cláusula 15.10 do Contrato de Concessão Originário) ficam sobrestadas até o final da vigência do presente Termo Aditivo, permanecendo a verba de fiscalização. O PER prevê período de vigência o prazo disciplinado pelo 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Edital nº 006/2013, ou seja, 24 meses contados da publicação do Decreto nº 10.248/2020, do dia 18 de fevereiro de 2020.

21. Provisão ambiental

A Companhia reconhece provisão referente à obrigação de reposição de supressão vegetal, a ser realizada, na mesma proporção do andamento da obra para a qual foi obtido o Licenciamento Ambiental pertinente. Estas provisões são determinadas com base na melhor estimativa durante o período pelo qual a Companhia espera realizar os dispêndios a ela inferidos quando da obtenção do mesmo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante registrado pela Companhia foi de R\$ 2.506 (R\$ 2.135 em 31 de dezembro de 2020). De acordo com o cronograma estabelecido junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA”), a Companhia iniciou o dispêndio dos recursos relacionados ao projeto em fevereiro de 2016 com a conclusão prevista para o ano de 2022.

22. Contrato de concessão

O objeto do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Edital nº 006/2013 estabelece as condições de prestação dos serviços de manutenção, conservação, operação e monitoração, e da execução dos investimentos essenciais contemplados no Contrato de Concessão Originário (contrato celebrado entre a ANTT e a Concessionária em 12 de março de 2014, como decorrência do Edital nº 006/2013), conforme descrito na nota explicativa 19, assim como as responsabilidades durante o período de transição e na transferência da concessão,



Concessionária BR 040 S.A.

CNPJ 19.726.048/0001-00

a serem observadas durante a vigência deste Termo Aditivo, a fim de garantir a continuidade e a segurança dos serviços essenciais relacionados ao empreendimento. O referido Termo Aditivo possui prazo de duração de 24 meses contados a partir da publicação do Decreto nº 10.248/2020, ocorrida em 18/02/2020. O prazo de vigência deste Termo Aditivo poderá ser prorrogado, justificadamente, mediante deliberação do CPPI e anuência expressa da Concessionária. Como parte do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão a Companhia assumiu os compromissos e responsabilidades descritos na Nota explicativa nº19. Durante a vigência do Termo Aditivo, a Concessionária deverá elaborar Relatórios de Transição (inicial, Intermediário e Final) contendo o resultado das monitorações periódicas realizadas na rodovia e inventário com a lista de bens reversíveis e seu estado. Os bens mencionados nos Relatórios de Transição serão transferidos ao futuro contratado ou provisoriamente ao Poder Concedente, mediante a assinatura de Termo de Arrolamento e Transferência de Bens, com a interveniência da ANTT. O valor da Tarifa de Pedágio a ser praticado pela Concessionária durante a vigência do termo aditivo será de R\$ 5,30, fixada pela ANTT no âmbito da 2ª Revisão Ordinária e 4ª Revisão Extraordinária do contrato de concessão originário. A tarifa de pedágio será reajustada anualmente, a partir da data de celebração do termo aditivo, para incorporar

a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A Tarifa Calculada considerando a suspensão das obrigações de investimentos não essenciais, que servirá de base para o cálculo do excedente tarifário, é de R\$ 2,53803, com data-base de abril/2020. O valor excedente de receita tarifária auferido pela Concessionária durante a vigência do Termo Aditivo, obtido a partir da diferença entre as tarifas R\$ 5,30 e R\$ 2,53803, será reajustado, a partir da data de celebração do Termo Aditivo até o pagamento da indenização, para incorporar a variação do IPCA e a taxa de desconto do fluxo de caixa marginal, e será descontado do valor da indenização pelos investimentos vinculados a bens reversíveis não amortizados ou depreciados. Caso o valor excedente da receita tarifária seja superior a indenização de bens reversíveis não amortizados ou depreciados, a diferença deverá ser revertida ao Poder Concedente.

23. Contrato de construção

A receita relativa à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços é contabilizada seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1). No período findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu R\$ 6.806 como receita de construção (R\$ 118.300 em 31 de dezembro de 2020). O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de

obra, apurado através dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados. O custo total incorrido da construção da infraestrutura até 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 6.806 (R\$ 118.300 em 31 de dezembro de 2020), incluindo R\$ 679 (R\$ 671 em 31 de dezembro de 2020) referentes a adiantamento concedido a fornecedores.

24. Eventos subsequentes

Em 17 de fevereiro de 2022, a Concessionária BR040 assinou o 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Originário pelo prazo de 18 meses a contar de 19 de fevereiro de 2022, onde o vencimento da concessão passa a ser até 18 de Agosto de 2023, conforme a cláusula segunda do respectivo termo aditivo. Na cláusula terceira o valor da tarifa de pedágio a ser praticada deste novo termo aditivo será de R\$5,80 (cinco reais e oitenta centavos) fixada pela ANTT no âmbito de reajuste sobre a tarifa do 1º termo aditivo do Contrato de Concessão Originário para fins de cálculo da tarifa.

Marcus Vinícius Figur da Rosa
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

Adriana Batira Fernandes
Contadora - CRC 15P218098/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Concessionária BR 040 - S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Concessionária BR 040 – S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária BR 040 – S.A. (“Companhia”), em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1, às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que indicam que a Companhia (i) incorreu em prejuízo de R\$ 149.323.000 (ii) apresentou passivo a descoberto de R\$ 249.895.000 e (iii) conforme balanço patrimonial naquela data, o passivo circulante excedia o ativo circulante em R\$ 966.059.000. Chamamos a atenção para o assunto mencionado na nota explicativa nº 1, em que a Companhia descreve que em 20 de novembro de 2020 foi assinado termo aditivo ao processo de relicitação que estabelece, dentre outras matérias, suspensão temporárias das obrigações de investimentos originais ao contrato de concessão, condições para prestação dos serviços de operação, manutenção, conservação e monitoramento a serem mantidos pela Companhia até a conclusão do processo de relicitação. Dessa forma, esses eventos e condições, juntamente com outros assuntos descritos nessa nota, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade operacional da Companhia. Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois coloca em dúvida a capacidade operacional da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a leitura de documentos emitidos pelos assessores jurídicos da Companhia com o andamento do processo de relicitação. Obtenção do plano de negócios da Companhia e indagação aos Administradores com relação ao plano operacional até a data prevista para relicitação.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos aceitáveis os critérios e premissas utilizados pela Companhia na avaliação da continuidade operacional e quanto ao processo de relicitação e potenciais impactos no contexto dos impactos das demonstrações contábeis, e divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Reconhecimento de receita

Conforme descrito na nota explicativa nº 15 às demonstrações contábeis, a receita de prestação de serviços é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável:

Adicionalmente, a receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente (IFRS 15).

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) os valores de receitas de serviços representam um saldo relevante no conjunto das demonstrações contábeis da Companhia; e (ii) há um risco inerente de que a receita seja reconhecida sem que sejam atendidos os critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros:

- (i) obtenção de entendimento sobre o fluxo de prestação de serviços;
- (ii) a identificação das atividades de controles internos relevantes determinados pela Administração e a avaliação do desenho, da implementação e do teste de efetividade, quando aplicável, dessas atividades de controles;
- (iii) o envolvimento dos nossos especialistas em tecnologia da informação para a realização de testes específicos relacionados a validação mensal do cálculo sistêmico da receita tarifária. (recálculo mensal da receita, tarifa x n° de veículos pagantes).

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento de receita de serviços, assim como divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria das cifras do ano anterior

As demonstrações contábeis, mencionadas no primeiro parágrafo, apresentadas para fins de comparação referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 25 de março de 2021, sem ressalvas e com parágrafo de ênfase sobre incerteza relacionada com a continuidade operacional. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer procedimentos sobre as informações financeiras referentes as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre eles tomados em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2022

Mazars Auditores Independentes

CRC 25P023701/O-8 “F” RJ

Cleber de Araujo

Contador CRC 15P213655/O-8

mazars

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DOS MACHADOS/MG

Torna público que a partir desta publicação até o dia 30/12/2022 está aberto o Credenciamento de clínicas especializadas em prestação de serviços de internação compulsória, com métodos de prevenção e tratamento visando a desintoxicação por substâncias psicoativas, conforme especificações constantes no Projeto Básico. Maiores informações no e-mail: licitacaoriachodoshmachados@gmail.com ou pelo telefone: (38) 3823-1354.

Ricardo da Silva Paz - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS/MG

Pregão Presencial nº 028/2022

Torna público edital p/ Reg. de Preços p/ eventual aquis. material médico hospitalar p/ Unidades de Saúde. Abertura às 08:30 horas do dia 11/04/2022. Informações/ Edital: (33) 3764-1252. Maria A. A. da Costa. Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG

Informa que realizará **Processo Licitatório Nº 23/2022 - Pregão Presencial Nº 19/2022** – Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios (leites), para atender as necessidades das Secretarias Municipais de: Saúde e Trabalho e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo-MG. As propostas serão recebidas até às 09:00 horas do dia 25/04/2022. A operação da sessão pública se dará a partir das 09:00 horas do dia 25/04/2022. O Edital completo poderá ser obtido no sítio eletrônico <https://www.saogoncalo.mg.gov.br/transparencia>. S. G. R. A., 28 de março de 2022 Raimundo Nonato de Barcelos – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARANGOLA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 073/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2022

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento eventual, a depender da necessidade e da disponibilidade financeira, de materiais imprescindíveis à higienização e limpeza de ambientes urbanos e rurais, buscando, assim, sanar as necessidades do setor de Políticas Urbanas, em atendimento à Prefeitura Municipal de Carangola/MG, tudo conforme Edital, Termo de Referência e demais anexos. Credenciamento: 19/04/2022, das 14h às 14h e 30min - Abertura: 14/04/2022, às 14:30min - Informações: Pref. Municipal, Praça Cel. Maximiano, 88, Centro, Carangola/MG - Tel.: (32) 3741-9600. Carangola/MG, 28/03/2022 - Pregoeiro.



seus custos das operações. Mesmo diante de todas as adversidades, a Avivar Alimentos S/A continuou a implementar ações para preservar a sustentabilidade e garantir a sustentabilidade de seus negócios. A busca constante de eficiência operacional, ampliação de mercados, gestão de caixa e dívidas, e agregação de valor à marca, possibilitou o resultado líquido de R\$53 milhões. A Administração da Avivar Alimentos S/A agradece o trabalho e o comprometimento de seus profissionais, o apoio de seus acionistas e instituições financeiras, e a confiança de seus clientes, fornecedores e prestadores de serviços. A Administração. São Sebastião do Oeste, 25 de março de 2022.

José Magela da Costa - Diretor Presidente
Antônio Carlos Vasconcelos Costa - Diretor Vice Presidente

de 2021 e 2020 - (Em milhares de reais)			
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	31/12/2021	31/12/2020
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	16	83.669	62.957
Empréstimos e financiamentos	17	120.174	67.707
Obrigações trabalhistas e tributárias	18	19.881	17.405
Partes relacionadas	21	3.543	3.407
Arrendamento Industrial	22	4.412	-
Dividendos a pagar		-	45
Outros passivos circulantes		1.048	2.255
Total do Passivo Circulante		232.727	153.776
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	17	79.577	49.491
Obrigações trabalhistas e tributárias	18	404	731
Provisão para contingências	19	3.638	2.859
Juros sobre capital próprio	20	18.063	11.475
Partes relacionadas	21	5.448	8.991
Outros passivos não circulantes		5.129	5.052
Total do Passivo Não Circulante		112.259	78.599
Patrimônio Líquido	20		
Capital social		92.504	84.441
Reserva de capital		6.631	-
Reserva legal		1.642	-
Reserva incentivos fiscais		110.639	79.451
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		556.401	396.267

te das demonstrações financeiras.

Reservas de Lucros					
de Capital	Reserva de	Reserva	Reserva	Lucros	Total do
Emissão de	incentivos	Legal	de Lu-	Acumula-	Patrimônio
ções	fiscais		ros	dos	Líquido
-	42.903	-	10.660	-	138.004
-	-	-	-	25.888	25.888
-	36.548	-	(36.548)	-	-
-	-	-	25.888	(25.888)	-
-	79.451	-	-	-	163.892
-	-	-	-	-	14.694
-	-	-	-	32.829	32.829
-	-	-	32.829	(32.829)	-
-	-	1.642	(1.642)	-	-
-	31.187	-	(31.187)	-	-
-	110.638	1.642	-	-	211.415

te das demonstrações financeiras.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Contexto operacional. – A Avivar Alimentos S/A (Companhia), sediada na Rua Povoador Teixeira, S/N, Zona Rural, município de São Sebastião do Oeste, estado de Minas Gerais, constituída em 1992, tem como principal atividade o abate de aves, preparação e fabricação dos produtos derivados da ave, comércio e atacado de vegetais, pescados e seus derivados, além da fabricação de massas alimentícias. Atualmente, suas operações são substancialmente destinadas aos supermercados, açougues, mercearias e restaurantes. Em agosto de 2021 a Companhia iniciou as operações de produção de ovos férteis e pintos de um dia, através de suas filiais “Matrizero Carmo do Cajuru”, “Matrizero Esmeraldas” e “Incubatório I São Sebastião do Oeste”. Ampliando assim sua capacidade produtiva e de geração de receita, agregando valor ao seu negócio principal com mais eficiência, competitividade e sustentabilidade. A Companhia também realizou, em agosto de 2021, a alteração de seu tipo societário de “Sociedade Empresarial Limitada (LTD.A)” para “Sociedade por Ações de Capital Fechado (S/A)”, com continuidade dos seus negócios sociais, com o quadro societário inalterado, passando a denominar “Avivar Alimentos S/A”. Havendo a conversão de cada quota emitida pela sociedade para uma ação. 1.1. **Surto de Coronavírus** – Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) emitiu o primeiro alerta de uma nova doença, intitulada COVID-19 (novo Corona vírus), que se alastrou pelo mundo promovendo uma emergência de saúde global que se estendeu por todo o ano de 2020. Em janeiro de 2021, uma segunda onda de contaminação atingiu o Brasil o que desencadeou novas medidas restritivas de governos e entidades do setor privado, que retomou o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem estender os impactos relevantes na economia das empresas para o próximo exercício. A Companhia e suas investidas seguem monitorando de forma diligente toda e qualquer informação sobre este tema, sua evolução, alterações das projeções e estimativas relacionadas aos riscos ligados à sua atividade. 2.2. **Sumário das práticas contábeis – 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras** – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Companhia em 24 de março de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com os CPCs exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Requer, ainda, que a administração julgue a maneira mais apropriada para a aplicação das políticas contábeis. Estimativas contábeis e premissas econômicas e financeiras são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que elas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As demonstrações financeiras incluem várias estimativas e premissas, incluindo, mas não limitado à adequação da: Provisão para perdas esperadas no recebimento de créditos; Provisão para estoques obsoletos ou de giro lento; Estimativa de valor justo de instrumentos financeiros; Depreciação e amortização; Perda por valor não recuperável de ativos não financeiros e financeiros; Vida útil dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; Avaliação da realização de créditos fiscais (impostos) diferidos de IRPJ e de CSLL; e Provisão para contingências. Os argumentos de contestação das demonstrações financeiras da Companhia que requerem maior nível de julgamento, complexidade e de premissas e estimativas significativas estão divulgadas nas notas explicativas que abrangem as citadas contas. Destacam-se a seguir, as principais práticas contábeis adotadas pela Companhia conforme normas do IFRS e práticas contábeis adotadas no Brasil. 2.2.1. **Reconhecimento da receita e apresentação do resultado - Receita de vendas (CPC 47-Receita de contratos com clientes/IFRS 15vigente a partir de 01-01-2018)** – A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, conclui que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita. **Receita de venda de produtos** – A receita de vendas de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. Destacamos que no exercício findo em 31/12/2018 foi implantado o CPC 47/IFRS 15- Receita de contratos com cliente, o qual substituiu os pronunciamentos CPC17- Contratos de construção e o CPC 30- Receitas) de acordo com o CPC 47 a Companhia deve ser reconhecida por um valor que reflète a contrapartida a que uma receita- cliente. **Receitas financeiras**– As receitas financeiras abrangem receitas de juros de aplicações financeiras, ganhos na alienação de ativos financeiros e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método da taxa de juros efetivos. **Receitas, custos e despesas** – O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado de acordo com o princípio da competência de exercícios. **Despesas financeiras**– As despesas de natureza financeira abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidações do desconto a valor presente das provisões, quando aplicáveis, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método da taxa de juros efetivos. As receitas e as despesas de variações cambiais e monetárias são reportadas no resultado da Companhia pela competência em uma base líquida. 2.2.2. **Receitas das transações econômicas/financeiras** – **Impostos sobre tributações de receitas financeiras** – Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que eles são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos

Exercícios Findos	Exercícios Findos em
31/12/2021	31/12/2020
49.534	18.832
12.565	10.004
11.396	-
748	1.757
4.977	735
6.800	-
(16.705)	7.148
7.330	6.125
779	246
77.424	44.847
(22.638)	(11.458)
(52.797)	(62.176)
7.645	(6.505)
(2.007)	(77)
(1.810)	(1.500)
664	(586)
20.712	7.898
2.150	4.012
(1.131)	1.444
28.212	(24.101)
(9)	21
(14.230)	(22.927)
(1.471)	-
(39.413)	-
14.694	-
(40.428)	(22.906)
175.131	93.230
(99.908)	(31.353)
(45)	(591)
6.588	10.370
4.412	-
(3.407)	2.398
82.771	74.054
70.555	27.047
42.563	15.516
113.118	42.563
70.555	27.047

te das demonstrações

juros; (ii) os juros incluem, além do valor temporal do dinheiro, a compensação pelo risco de crédito e outros custos e custos básicos de empréstimo, bem como margem de lucro. Entretanto, nesse acordo, os juros também podem ser formados levando-se em consideração outros componentes como risco de liquidez, custos administrativos, spread da instituição financeira. **Políticas contábeis** aplicam-se às categorias de classificação e mensuração dos ativos financeiros, conforme definições abaixo: **Ativos financeiros (mensurados) ao custo amortizado** - Estes ativos são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivo e a receita de juros e de ganhos auferidos, bem como as perdas cambiais e de impairment são reconhecidas no resultado. Portanto, o custo amortizado é reduzido por eventuais perdas por impairment. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento de ativos financeiros são registradas no resultado; **Ativos financeiros mensurados ao VJR** - Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado; e **Instrumentos de dívida emitidos por terceiros, cujos ativos financeiros existentes são mensurados ao VJORA** - Esses ativos são mensurados ao valor justo e os ganhos auferidos e as perdas cambiais e de impairment são reconhecidas no resultado abrangente (ORA). Ainda, destaca-se que outros resultados líquidos são também reconhecidos em ORA. Os rendimentos auferidos de juros são calculados utilizando o método dos juros efetivo. No reconhecimento inicial de um investimento (ativo) em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo desse investimento em ORA, sendo que essa escolha é feita para cada investimento realizado. No eventual desreconhecimento do ativo financeiro, o resultado contábil acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. **Instrumentos patrimoniais mensurados ao VJORA** - Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos recebidos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento, mantido no ativo. Os outros resultados líquidos existentes são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. **Comparação de mensuração entre as categorias de mensuração antiga conforme o CPC 38 e o CPC 48 para cada classe de ativos financeiros:** Ativos financeiros, classificados no circulante e/ou no não circulante: (i) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras - anteriormente a classificação desses ativos se dava pelo CPC38 como empréstimos e recebíveis e, desde 1º/10/2018, a classificação se dá pelo CPC48/IFRS9 como Valor Justo por Meio de Resultado; e (ii) Contas a receber de clientes e outros créditos - anteriormente a classificação desses ativos se dava pelo CPC 38 como empréstimos e recebíveis e, desde 1º/10/2018, a classificação se dá pelo CPC 48 como custo amortizado. Destaca-se uma substituição fundamental na abordagem da avaliação dos ativos financeiros de perda de crédito incorrida (CPC 38) por perda de crédito esperada (CPC 48/IFRS9). **Novo modelo de impairment pelo CPC 48/IFRS9:** Aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados pelo VJORA; e não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações). **Provisão para perdas esperadas** - A mensuração dessa provisão se dá de acordo com as seguintes bases nos termos do CPC 48/IFRS9: **Perdas de crédito esperadas para 12 meses** - Aquelas que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e **Perdas de crédito esperadas para a vida inteira** - Aquelas que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A Companhia adotou a abordagem simplificada e realizou o cálculo de perda esperada, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro. Sendo assim, é considerado pela Companhia um ativo financeiro como inadimplente quando: (i) É pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou (ii) O ativo financeiro está vencido conforme regras da Companhia. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação de crédito" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro. Em cada data de apresentação das demonstrações financeiras, a Companhia avalia se os ativos financeiros avaliados e contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados e registrados ao VJORA estão com problemas de recuperação. **2.2.5. Ajuste a valor presente** - Os ativos e passivos monetários são sujeitos à avaliação do impacto de ajuste a valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento. **Empréstimos e financiamentos a prazo e bancos e mútuos ativos e passivos com partes relacionadas** - Após reconhecimento inicial, tais Passivos e Mútuos ativos e passivos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa e/ou revogação, cancelamento ou expiração dos ativos e passivos, respectivamente, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **2.2.6. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge** - A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o derivativo é contratado, sendo apresentados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Os ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado. **2.2.7. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros** - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que esse não consideraria em outras transações indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A Companhia considera evidência de perda de valor para receberes tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os receberes individualmente significativos são avaliados quanto a perda de

Exercícios Ffindos		
2020 - (Em milhares de reais)		
	Exercícios	Ffindos em
totas	31/12/2021	31/12/2020
23	1.024.693	760.076
24	(825.084)	(607.189)
24	(4.649)	(4.506)
	194.960	148.381
2020	(127.424)	(102.723)
	2.700	2.130
	(124.724)	(100.593)
	70.236	47.788
25	(28.395)	(37.274)
25	7.694	8.318
	(20.702)	(28.956)
	49.534	18.832
26	-	(92)
26	(16.705)	7.148
	32.829	25.888
integrante das demonstrações		
Exercícios Ffindos		
2020 - (Em milhares de reais)		
	31/12/2021	31/12/2020
	32.829	25.888
	-	-
	32.829	25.888
integrante das demonstrações		
Exercícios Ffindos		
2020 - (Em milhares de reais)		
	31/12/2021	31/12/2020
	32.829	25.888
	-	-
	32.829	25.888
integrante das demonstrações		
Exercícios Ffindos		
2020 - (Em milhares de reais)		
	31/12/2021	31/12/2020
	32.829	25.888
	-	-
	32.829	25.888
integrante das demonstrações		

integrante das demonstrações
ras.

Exercícios Findos em	
31/12/2021	31/12/2020
32.829	25.888
-	-
32.829	25.888

por específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra os respectivos recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos por meio da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

2.2.8. Transações em moeda estrangeira – As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários (financeiros) denominados em moeda estrangeira são reconversitos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado por competência. Os ativos e passivos não monetários (não financeiros) mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

2.2.9. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras – As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. A autorização da emissão das demonstrações financeiras anuais da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi dada pela sua diretoria estatutária em 18 de março de 2022.

2.2.10. Caixa e equivalentes de caixa – Na rubrica de caixa e equivalentes de caixa, estão registrados os saldos de caixa. Este saldo apresenta liquidez imediata e apresenta risco insignificante de mudanças de valor.

2.2.11. Contas a receber de clientes – A perda para recebimento de créditos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência. Os créditos em que houve a baixa como perdas, mas mantidas as respectivas cobranças, administrativas ou judiciais, encontram-se deduzidos dos valores a receber.

2.2.12. Estoques – Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido ajustado ao valor das eventuais perdas. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui os gastos incorridos na aquisição de estoques e de outros custos incorridos em traz-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos custos estimados necessários para a realização da venda. A Provisão para estoques obsoletos ou de giro lento são constituídas, sempre que consideradas necessárias pela Administração da Companhia.

2.2.13. Ativo Biológico – Por gerenciar a transformação biológica de aves, a Companhia adota o CPC 29 / IAS 41- Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas. De acordo com o pronunciamento, os ativos biológicos devem ser mensurados ao valor justo menos as despesas de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência, exceto para os casos em que o valor justo não possa ser mensurado de forma confiável. A Companhia considera que o método de custo é a técnica de avaliação mais apropriada para o cálculo do valor justo de seus animais vivos, principalmente por conta do curto período de vida dos ativos biológicos, bem como o preço que seria recebido pela venda em um mercado ativo baseado no custo para produzir um animal em mesmo grau de maturidade no seu ciclo de vida. Os animais vivos da Companhia são representados por aves e segregados em consumíveis (circulante) e animais para produção (não circulante). Os animais para abate (consumíveis) são destinados para produção de carne in natura e/ou produtos elaborados e processados e enquanto não atingem o peso adequado para abate são classificados como imaturos. Os processos de abate e produção ocorrem de forma sequencial em um curtíssimo intervalo de tempo e, como consequência, apenas os animais vivos transferidos para abate nos frigoríficos são classificados como maduros. Os animais para produção (matrizes) são aqueles que têm a função de produzir outros ativos biológicos. Enquanto não atingem a idade de reprodução são classificados como imaturos, e quando estão aptos a iniciar o ciclo reprodutivo são classificados como maduros. No caso de animais mantidos para produção, esse custo é reduzido ao longo do tempo levando em conta a redução em valor ao longo de sua vida útil.

2.2.14. Imobilizado – Registrados ao custo de aquisição ou formação, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxa que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme descrito abaixo:

	31 de dezembro de 2021 e 2020
Edifícios	25 anos ou 4% a.a.
Máquinas e equipamentos	10 anos ou 10% a.a.
Instalações Industriais	10 anos ou 10% a.a.
Móveis e utensílios	10 anos ou 10% a.a.
Equipamentos de informática	5 anos ou 20% a.a.
Veículos	5 anos ou 20% a.a.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, consequentemente, nenhuma provisão para perda por valor não recuperável de ativos não financeiros ("Impairment") dos ativos imobilizados foi julgada necessária. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.2.15. Intangível – Ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução no valor recuperável, sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social, que ocorre em 31 de dezembro de cada ano. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ganho ou perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é re-



AVIVAR ALIMENTOS S/A - CNPJ nº 42.816.108/0001-05 - NIRE 31300140865		
sada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. Os principais ativos intangíveis referem-se a softwares amortizados ao longo de sua vida útil estimada. A Companhia não possui ativos intangíveis gerados internamente. 2.2.16. Demais ativos e passivos circulares e não circulares - Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Por outro lado, um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulares quando sua realização ou liquidação é provável que ocorre nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulares. Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, se aplicável, os rendimentos, encargos e variações monetárias correspondentes. A apropriação dos rendimentos e encargos mensais pactuados é calculada pelo método linear. Os rendimentos ou encargos proporcionais aos dias decorridos no mês da contratação das operações são apropriados dentro do próprio mês, <i>pro-rata</i> dia. A administração da Companhia não identificou a necessidade de constituição de Ajuste a valor presente (AVP) de seus ativos e passivos conforme previsto no CPC12. 3. Demonstrações dos resultados abrangentes e dos fluxos de caixa (DFC) - Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não ocorreram transações econômicas em que se justificasse a inclusão da sua contabilização como Resultados Abrangentes, conta componente do Patrimônio Líquido. No entanto, essa Demonstração dos Resultados Abrangentes está sendo apresentada para esses exercícios. A DFC está apresentada pelo método indireto. 3.1. Lucro por ação quota do capital social - O lucro por quota do capital social básico é calculado por meio do resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia. 4. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros - A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir: 1. Ativos financeiros: Compreendem valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos circulares, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço patrimonial intermediário, aos valores de mercado; 2. Outros passivos financeiros: Compreendem os empréstimos e financiamentos, os fornecedores e outros passivos circulares. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais; 3. Instrumentos financeiros: os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contratuais; 4. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros: a Administração da Companhia realiza o gerenciamento da exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios; 5. Risco de crédito: a Companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira de clientes, além do contínuo acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas. Para assegurar o recebimento dos clientes, a Companhia realiza o acompanhamento da atividade financeira por intermédio de consultas e gerenciamento junto aos órgãos de proteção de crédito; 6. Risco de liquidez: a política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Os riscos de liquidez também são mitigados pelo fato de a Companhia não possuir significativos endividamentos; 7. Gestão de risco de taxa de câmbio: os resultados da Companhia são suscetíveis a sofrer variações, pois as suas contas a pagar podem ser afetadas pela volatilidade da taxa de câmbio, principalmente do dólar americano. A Companhia administra os riscos de mercado através de operações de hedge e/ou hedge naturais, visando minimizar a exposição a possíveis perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio; 8. Gestão de capital: A política da Administração da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Essa Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A dívida líquida da Companhia para a relação ajustada de seu capital próprio (patrimônio líquido ou PL) ao final do período é apresentada conforme segue:		
Descrição	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Total do passivo circulante e do passivo não circulante	344.986	232.363
(+) Caixa e equivalentes de caixa	(113.118)	(42.563)
Total da dívida líquida da Companhia (a)	231.868	189.800
Total geral do patrimônio líquido positivo da Companhia (b)	211.415	163.904
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido no (Exercício) findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (a/b)	1,10 vezes	1,16 vezes
5. Novas normas contábeis - I. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021 - Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis ("CPC"), são as seguintes: a) Reforma da Taxa de Juros de Referência - IBOR "fase 2" (Alterações para IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16): Essas alterações a várias normas IFRS são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 01/01/2021 e complementam as realizadas em 2019 ("fase 1"). As alterações proporcionaram alívio à Companhia, em relação a certos empréstimos, cujos termos contratuais são afetados pela reforma da taxa de juros de referência. b) Impactos da COVID-19 nas concessões de aluguel (Alterações a IFRS 16): A partir de junho de 2020, e depois a partir de março de 2021, a IFRS 16/CPC 06 (R2) foi alterada para incluir um expediente prático para os locatários que contabilizam as concessões de aluguel obtidas dos locadores como consequência direta da pandemia do COVID-19 e satisfazem todas as seguintes condições: i. a alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente prévia à alteração; ii. qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes à 30 de junho de 2022; e iii. não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento. As alterações descritas acima nesse subitem I, especificamente nas letras a e b) não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras. II. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31/12/2021 - a) Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37): Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 01/01/2022 para contratos existentes na data em que as alterações foram aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. A Companhia não espera impactos significativos quando da adoção desta norma. b) Outras normas - Para as seguintes normas ou alterações a Diretoria da Companhia ainda não determinou se haverá impactos significativos nas suas demonstrações contábeis; a saber: • Alteração na norma IAS 16 Imobilizado-Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Ela esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições previstas de uso. Esta alteração da norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01/01/2022; • Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2022. Essa norma efetua alterações no IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; tais como: IFRS 9-Instrumentos Financeiros, comenta sobre o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16-Arendamentos, contempla exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41-Agricultura, explica aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações da norma são efetivas para exercícios iniciados em/ou após 01/01/2022; • Alteração nas normas IFRS 3 - Combinação de Negócios-Nelas estão incluídas, também, a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37-Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o comprador a aplique para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo da IFRIC 21-Tributos, o comprador o aplica para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. Finalmente, as alterações acrescentam uma declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios. • As alterações são aplicáveis a combinações de negócios cuja data de aquisição ocorra em ou após o início do primeiro período de relatório iniciado em ou após 01/01/2022. A adoção antecipada é permitida se a entidade também adotar todas as outras referências atualizadas (publicada em conjunto com a Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro-CPC 02 (R2) na mesma data ou antes. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, mas podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios; • Alteração na norma IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IAS 12-Tributos sobre o Lucro (IRPJ e CSLL); traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial dos impostos de renda diferido relacionados a ativos e passivos resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IFRS 4 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9-Instrumentos Financeiros para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; e • Alteração na norma IAS 1 (CPC 26). Apresentação das Demonstrações Contábeis Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Os parágrafos 69 a 76 desse IAS alterados especificam os requisitos que se proceder. Elas esclarecem: a) o que significa um direito de postergar a liquidação; b) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; c) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e d) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As citadas modificações são válidas para períodos iniciados a partir de 01/01/2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia e suas controladas avaliam o impacto que essas alterações terão na sua prática atual. Alteração na norma IFRS 17-Contratos de Seguro: inclui esclarecimentos de aspectos referentes para esses contratos. O seu objetivo geral é o de fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Ela vigorará para períodos iniciados a partir de 01/01/2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A sua adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9-Instrumentos Financeiros e a IFRS 15-Receita de Contrato com Cliente na mesma data ou antes da adoção inicial dessa norma. Ela, não se aplica à Companhia e a suas controladas. Excluído o comentário efetuado no Item 17, que não se aplica à Companhia e suas controladas, os normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia e suas controladas estão acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos nas suas demonstrações financeiras		
6. Caixa e equivalentes de caixa		
	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Caixa	2	3
Bancos conta corrente de movimento	1.548	679
Aplicações financeiras	111.568	41.881
Total	113.118	42.563
As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalente de caixa. Representado por papéis de renda de fixa indexado ao CDI - Certificado de depósito interbancário, cujos vencimentos são inferiores a 90 dias a contar da data sua contratação e com taxas de remuneração de até 100%. 7. Contas a receber de clientes líquidas - O saldo a receber é originado de operações de vendas a clientes mercado interno e externo, e está apresentado líquido das provisões constituídas conforme estimativas de perdas no seu recebimento.		
	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Saldos de contas a receber de clientes:		
Saldos dos valores brutos faturados contra clientes		
(+) Valores a receber nacionais	75.464	62.796
(+) Valores a receber externo	13.658	3.688
(=) Total geral de contas a receber	89.122	66.484
(-) Perdas no Recebimento de Créditos	(2.505)	(1.757)
(=) Total geral a vencer (a vencer e vencidas) líquido de PCR	86.617	64.727
Circulante	86.516	64.563
Não circulante	101	164
Saldos dos valores faturados brutos a receber e vencidos:		
A vencer	73.784	54.004
de 1 a 90 dias	12.306	5.231
de 91 a 180 dias	347	74
vencidos entre 181 a 360 dias	323	7.175
vencidos a mais de 360 dias	2.362	-
Total dos valores brutos a receber	89.122	66.484

Parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia estão garantidos por contas a receber, no valor de R\$ 11.429 em 31 de dezembro de 2021. A Companhia constituiu suficientemente a dedução das perdas no recebimento de créditos conforme sua política interna, visando suprir eventuais perdas na realização dos mesmos. A movimentação destas perdas está demonstrada a seguir:

Saldos em 31/12/2019		(1.757)
(-) Perdas no recebimento de créditos		(1.757)
Saldos em 31/12/2020		(748)
(-) Perdas no recebimento de créditos		(748)
Saldos em 31/12/2021		(2.505)

8. Estoques		
	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Produto acabado	28.275	20.783
Produto em elaboração	7.627	34.102
Materia prima	69.325	58.361
Almoxarifado	17.010	9.024
Estoque poder de terceiros	1.789	127
Total dos saldos dos estoques líquidos	124.026	122.397

Os produtos acabados e em processo de produção são avaliados pelo custo médio de produção; enquanto as matérias-primas, materiais de embalagens e os outros estoques são valorizados pelo custo médio de aquisição, os quais são inferiores aos seus valores de realização ou de reposição. Em 2021 a Companhia reclassificou parcialmente o saldo da conta "Produto em elaboração" do grupo de "Estoque" para a conta "Ativo biológico", correspondente as aves vivas destinadas para abate (ver nota 9.a). O saldo remanescente da conta "Produto em elaboração" representa principalmente os ovos férteis a incubar e incubados. **9. Ativos Biológicos** - As movimentações dos ativos biológicos durante o período estão apresentadas abaixo: **a) Animais consumíveis**

	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Saldo Inicial do Exercício		-
Transferência	34.098	-
Compras	-	-
Produção	545.241	-
Consumo Produção	(528.171)	-
Saldo Final do Exercício	51.168	-

Em 2021 a Companhia reclassificou parcialmente o saldo da conta "Produto em elaboração" do grupo de "Estoque" para a conta "Ativo biológico", (ver nota 8). Circulantes (consumíveis) - São destinadas ao abate, após idade de maturação durante um período de 30 a 48 dias, para produção de carne in natura e/ou produtos industrializados. O valor justo de seus ativos biológicos está substancialmente representado pelo custo de formação, principalmente devido ao curto ciclo de vida dos animais e pelo fato de que parte significativa da rentabilidade dos produtos deriva do processo de industrialização, e não da obtenção de carne in natura (matéria-prima no ponto de abate). **b) Animais para produção**

Descrição da conta	Saldos líquidos em 31/12/2020	Adições	Transfe-rências	Baixas	Depreciação	Saldos líquidos em 31/12/2021
Ativo Biológico Maduro - Matrizes	-	18.849	11.139	(6.671)	(11.396)	11.921
Ativo Biológico Imaturo - Matrizes	-	20.564	(11.139)	(129)	-	9.296
Total	-	39.413	-	(6.800)	(11.396)	21.217

Descrição da conta	Saldos líquidos em 31/12/2020	Adições	Transfe-rências	Baixas	Depreciação	Saldos líquidos em 31/12/2021
Ativo Biológico Maduro - Matrizes	-	18.849	11.139	(6.671)	(11.396)	11.921
Ativo Biológico Imaturo - Matrizes	-	20.564	(11.139)	(129)	-	9.296
Total	-	39.413	-	(6.800)	(11.396)	21.217

Não circulares (para produção) - São destinadas a reprodução e tem sua vida útil estimada 16 meses. Os animais listados acima são aqueles que têm a função de produzir outros ativos biológicos (matrizes). Enquanto não atingem a idade de reprodução são classificados como imaturos (no ativo não circulante) e quando estão aptos a iniciar o ciclo reprodutivo são classificados como maduros. As transferências refletem esta alteração de ciclo. Os referidos ativos estão mensurados pelo custo de aquisição, uma vez que não há um mercado ativo para aves matrizes e o preço que seria recebido pela venda seria baseado no custo para produzir um animal em mesmo grau de maturidade no seu ciclo de vida. Considerando que as aves imaturas se encontram em fase de formação, nenhuma depreciação foi reconhecida até o momento. A avaliação de vida útil de tais aves será realizada quando atingirem a maturidade. **c) Estratégia de gerenciamento de risco relacionada às atividades agrícolas** - A Companhia está exposta aos seguintes riscos relacionados as suas criações e abate de aves: **(i) Riscos regulatórios, sanitários e ambientais** - A Companhia estando sujeita às leis e regulamentações relativas à produção, abate e processamento de frango, segue rigorosamente todas as leis ambientais e sanitárias nacionais, estaduais e municipais. Seu abate está inspecionado pelo regime federal (SIF) além de receber comitativas dos países e regiões para manter suas habilitações para exportação. **(ii) Risco de oferta e demanda de commodities agrícolas (notadamente milho e farelo de soja)** - A Companhia está exposta a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de compra de milho e farelo para a criação das aves. Para mitigar esse risco, a Companhia: (i) monitora regularmente o cenário de oferta e demanda de grãos no Brasil e no mundo, (ii) avalia a tendência de fatores climáticos nas regiões produtivas, (iii) forma estoque estratégico de milho em seus armazéns próprios e eventualmente em terceiros, (iv) compra milho e farelo de soja a termo, bem como utiliza de instrumentos derivativos (contratos futuros e cédula produto rural) para se proteger de eventuais riscos de oscilação de custo. O objetivo primordial dessa prática, que faz parte de nossa política de Gerenciamento de Riscos Financeiros, é a de evitar oscilações bruscas em seus custos de animais vivos a fim de ter tempo hábil para o devido repasse de preço a seus produtos acabados e não incorrer em compressões de margem bruta. **10. Impostos a recuperar**

	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Descrição da conta		
ICMS a recuperar (a)	16.985	7.030
PIS e COFINS a recuperar (b)	4.658	4.880
PIS e COFINS a recuperar sobre ativo imobilizado (b)	261	242
Imposto de renda e contribuição social a recuperar e estimativa	201	201
IRRF s/ aplicação financeira	278	111
Outras retenções	4	4
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado (a)	1.144	2.004
Total dos impostos	23.531	14.472
Circulante	5.641	6.129
Não circulante	17.890	8.343

(a) ICMS a recuperar: Em decorrência de atividade exportadora; benefícios fiscais; vendas no mercado doméstico sujeitas a alíquotas reduzidas; e aquisição de ativo imobilizado, a Companhia gera créditos que são compensados com débitos decorrentes nas vendas no mercado interno. **(b) Os saldos de PIS / COFINS referem-se a créditos excedentes decorrentes de insumos, ativo imobilizado e serviços, que vêm sendo utilizados para compensar outros impostos e contribuições federais, inclusive IRPJ e CSLL.** **11. Impostos diferidos - Créditos fiscais de impostos (ativos) de IRPJ e CSLL** - No exercício findo em 31/12/2021, a Companhia reverteu para o resultado do exercício o saldo dos créditos fiscais de IRPJ e de CSLL sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL. Composição do saldo dessa conta em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Saldo acumulado do prejuízo fiscal de IRPJ e de base negativa de CSLL		
CSLL - 9%	-	4.422
IRPJ- 25%	-	12.283
Total de créditos fiscais contabilizados	-	16.705

Movimentação da conta:		
Saldo em 31/12/2019		9.557
Mais acréscimo de crédito, tendo como contrapartida a receita diferida de IRPJ e CSLL		7.191
Menos valor compensado em 2020 de IRPJ e CSLL		(43)
Saldo em 31/12/2020		16.705
Mais acréscimo de crédito, tendo como contrapartida a receita diferida de IRPJ e CSLL		-
Menos valor compensado em 2021 de IRPJ e CSLL		(16.705)
Saldo em 31/12/2021		-

12. Outras contas ativas circulares e não circulares - 12.1. Adiantamentos a fornecedores		
	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Descrição da Conta		
Adiantamentos a fornecedores nacionais	2.814	807
Total dos adiantamentos a fornecedores	2.814	807
Os adiantamentos são concedidos aos fornecedores e produtores integrados (aviários de terceiros responsáveis pelo manuseio das aves) em função de particularidades da atividade avícola, que requer um maior controle para as questões de biossegurança e sanidade animal. Estes adiantamentos são permanentemente controlados e aos valores adiantados são compensados nos acertos/pagamentos no final do ciclo produtivo, que gira em torno de 60 dias. 12.2. Despesas antecipadas e Outros ativos (circulante)		

Descrição da conta	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Prêmio seguros	326	330
Adiantamento de férias	206	234
Carta de crédito a receber	-	384
Cédula de Produto rural - CPR	150	506
Contribuição sindical patronal	5	24
Outros ativos	191	64
Total dos outros ativos	878	1.542
Circulantes	878	1.542

13. Investimentos		
	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Investimentos		
Terrenos Rurais para Investimentos	139	139
Coop.Cred.Liv.Adm.Regiao - Divicred (a)	12	11
Coop.Cred.Liv.Adm.Regiao - Crediverd (a)	24	22
Coop.Cred.Poup. e Invest. Sul Minas RS/MG-Sicredi (a)	6	-
Valor total do investimento	181	172

(a) Refere-se a uma participação econômica de forma equitativa do capital de uma cooperativa obtendo juros sobre o seu capital (Sobras). **14. Imobilizado** - Apresentamos a seguir a composição dos ativos imobilizados líquidos:

	% Anual de taxas de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Saldos líquidos em	
				31/12/2021	31/12/2020
Terrenos Rurais	-	535	-	535	343
Edifícios e Construções	4%	38.618	(6.897)	31.721	14.872
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros - Construções	4%	19	-	19	-
Máquinas e Equipamentos	10%	87.929	(43.276)	44.653	41.318
Instalações Industriais	10%	40.200	(14.828)	25.372	19.783
Veículos	20%	3.185	(834)	2.351	5
Móveis e Utensílios	10%	1.554	(752)	802	560
Equipamentos Eletrônicos e Informática	20%	2.443	(1.601)	842	487
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros - Instalações	10%	28	-	28	-
Imobilizações em andamento	-	12.511	-	12.511	44.779
Total	-	187.022	(68.188)	118.835	122.147

Movimentação do imobilizado para o exercício findo em 31/12/2021:

Descrição da Conta	Saldos líquidos em 31/12/2020	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldos líquidos em 31/12/2021
Terrenos Rurais	343	202	-	(10)	-	535
Edifícios e Construções	14.872	-	18.384	(68)	(1.467)	31.721
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros - Construções	-	-	19	-	-	19
Máquinas e Equipamentos	41.318	1.118	9.585	(453)	(6.915)	44.653
Instalacoes Industriais	19.783	5	9.456	(197)	(3.676)	25.371
Veiculos	5	2.516	-	-	(170)	2.351
Móveis e Utensílios	560	335	84	(38)	(137)	804
Equipamentos Eletronicos e Informatica	487	591	-	(35)	(200)	843
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros - Instalações	-	-	28	-	-	28
Imobilizações em andamento	44.779	9.463	(37.556)	(4.176)	-	12.510
Total imobilizado líquido	122.147	14.230	-	(4.977)	(12.565)	118.835

Movimentação do imobilizado para o exercício findo em 31/12/2020:

Descrição da Conta	Saldos líquidos em 31/12/2019	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldos líquidos em 31/12/2020
Terrenos Rurais	333	149	-	(139)	-	343
Edifícios e Construções	14.306	6	1.454	(51)	(843)	14.872
Máquinas e Equipamentos	34.539	13.053	5	(285)	(5.994)	41.318
Instalacoes Industriais	18.461	92	4.330	(209)	(2.891)	19.783
Veiculos	13	-	-	-	(8)	5
Móveis e Utensílios	626	58	-	(6)	(118)	560
Equipamentos Eletronicos e Informatica	392	272	-	(45)	(132)	487
Imobilizações em andamento (a)	41.271	9.297	(5.789)	-	-	44.779
Total imobilizado líquido	109.941	22.927	-	(735)	(9.986)	122.147

Parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia estão garantidos por bens de ativo imobilizado, no valor de R\$ 17.530 em 31 de dezembro de 2021. (a) Os valores de imobilizado em andamento são referentes a renovação e atualização dos equipamentos da Companhia. A Companhia contratou empresa especializada, para realizar inventário físico com emplotamento, conciliação físico-contábil, revisão da vida útil e determinação das taxas de depreciação, e avaliação de bens do ativo imobilizado de sua matriz e filiais, como objetivo de determinação de valor justo em atendimento ao CPC 27 (Ativo Imobilizado) e ao CPC 46 (Mensuração do Valor Justo) na data base de 31 de julho de 2021. Com a apresentação do Laudo de Avaliação Patrimonial em outubro de 2021, a Companhia, a fim de assegurar a veracidade das demonstrações contábeis, reconheceu no exercício de 2021 a conciliação físico-contábil, com a inclusão e baixas dos bens; demonstrados e consolidados no inventário. **15. Intangível, líquido**

	% Anual de taxas de amortização	Custo	Amortização acumulada	Saldos líquidos em	
				31/12/2021	31/12/2020
Software ou Programas de Computador	33,33%	1.819	(324)	1.495	24
Total do intangível		1.819	(324)	1.495	24



AVIVAR ALIMENTOS S/A - CNPJ nº 42.816.108/0001-05 - NIRE 31300140865		
18. Obrigações trabalhistas e tributárias - Apresentamos a seguir a composição dos saldos:		
Obrigações trabalhistas	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Provisão de férias e encargos	8.847	7.240
INSS a recolher	1.019	840
FGTS a recolher	790	617
Contribuição Previdenciária	1.157	945
Salários a pagar	5.170	3.959
Outras contas a pagar	1.045	449
Total de obrigações trabalhistas	18.028	14.050
Obrigações tributárias		
ICMS	962	737
Parcelamento – RFB	51	205
Imposto de renda retido na fonte	1.220	3.106
mposto de renda e Contribuição social a recolher	-	12
ISS – Impostos sobre serviços	11	26
Outras contas a pagar	13	-
Total bruto das tributárias	2.257	4.086
Total geral das obrigações trabalhistas e tributárias	20.285	18.136
Circulante	19.881	17.405
Não circulante	404	731

19. Depósitos judiciais e Provisão para contingências - A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias e cíveis. A Administração com base em informações de seus assessores jurídicos; análise das demandas judiciais pendentes e quanto às ações tributárias; com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constitui, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, provisão para as causas com expectativa de perda considerada provável. Composição e movimentação provisão para contingências:

	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Tributárias	-	31
Cíveis	398	398
Trabalhistas	3.240	2.430
Total	3.638	2.859

	Tributárias	Cíveis	Trabalhista	Total
Em 31 de dezembro de 2019	-	348	2.265	2.613
Constituição de provisões, líquidas de reversões	31	50	165	246
Em 31 de dezembro de 2020	31	398	2.430	2.859
Constituição de provisões, líquidas de reversões	(31)	-	810	779
Em 31 de dezembro de 2021	-	398	3.240	3.638

A Companhia também figura como parte em alguns processos judiciais tributários e trabalhistas que surgem no curso normal de suas operações, dos quais seus consultores jurídicos estimam as chances de perda como possíveis no montante de R\$ 1.250 e remotas. Depósitos judiciais - ativos não circulantes - A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados às provisões trabalhistas e cíveis, os quais estão assim demonstrados:

	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Depósito trabalhista	9.146	8.595
Depósito cível	-	2.116
Depósito Tributário	3.375	-
Total	12.521	10.711

A seguir a movimentação dos depósitos judiciais:

	Depósito Trabalhista	Depósito cível	Depósito tributário	Total
Em 31 de dezembro de 2019	8.161	1.050	-	9.211
Adição	1.401	1.066	-	2.467
Baixa	(967)	-	-	(967)
Em 31 de dezembro de 2020	8.595	2.116	-	10.711
Adição	1.270	1.259	-	2.529
Baixa	(719)	-	-	(719)
Reclassificação	-	(3.375)	3.375	-
Em 31 de dezembro de 2021	9.146	-	3.375	12.521

20. Patrimônio líquido - a) Capital social - O capital social da Companhia está representado em 31/12/2021 por 92.503.645 ações ordinárias, distribuídas da seguinte forma:

	Saldo em 31/12/2021			Saldo em 31/12/2020		
	Nº de ações	RS Valor Capital	% Participação por acionista	Nº de quotas	RS Valor Capital	% Participação por acionista
Framir Alves Araújo	18.020	18.020	19,48	18.020	18.020	21,34
Luaná Vasconcelos Delfino Costa	14.306	14.306	15,47	13.131	13.131	15,55
Sara Maira Delfino Costa	14.306	14.306	15,47	13.131	13.131	15,55
Elênio Delfino Costa	14.306	14.306	15,47	13.131	13.131	15,55
Yana Tassis Vasconcelos Costa	8.473	8.473	9,15	7.129	7.129	8,44
Diogo Antônio de Almeida Costa	8.480	8.480	9,17	7.134	7.134	8,45
Matheus Mattioli Vasconcelos Costa	8.480	8.480	9,17	7.134	7.134	8,45
Natalia Vasconcelos Costa	6.133	6.133	6,62	5.631	5.631	6,67
Total	92.504	92.504	100,00	84.441	84.441	100,00

A Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária no dia 05/08/2021, deliberou e aprovou o plano de reestruturação societária, alterando os percentuais de participação dos acionistas, com emissão e subscrição

de 8.062.645 ações ordinárias, sem valor nominal, pelo preço unitário de R\$ 1,00 (um real) no valor total de R\$ 8.063 integralizados em moeda corrente nacional. b) Reservas de capital - Reserva especial de ágio na emissão de ações - Em 05 de agosto de 2021, por meio de Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da Companhia, deliberou e aprovou o aporte em moeda corrente nacional do Ágio no montante de R\$ 6.631, no qual foi contabilizado e registrado em seus livros societários, sendo integralizado e registrado integralmente na conta “Reservas de Capital” – Ágio na Emissão de Ações. c) Destinação do lucro - A proposta de destinação do lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro está demonstrada a seguir.

	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Lucro líquido do exercício	32.829	25.888
Destinação para reserva legal	(1.642)	-
Destinação para reserva incentivos fiscais	(31.187)	(25.888)
Base de Cálculo para destinação	-	-
Dividendos propostos	-	-
Dividendos Pagos	-	(591)

Reserva Legal - Em atendimento nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, a Companhia destinou 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício 2021 para a constituição do Fundo de Reserva Legal. Reserva de Incentivos Fiscais - A Companhia possui, mediante ato normativo e concessivo, incentivo fiscal de ICMS concedido pela Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais com o objetivo de viabilizar o estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos, conforme artigo 30º da Lei 12.973/2014. Ainda conforme o § 4º deste mesmo artigo, que teve redação incluída pela Lei Complementar nº 160 de 2017, os incentivos e os benefícios fiscais ou financeiro-fiscais relativos ao imposto previsto no inciso II do caput do art. 155 da Constituição Federal (ICMS), concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal, são considerados subvenções para investimento, vedada a exigência de outros requisitos ou condições não previstas neste artigo. De acordo com o dispositivo legal acima, tais benefícios fiscais de ICMS, com a entrada em vigor da Lei Complementar 160/2017, passaram a ser considerados como Subvenções para Investimentos. Os valores líquidos de R\$ 36.548 e R\$ 31.187 deste benefício foram utilizados respectivamente nos anos de 2020 e 2021 para constituição de Reservas de Incentivos Fiscais, conforme demonstrado na “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido”.

Dividendos e Juros Capital Próprio - A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, efetuados pela Administração da Companhia dentro da parcela equivalente ao previsto é reconhecido no passivo não circulante nas rubricas “Dividendos a pagar” e “Juros sobre capital próprio”, por ser considerada como uma obrigação legal determinada pelo estatuto social da Companhia. A administração provisionou no exercício, juros sobre capital próprio, no valor de R\$ 6.588. 21. Partes relacionadas - As operações e saldos em aberto estão apresentados a seguir:

	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Jose Magela da Costa	8.991	12.398
Total	8.991	12.398
Circulante	3.543	3.407
Não circulante	5.448	8.991

21.1. Termos e condições de transações com partes relacionadas - O saldo em aberto no encerramento do exercício não tem garantias, está sujeito a juros normais de mercado, e é liquidado em moeda corrente.

21.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia - A remuneração paga aos administradores e dirigentes da Companhia no exercício de 2021 foi de R\$ 2.021 e R\$ 521 em 2020. 22.

Arrendamento Industrial - A Companhia firmou contrato de arrendamento, por tempo indeterminado, para uso e gozo dos imóveis rurais, incluindo as benfeitorias, edificações, maquinários e quaisquer outros bens, com a arrendatária Grupal Avícola Ltda, para fins de operação das atividades de produção de ovos férteis e pintos de um dia. O arrendamento industrial será reajustado anualmente com base no IPCA.

	Sando em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Passivo		
Grupal Avícola Ltda	4.412	-
Total circulante	4.412	-

23. Receita operacional líquida - Vide composição a seguir, das receitas operacionais líquidas auferidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	Sando em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Receita bruta		
Receitas produção	1.076.702	800.892
Receitas revenda	8.501	6.944
Receitas materiais	157	147
Total de receita bruta	1.085.360	807.983

Deduções de receita bruta		
Devoluções e cancelamento de vendas	(13.463)	(12.085)
ICMS (a)	(15.697)	(12.339)
Cofins	(25.887)	(19.294)
PIIS	(5.620)	(4.189)
Total das deduções de receita bruta	(60.667)	(47.907)
Total da receita operacional líquida	1.024.693	760.076

(a) Os valores do incentivo fiscal de ICMS estão demonstrado na nota 20. 24. Gastos por natureza

	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Materiais empregados	(614.192)	(462.529)
Salários, benefícios e encargos sociais	(139.991)	(113.768)
Serviços de terceiros	(110.174)	(80.300)
Energia Elétrica	(14.712)	(14.787)
Conservação e manutenção	(21.602)	(14.714)
Depreciação e amortização	(29.987)	(9.907)
Tributários	(1.042)	(5.171)
Mercadoria revendida	(4.642)	(4.506)
Veículos	(2.974)	(1.804)
Outros	(17.834)	(6.932)
Total	(957.157)	(714.418)
Custos dos produtos vendidos	(825.084)	(607.189)
Custo mercadoria revendidas	(4.649)	(4.506)
Despesas administrativas, com vendas e gerais	(127.424)	(102.723)
Total	(957.157)	(714.418)

Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia, continuar operando, divulgando quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. • O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio,

25. Resultado financeiro líquido- (Despesas) e receitas financeiras - Vide composição a seguir, do resultado financeiro auferido e (incorrido), respectivamente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Receitas financeiras		
Receita com aplicação financeira	3.054	794
Variação monetária	84	384
Variação cambial	3.828	6.483
Juros ativos e descontos obtidos	716	562
Outras receitas financeiras líquidas	12	95
Total das receitas financeiras	7.694	8.318
Despesas financeiras		
Juros de empréstimos e financiamentos	(8.756)	(8.177)
	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Despesas bancárias	(612)	(508)
Descontos concedidos	(3.938)	(1.770)
Variação cambial	(4.605)	(12.651)
Variação monetária	(1.348)	(1.097)
Juros sobre capital próprio	(7.750)	(12.200)
Outras despesas financeiras	(1.387)	(871)
Total das despesas financeiras	(28.395)	(37.274)
Total do resultado financeiro líquido	(20.702)	(28.956)

26. (Despesa) de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro (CSLL) - (Despesa) corrente de IRPJ e CSLL - Vide demonstração a seguir da (Despesa) corrente de IRPJ e CSLL para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	49.534	18.832
Imposto de renda e contribuição social – 34%	-	(3.720)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos / (reversão)	(16.705)	7.148
Outras Adições e Exclusões	-	(7)
Incentivo Fiscal Subvenção	-	3.553
Ajuste provisões reversão não dedutíveis	-	42
Compensação de Prejuízo	-	40
Valor apresentado no resultado	32.829	25.888

Em dezembro de 2021, a Companhia elaborou estudo para registro dos créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, com base no seu plano estratégico, ajustado pelas principais adições e exclusões permanentes previstas, o qual não apresentou expectativa de aproveitamento. Com base nesta estimativa, a Administração acredita que não é provável que esses créditos fiscais diferidos sejam utilizados e efetuem a reversão em 31 de dezembro 2021. 27. Instrumentos financeiros - As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertencentes à sua atividade econômica, particularmente aplicações financeiras com vencimentos a curto prazo, empréstimos e financiamentos. Essas transações são apresentadas no balanço pelo seu valor justo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado. Valor contábil versus valor justo - Para todas as operações, a Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. As operações de empréstimos e financiamentos referem-se basicamente a captações que preponderantemente estão indexadas a taxas pré-fixadas, assim, na hipótese da aplicação da metodologia de apuração de valor justo, o valor apurado não refletiria o valor de repasse daquela operação naquela data, uma vez que a taxa de desconto seria muito superior à taxa de correção. Desta forma, a administração entende que os valores reconhecidos contabilmente refletiam o endividamento efetivo em caso de uma eventual liquidação naquela data. a) Gestão de risco financeiro - Fatores de risco financeiro - As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros) e risco de liquidez. A gestão de risco da Sociedade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. a.1) Riscos de crédito, de mercado e de liquidez – Esses créditos são monitorados como identificados na nota 4. a.2) Risco de mercado - A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de suas atividades e de seus associados. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças de cenários de mercado, fazendo com que as associações deixem de contribuir ou até saiam da Companhia. a.3) Risco de liquidez - A gestão prudente do risco de liquidez implica em manter caixa suficientes para o desempenho de suas atividades. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade desta para promover seus objetivos. 28. Cobertura de seguros (não auditado) - A Companhia adota uma política de seguros que consideram, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das informações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. 29. Conjuntura econômica – COVID-19 - Em 31 de janeiro 2020, a Organização Mundial da Saúde anunciou que a COVID-19 é uma emergência de saúde global e em 11 de março 2020 passou a tratar a doença como uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao seu impacto potencial, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar efeitos nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. A AVIVAR continua operando seus complexos industriais, logística, cadeia de suprimentos e escritórios de apoio, ainda que temporariamente e parcialmente em regime de trabalho remoto nas suas localidades corporativas. Desta forma, até a data da aprovação destas demonstrações financeiras, não houve relevante em sua programação de produção, operação e/ou comercialização. Adicionalmente, a administração tem desenvolvido e implementado diversos planos de contingência para sustentação de suas operações e monitora os efeitos da pandemia por meio de um comitê permanente de acompanhamento multidisciplinar. Em função da pandemia, a Companhia incorreu em gastos diretos, principalmente relacionados a transporte, pessoal, prevenção, controle e doações, os quais estão apresentados na demonstração do resultado nas contas de custos e despesas na nota 24. Gastos por natureza. Pela alta volatilidade e incerteza sobre duração e impacto da pandemia, a Companhia segue monitorando a situação e avaliando os impactos nas premissas e estimativas utilizadas na preparação das informações financeiras. São

Sebastião do Oeste, 25 de março de 2022. AVIVAR ALIMENTOS S/A
José Magela da Costa - Diretor Presidente |
Antônio Carlos Vasconcelos Costa - Diretor Vice Presidente
Alina Teixeira da Costa - Gerente de Controladoria CRC MG 089387/O-0
Alessandra Cristina Paula Pio - Contadora CRC MG 076562/O-4

As Demonstrações Financeiras e suas respectivas Notas explicativas, estão publicadas em meio digital neste jornal à disposição dos acionistas para consulta na sede da Companhia.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
Aos Acionistas e Administradores da
Avivar Alimentos S/A
São Sebastião do Oeste – MG
Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Avivar Alimentos S/A (“Companhia”), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalvas. Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards

falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 25 de março de 2022.
Vinicius Marcos Alves Sabino
Contador CRC 1MG-121.072/O-5 “S”
RSM Brasil Auditores Independentes - Sociedade Simples
CRC 2SP-030.002/O-7 “S” MG

03/03

PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE/MG

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS 006/2022-RETIFICADO

O Município de Nanuque/MG torna público que às 14 h do dia 13 de abril de 2022 estará realizando a sessão pública para abertura da sessão de Licitação correlato ao Processo Licitatório nº 047/2022- Tomada de Preços nº 006/2022 o qual tem por Contratação de refere-se a contratação de empresa para execução de pavimentação asfáltica em CBUQ no trecho 2 da avenida Nanuque no Bairro vila nova. Município de Nanuque-mg – Neste município de Nanuque-MG.
Município de Nanuque, 25 de março de 2022.
Larissa Freitas de Jesus - Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACAMBIRA/MG

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACAMBIRA torna público a abertura do Proc. nº 044/2022 - Pregão Presencial para Registro de Preços nº012/2022. Objeto: Seleção da proposta mais vantajosa para futura e eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Serralheria e Soldas em Geral, para atender a demanda Municipal, conforme quantidades e especificações do ANEXO I. Sessão: 11/04/2022 às 14:00 hs. Edital disponível no endereço eletrônico www.itacambira.mg.gov.br ou através do email ass.licitac@gmail.com
Itacambira MG 28 de março de 2022.
Ass. Camila Emanuele Leal Martins - Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACAMBIRA/MG

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACAMBIRA torna público a abertura do Proc. nº 022/2022 - Pregão Presencial nº 006/2022 para Registro de Preços. Objeto: Seleção da proposta mais vantajosa para futura e eventual Contratação de empresa especializada para prestação de serviços para a execução de perfuração de poços artesanais, com fornecimento de material, equipamento e mão de obra, conforme especificações constantes neste edital e seus anexos. Nova Data de Abertura da Sessão: 12/04/2022 às 09:00hs. Edital Retificado disponível no endereço eletrônico www.itacambira.mg.gov.br ou através do email ass.licitac@gmail.com.
Itacambira MG 28 de março de 2022.
Ass. Camila Emanuele Leal Martins. Pregoeira Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU-MG

Secretaria Municipal de Agropecuária.

Aviso de Licitação. Concorrência Pública nº 01/2022. Processo de Compra nº 435/2021 – Tipo: Menor Preço Global. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS COMPLEMENTARES DA FEIRA DOS PRODUTORES RURAIS DE PARACATU-MG, CONFORME PROJETOS ESPECIFICAÇÕES, PLANILHAS E CRONOGRAMA. Local da realização da sessão pública do pregão: Prefeitura Municipal de Paracatu, sediada à Rua da Contagem, nº 2.045 – Bairro: Paracatuzinho, no dia 27-04-2022 às 09:00h. EDITAL na íntegra: à disposição dos interessados na Superintendência de Suprimentos/Departamento de Licitações - situada na Rua da Contagem, nº 2.045 – Paracatuzinho e no site da Prefeitura www.paracatu.mg.gov.br.
Paracatu-MG, 25 de Março de 2022.
Luiz Gustavo Netto Jordão
Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACAMBIRA/MG

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACAMBIRA torna público a abertura do Proc. nº 043/2022 - Pregão Presencial para Registro de Preços nº011/2022. Objeto: Aquisição de Pneus, Câmaras de Ar e Afins (Primeiro uso) com Certificado do INMETRO, Incluindo Prestação de Serviços de Alinhamento e Balanceamento, visando atender a Frota Municipal de Veículos de Itacambira MG. Sessão: 11/04/2022 às 09:00 hs. Edital disponível no endereço eletrônico www.itacambira.mg.gov.br ou através do email ass.licitac@gmail.com
Itacambira MG 28 de março de 2022.
Ass. Camila Emanuele Leal Martins - Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACAMBIRA/MG

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACAMBIRA torna público a abertura do Proc. nº 042/2022 - Dispensa 017/2022 - Chamada Pública nº 003/2022. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, destinado ao atendimento do programa nacional de alimentação escolar - PNAE, para composição do cardápio da merenda escolar na rede municipal de ensino do município de Itacambira MG. Sessão: 02/05/2022 às 09:00 hs. Edital disponível no endereço eletrônico www.itacambira.mg.gov.br ou através do email ass.licitac@gmail.com
Itacambira MG 28 de março de 2022.
Ass. Fernanda Cardoso da Silva - Presidente da CPL

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador> e utilize o código 44AD-8C02-31F6-BBC3.



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO PARDO DE MINAS

EXTRATO DE EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2022

A Câmara Municipal de Rio Pardo de Minas-MG., torna público que fará realizar no dia **20 de abril de 2022, às 09:00 h.**, licitação na modalidade pregão presencial tipo menor preço por lote, sob a regência da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. Objeto: Prestação de serviços com criação e manutenção de site e serviços de gestão de redes sociais. Maiores informações, bem como edital completo, junto a CPL da Câmara Municipal, com endereço à Rua Waldemir Patrício de Souza, 30 - Jaqueira - Rio Pardo de Minas - MG. Telefax (38) 3824-1184 e email: secretaria@riopardodeminas.mg.leg.br

Rio pardo de Minas, 28 de março de 2022. José Maria Costa - Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO NAVARRO/MG

Extrato do edital 012/22. Processo 023/22- Pregão Presencial nº 006/22. Objeto da Licitação: Prestação de serviços de recarga de tonner e manutenção de impressoras. Credenciamento: 11/04/22 às 08:30hs. Edital disponível no site: www.engenheironavarro.mg.gov.br.

Alane Almeida de Souza - Pregoeira Oficial.

MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA - Abertura do Pregão Eletrônico RP 35/2022, no dia 20-04-2022 com recebimento das propostas comerciais até 09h. Objeto: Registro de preços para fornecimento parcelado, solicitado através de ata de registro de preço de materiais de premiação (medalhas) para atendimento às atividades da Secretaria Municipal de Bem Estar Social - Diretoria Municipal de Esporte e Lazer, do Município de Lagoa Santa. O edital na íntegra estará disponível nos sites www.lagoasanta.mg.gov.br e www.bbmnetlicitacoes.com.br.

Frederic Henrique Magalhães de Albuquerque /Pregoeiro.

MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA - Abertura do Pregão Eletrônico RP 045/2022, no dia 12/04/2022 com recebimento das propostas comerciais até 09h. Objeto: registro de preços para contratação de empresa para fornecimento de gramas, para revitalização de áreas verdes, canteiros e praças do Município de Lagoa Santa/MG. O edital na íntegra estará disponível nos sites www.lagoasanta.mg.gov.br e www.bbmnetlicitacoes.com.br.

Euvani Lindourar Pereira/Pregoeira.

MÉLIUZ S.A. - COMPANHIA ABERTA

CNPJ/ME nº 14.110.585/0001-07 - NIRE 3130011265-9

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas ("Acionistas") da MÉLIUZ S.A. ("Companhia") a se reunirem nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), **sob a forma exclusivamente digital**, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404/76") e da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481, de 17/12/2009, conforme alterada ("ICVM 481"), no dia **29/04/2022, às 11hs**, através de plataforma digital indicada no Manual de Participação e Proposta da Administração da Companhia ("Manual" e "Plataforma Digital"), respectivamente, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("Ordem do Dia"): 1. Em Assembleia Geral Ordinária: a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021; e b) Deliberar acerca da proposta de destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2021. c) Fixar a remuneração global anual dos Administradores da Companhia para o exercício social de 2022. 2. Em Assembleia Geral Extraordinária: a) Deliberar sobre o aumento do número de membros que atualmente compõem o Conselho de Administração da Companhia, de 7 (sete) membros para 8 (oito) membros; e b) Eleger 1 (um) membro para o Conselho de Administração da Companhia, por prazo de mandato unificado ao dos demais membros do Conselho de Administração, até 1º/09/2022. **INFORMAÇÕES GERAIS:** 1. **Documentos à Disposição dos Acionistas.** Os documentos pertinentes à Ordem do Dia a serem analisados ou discutidos na AGOE, incluindo este Edital de Convocação, o Manual (o qual inclui informações detalhadas sobre as matérias da Ordem do Dia bem como as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na AGOE), bem como aqueles exigidos nos termos do §6º do artigo 124, do artigo 133 e §3º do artigo 135 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 6º da ICVM 481, encontram-se disponíveis aos Senhores Acionistas: (i) na página de Relações com Investidores da Companhia na rede mundial de computadores (www.ri.meliuz.com.br), bem como na sua sede social, (ii) na página da CVM na rede mundial de computadores (www.cvm.gov.br); (iii) na página da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão na rede mundial de computadores (www.b3.com.br); 2. **Participação dos Acionistas na AGOE.** Conforme autorizado pelo §3º do Artigo 21-C da ICVM 481, a AGOE será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual os Acionistas poderão participar da AGOE: (a) votando virtualmente, por meio da Plataforma Digital; ou (b) votando a distância, por meio do envio de Boletim de Voto a Distância ("Boletim de Voto"). 3. **Votação a Distância.** Os Acionistas poderão exercer o direito de voto por meio do envio do Boletim de Voto, até **22/04/2022 (inclusive)**: (a) ao escriturador das ações de emissão da Companhia, (b) aos seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou (c) diretamente à Companhia. Para informações adicionais, o Acionista deve observar as regras previstas na ICVM 481 e os procedimentos descritos no Manual. 4. **Participação Via Plataforma Digital.** Os Acionistas poderão, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído nos termos do artigo 21-C, §§2º e 3º da ICVM 481, participar virtualmente da AGOE por meio da Plataforma Digital. Nesse caso, o Acionista poderá: (a) simplesmente participar da AGOE, tenha ou não enviado o Boletim de Voto; ou (b) participar e votar na AGOE, observando-se que, quanto ao Acionista que já tenha enviado o Boletim de Voto e que, caso queira, vote na AGOE, todas as instruções de voto do referido Acionista recebidas por meio de Boletim de Voto, devem ser desconsideradas. Para participarem virtualmente da AGOE por meio da Plataforma Digital, os Acionistas deverão enviar solicitação à Companhia neste sentido, para o endereço eletrônico ri@meliuz.com.br, até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGOE (isto é, até às **11hs do dia 27/04/2022**). A solicitação deverá estar acompanhada da identificação do Acionista e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador constituído que comparecerá à AGOE, incluindo os nomes completos e o CPF ou CNPJ (conforme o caso), além de e-mail e telefone para contato, bem como os documentos necessários para a sua participação, conforme esclarecimentos no item 5 abaixo. O acesso ao sistema eletrônico será restrito aos Senhores Acionistas da Companhia que se credenciarem no prazo previsto (isto é, até às **11hs do dia 27/04/2022**), nos termos do Manual. Dessa forma, caso os Senhores Acionistas não enviem a solicitação de cadastramento no prazo acima referido, não será possível que a Companhia garanta a participação de tais acionistas remotamente na AGOE. Após recebida a solicitação e verificados, de forma satisfatória, os documentos apresentados, será enviado para o e-mail informado ou, em sua ausência, para o email solicitante, o link e as instruções de acesso à Plataforma Digital, sendo remetido apenas um convite individual por solicitante. Caso o Acionista que tenha solicitado devidamente sua participação não receba o e-mail com as instruções para acesso e participação na AGOE com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da sua realização (ou seja, até às **11hs do dia 28/04/2022**), deverá entrar em contato com a Companhia pelo email ri@meliuz.com.br, antes das **18hs, do dia 28/04/2022**, a fim de que lhe sejam reenviadas as suas respectivas instruções para acesso. O link e as instruções a serem enviados pela Companhia são pessoais e intransferíveis, e não poderão ser compartilhados com terceiros, sob pena de responsabilização do Acionista. A Companhia também solicita a tais acionistas que acessem a Plataforma Digital com, no mínimo, 30 minutos de antecedência em relação ao horário previsto para início da AGOE, a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos os acionistas que dela se utilizem. 5. **Documentos Necessários para a Participação.** O Acionista poderá participar diretamente ou por representante legal ou procurador devidamente constituído, sendo que as regras para outorga de procuração encontram-se detalhadas no Manual. Para orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a participação do Acionista (pessoa física, pessoa jurídica e fundos investimento) na AGOE, vide o Manual, o qual se encontra disponível (a) na página de Relações com Investidores da Companhia na rede mundial de computadores (www.ri.meliuz.com.br), bem como na sua sede social, (b) na página da CVM na rede mundial de computadores (www.cvm.gov.br); e (c) na página da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão na rede mundial de computadores (www.b3.com.br); 6. **Informações Adicionais.** A Companhia não se responsabiliza por qualquer erro ou problema operacional ou de conexão que o Acionista venha a enfrentar, bem como por qualquer outra eventual questão que não esteja sob o controle da Companhia e que venha a dificultar ou impossibilitar a participação do Acionista na AGOE por meio da Plataforma Digital. Os Acionistas que solicitem sua participação por meio eletrônico deverão se familiarizar previamente com o uso da plataforma digital, bem como garantir a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da plataforma (por vídeo e áudio). Sem prejuízo da possibilidade de participar e votar na AGOE, conforme instruções contidas neste Edital de Convocação e no Manual, a Companhia recomenda aos seus acionistas que utilizem e seja dada preferência ao Boletim de Voto para fins de participação na AGOE, evitando que problemas decorrentes de equipamentos de informática ou de conexão à rede mundial de computadores dos acionistas prejudiquem o exercício do seu direito de voto na AGOE. Nos termos da Instrução da CVM nº 165, de 11/12/1991, conforme alterada, o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção de voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). Belo Horizonte, 29/03/2022. **Ofi Campos Guimarães** - Presidente do Conselho de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEIRINHA/MG

Aviso de Licitação - Pregão Presencial SRP nº. 12/2022 – Objeto: Aquisição de dietas, fórmulas, leites e fraldas descartáveis para atendimento às Secretarias de Saúde e Desenvolvimento Social. Dia da licitação: 08/04/2022 às 08:00hs. Local: Praça Presidente Vargas, 01 – Centro. Edital disponível: www.porteirinha.mg.gov.br. Informações pelo fone (38) 3831-1297 ou e-mail licitacao@porteirinha.mg.gov.br.

Porteirinha/MG, 28/03/2022.

Advª Mendes Silva – Pregoeiro.

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO CRUZEIRO

A Câmara Municipal de Novo Cruzeiro/MG, torna público que fará realizar licitação na modalidade **Pregão Presencial nº 001/2022**, para Aquisição de veículo automotor zero quilômetro com capacidade de 05 (cinco) lugares, para atendimento às demandas da Câmara Municipal de Novo Cruzeiro, com entrega dos envelopes de Proposta e habilitação até às 10:00 horas do dia 11 de abril de 2022. Maiores informações bem como a retirada do edital completo estará à disposição na Câmara Municipal, situada a Rua David Mussi, 227 - Novo Cruzeiro-MG.

A Câmara Municipal de Novo Cruzeiro/MG, torna público que fará realizar licitação na modalidade **Pregão Presencial nº 002/2022**, para Contratação de empresa para licenciamento de uso de sistemas de tecnologia integrados, para a gestão pública municipal, com os serviços de conversão de dados, implantação, migração de dados pré-existent, treinamento, manutenção, suporte técnico e a Prestação de serviços em suporte técnico Contábil, com entrega dos envelopes de Proposta e habilitação até às 13:30 horas do dia 11 de abril de 2022. Maiores informações bem como a retirada do edital completo estará à disposição na Câmara Municipal, situada a Rua David Mussi, 227 - Centro - Novo Cruzeiro-MG.

MÉLIUZ S.A. - COMPANHIA ABERTA

CNPJ/ME nº 14.110.585/0001-07 - NIRE 3130011265-9

AVISO AOS ACIONISTAS

O MÉLIUZ S.A. (B3: CASH3), em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei 6.404/76"), informa que os documentos e informações relacionados às matérias constantes na ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada, em primeira convocação, no dia 29/04/2022, às 11hs, se encontrarão disponíveis para consulta pelos acionistas da Companhia, **hoje, dia 29/03/2022, após o fechamento do pregão da B3** (i) no escritório da sede da Companhia localizada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Andaluzita, nº 131, Bairro Carmo, CEP 30310-030, (ii) no *website* de Relação com Investidores do Méliuz (www.ri.meliuz.com.br), (iii) no *website* da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br), e (iii) no *website* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), na forma da legislação aplicável. Os documentos disponíveis para consulta incluem os seguintes: (i) relatório da administração da Companhia sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021, (ii) cópia das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021 ("Demonstrações Financeiras"), e (iii) relatório com o parecer dos auditores independentes referente às Demonstrações Financeiras. Belo Horizonte, 29/03/2022. **Luciano Cardoso Valle** - Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMA DUARTE

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2022 - A Prefeitura Municipal de Lima Duarte torna público a publicação do Processo Licitatório nº 58/2022 - TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2022, que acontecerá no dia **18/04/2022**. Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de Reforma de Edificação da Creche Municipal Cantinho Feliz, conforme especificações e quantitativos nos anexos do edital. Informações sobre o edital estão à disposição dos interessados no site <http://www.limaduarte.mg.gov.br/>, com a CPL, na Praça Juscelino Kubitschek, 173 - em horário comercial ou pelo telefone (32) 3281.1282 e/ou pelo e-mail licitacao@limaduarte.mg.gov.br - A licitação será regida pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como por leis específicas relacionadas ao objeto desta licitação e demais condições fixadas neste edital. Lima Duarte, 28 de março de 2022.

Fernanda Carelli da Silva. Presidente da CPL

COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

CNPJ/MF: 10.215.988/0001-60 / NIRE: 31300136973

(Companhia Aberta de Capital Autorizado)

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os Senhores acionistas de COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS ("Companhia") convocados a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 14:00 horas, na sede social da Companhia, situada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Raja Gabaglia, nº 1781, 12º andar, Bairro Luxemburgo, CEP 30.380-457, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; ii) deliberar acerca da proposta da Administração da Companhia para a distribuição do lucro líquido e a distribuição de dividendos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; iii) deliberar sobre o número de membros do Conselho de Administração da Companhia e eleger, nos termos dos Artigos 14 e 31, alínea (b), do Estatuto Social da Companhia, os membros do Conselho de Administração da Companhia; e iv) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia; Em Assembleia Geral Extraordinária: i) Deliberar sobre o aditamento ao "Protocolo e Justificação da Incorporação de Ações da Companhia de Locação das Américas pela Localiza Rent a Car S.A.", originalmente assinado em 8 de outubro de 2020 ("Protocolo e Justificação") e aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 12 de novembro de 2020 ("Aditamento ao Protocolo" e "AGE 12/11/2020"); e ii) Ratificar a aprovação da incorporação das ações da Companhia pela Localiza Rent a Car S.A., conforme aprovada na AGE 12/11/2020 e considerando os termos do Aditamento ao Protocolo. A Companhia solicita aos Senhores acionistas que pretendam tomar parte na Assembleia Geral ora convocada que apresentem, até 48 (quarenta e oito) horas antes da data da sua respectiva realização: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e/ou relativamente aos acionistas participantes da custódia fúlgvel de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente datado de até 02 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia Geral; e (ii) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e do estatuto social da Companhia, na hipótese de representação por procurador. Os Senhores acionistas ou seus representantes legais deverão, ainda, apresentar, em conjunto com os demais documentos necessários, documentos que comprovem a sua identidade e os seus poderes, conforme o caso. Os instrumentos de mandato deverão (i) ter sido outorgados há menos de 1 (um) ano e para procurador que seja acionista, administrador da companhia, advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil ou instituição financeira, observar que: (a) para o caso de acionistas pessoas físicas, ter sido outorgado em conformidade com as disposições do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, (b) para o caso de acionistas pessoas jurídicas, ser outorgado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro, não havendo necessidade, neste caso, de que o procurador seja acionista, administrador da companhia, advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil ou instituição financeira; e (c) para acionistas que sejam fundo de investimento, ser outorgado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro, não havendo necessidade, neste caso, de que o procurador seja acionista, administrador da companhia, advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil ou instituição financeira; (iii) apresentar firmas reconhecidas; e (iii) ser acompanhados dos documentos que comprovem poderes de representação e identidade do outorgante e do outorgado. Solicitados aos Senhores acionistas que depositem ou enviem por correspondência os referidos documentos: (i) para a sede social da Companhia, situada na Avenida Raja Gabaglia, nº 1.781, 12º e 13º andar, Luxemburgo, CEP: 30.380-457, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, aos cuidados do Departamento Jurídico da Companhia; ou (ii) por correio eletrônico para o seguinte endereço (assembleias@unidas.com.br), no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas da data de realização da Assembleia Geral ora convocada (isto é, até às 14:00 horas do dia 27 de abril de 2022), nos termos do §1º do Artigo 5º da Instrução CVM 481. Os Senhores acionistas ou seus representantes legais deverão comparecer à Assembleia Geral munidos de documentos que comprovem a sua identidade e/ou os seus poderes, conforme o caso. Observados os procedimentos previstos na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 481"), no Formulário de Referência da Companhia e as instruções contidas na Proposta da Administração para a Assembleia Geral ora convocada, o acionista poderá exercer o direito de voto por meio de preenchimento e entrega do Boletim de Voto à Distância ("Boletim de Voto") disponibilizado nos websites da Companhia (ri.unidas.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br). Conforme o disposto no Artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações e da regulamentação da CVM aplicável, os Senhores acionistas representando, pelo menos, 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia poderão requerer a adoção do processo devoto múltiplo, observado o prazo legal de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Geral ora convocada para requerimento. Todos os documentos pertinentes à ordem do dia a serem analisados ou discutidos na Assembleia Geral, incluindo este Edital de Convocação, as propostas da Administração da Companhia, bem como aqueles exigidos nos termos do artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações e na forma da Instrução da CVM 481 encontram-se disponíveis aos Senhores acionistas, a partir desta data: (i) na página da B3 na rede mundial de computadores (www.b3.com.br); (ii) na página da CVM na rede mundial de computadores (www.cvm.gov.br); (iii) na sede social da Companhia; e (iv) na página da Companhia na rede mundial de computadores (ri.unidas.com.br). Belo Horizonte, 24 de março de 2022. **EDUARDO LUIZ WURZMANN** - Presidente do Conselho de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO/MG

AVISO DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATORIO Nº 071/2022 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2022 - A Administração Municipal de Visconde do Rio Branco, através da sua Pregoeira, torna público que fará licitação na modalidade Pregão Presencial, visando à seleção empresa(s) especializada(s) no ramo para fornecimento de pães, lanches e outros, visando o atendimento às necessidades das diversas Secretarias Municipais Requisitantes. (Ver maiores especificações no Edital) – Entrega de propostas, documentações e credenciais até o dia **11/04/2022 às 09:00 horas**, quando será dado início aos trabalhos. Cópia do edital já se encontra disponível para os interessados, à Praça 28 de Setembro, Centro, ou pelo site: www.viscondedoriobranco.mg.gov.br. Informações pelo Tel: (32) 3551-8150.

(Ass.) Jordana Teixeira da Luz – Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DE MINAS

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2022

A Prefeitura Municipal de Entre Rios de Minas/MG, torna público, a abertura do Processo Licitatório nº 038/2022, na modalidade Tomada de Preços nº 004/2022, Edital de Licitação nº 012/2022. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para realização das obras de engenharia pertinentes ao Contrato de Repasse nº 894114/2019, visando à reforma e construção no Parque Natural Cachoeira do Gordo, localizado na zona rural do Município de Entre Rios de Minas (MG). Critério de julgamento: Empreitada por Menor Preço Global. Data de abertura: 19 de abril de 2022, às 09:00 horas (horário de Brasília). Local: Plenário Francisco Marzano, localizado na sede provisória da Prefeitura Municipal, à Av. Dr. José Gonçalves da Cunha, nº 40 - Centro, em Entre Rios de Minas (MG). O Edital e seus Anexos poderão ser adquiridos na sede provisória da Prefeitura Municipal, junto à Comissão Permanente de Licitações, à Av. Dr. José Gonçalves da Cunha, nº 40 - Centro, em Entre Rios de Minas (MG), ou no link "Licitações", sub-link "Licitações 2022 - Tomada de Preços" do sítio eletrônico www.entreriosdeminas.mg.gov.br - Mais informações pelo telefone (31) 3751-1220, Ramal 208.

Entre Rios de Minas/MG, 28 de março de 2022

JOSÉ WALTER RESENDE AGUIAR - PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL Nº: 119/2021. PROCESSO Nº: 2300.01. 0252149/2021-52. O Diretor Geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DEER/ MG, torna público que, por razões de ordem administrativa, devidamente justificadas nos autos, a sessão pública, anteriormente marcada para às 09:30hs (nove horas e trinta minutos) do dia 29/03/2022, referente a CONCORRÊNCIA para a REFORMA DA MURALHA, DA PASSARELA E DAS GUARITAS, E REFORÇO ESTRUTURAL DA MURALHA DO COMPLEXO PENITENCIÁRIO NELSON HUNGRIA, NO MUNICÍPIO DE CONTAGEM, ESTADO DE MINAS GERAIS, fica adiada SINE-DIE. Informações complementares poderão ser obtidas pelo telefone 3235-1272 ou pelo site acima mencionado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI-MG

PROCESSO Nº. 112/2021 – TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2021

Decisão em Recurso Administrativo: Acolho integralmente as argumentações constantes do Parecer Jurídico, bem como a inabilitação realizada pela Comissão de Licitação, NÃO ACOLHO o recurso interposto, em razão do descumprimento do que dispõe o item 8.4.3, do instrumento convocatório, mantida a inabilitação de DANIEL FRAGA DE CARVALHO – CNPJ: 08.270.136/0001-23.

Itacarambi, 28 de março de 2022.

Zilene Seixas Ferro

Secretária Municipal de Educação de Itacarambi.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2022 - PROCESSO Nº. 42/2022. OBJETO: LOCAÇÃO DE CARROÇA DE TRAÇÃO ANIMAL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1/2 M³, PARA TRABALHO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS. Credenciamento: 12/04/2022 de 14h30min as 15h00min. Início da Sessão: 15:00hs. Nívea Maria de Oliveira - Prefeita Municipal Nívea Maria de Oliveira - Prefeita Municipal. Informações e Esclarecimentos: (38)3613-2171. Edital disponível para fornecimento via email: licitacao2@Itacarambi.mg.gov.br, e site: www.itacarambi.mg.gov.br, ou diretamente no Setor de Licitação e Contratos.

Itacarambi-MG, 28 de março de 2022.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2022 - PROCESSO Nº. 29/2022. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CASCALHO DE CERRADO NATURAL DESTINADOS A SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS E URBANAS. Credenciamento: 12/04/2022 de 08h30min as 09h00min. Início da Sessão: 09:00hs. Nívea Maria de Oliveira - Prefeita Municipal Nívea Maria de Oliveira - Prefeita Municipal. Informações e Esclarecimentos: (38)3613-2171. Edital disponível para fornecimento via email: licitacao2@Itacarambi.mg.gov.br, e site: www.itacarambi.mg.gov.br, ou diretamente no Setor de Licitação e Contratos.

Itacarambi-MG, 28 de março de 2022.



29 MAR 2022
BELO HORIZONTE

PRIMEIRO PLANO 15
HOJE EM DIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO QUANTITATIVO AO CONTRATO Nº 2110501
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº.: 105/2021. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2021. Contratante: Município de Janaúba/MG. Contratada: BH Diagramação de Texto e Publicações Ltda. Objeto da Licitação: Contratação de Serviços de Diagramação Publicação de Matérias Oficiais, deste município no Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado e Jornal de Grande Circulação no Estado de Minas Gerais. Valor total acrescido neste aditivo: R\$ 43.750,00. Valor global do contrato atualizado: R\$ 753.750,00.

PATRICIA LEILOEIRA. ERRATA. LEILÃO 001/2022. PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAÚBA. "Onde se Lê: Dia: 27/04/2021. Leia-se: Dia: 27/04/2022". As demais disposições permanecem inalteradas. Inf: (31) 3243-1107 e no site www.patricialeiloeira.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO DE DECRÉSCIMO DE PREÇO A ATA Nº223201
Processo de Licitação nº 032/2022. Modalidade: Pregão eletrônico nº 016/2022. Contratante: Município de Janaúba-MG. Contratada: RP Máquinas Eireli. Objeto da Licitação: Aquisição de veículos para atender as necessidades do gabinete do Prefeito e das Secretarias do Município de Janaúba/MG. Valor do decréscimo neste Aditivo: R\$ 45.000,00. Valor do Contrato Atualizado: R\$ 310.000,00.

PATRICIA LEILOEIRA. ERRATA. LEILÃO 001/2022. PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJINHA. "Onde se Lê: Dia: 26/04/2021. Leia-se: Dia: 26/04/2022". As demais disposições permanecem inalteradas. Inf: (31) 3243-1107 e no site www.patricialeiloeira.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACAMBIRA/MG
AVISO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACAMBIRA torna público a abertura do **Proc. nº 0452022 – Pregão Presencial nº013/2022**. Objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para aquisição de água mineral sem gás em galões de 20 litros, vasilhames e suporte, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. **Data de abertura da sessão 12/04/2022 às 14:00hs.** Itacambira MG 28/03/2022. ASS Camila Emanuele Leal Martins. Pregoeira Oficial. Edital disponível no endereço eletrônico www.itacambira.mg.gov.br ou através do email ass.licitac@gmail.com

SAAG COMERCIAL EXPORTADORA LTDA.
CNPJ Nº 02.433.189/0001-31 - NIRE 3120537302-5
Reunião Ordinária de Sócios
Edital de Convocação
Ficam os sócios da sociedade **SAAG Comercial Exportadora Ltda. ("Sociedade")** convocados para se reunir em reunião de sócios, a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 17:00 horas ("**Reunião de Sócios**"), em primeira chamada, e às 17:30 horas, em segunda chamada, na sede da Sociedade, localizada na Rodovia BR 265 - Km 412, S/N, galpão A, no município de Santana da Vargem/MG, CEP 37.195-000. A Reunião de Sócios terá a finalidade de deliberar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: **(a)** a apreciação das contas da administração, do balanço patrimonial e da demonstração de resultado econômico referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; **(b)** a destinação do resultado apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; e **(c)** a eleição de administradores. O sócio que for participar da Reunião de Sócios por meio de procurador deverá enviar a procuração, por instrumento público ou por instrumento particular com firma reconhecida por autenticidade, com uma antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data e horário de realização da Reunião de Sócios. As contas da administração, o balanço patrimonial e a demonstração de resultado econômico, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, e todos os demais documentos referentes às matérias constantes da ordem do dia, encontram-se disponíveis na sede da Sociedade para fins do art. 1.078, § 1º, do Código Civil. Santana da Vargem/MG, 29 de março de 2022. Sílvia Vilela Miari Paulino.

SAAG TRANSPORTES LTDA.
CNPJ Nº 11.452.823/0001-74 - NIRE 3120868400-5
Reunião Ordinária de Sócios
Edital de Convocação
Ficam os sócios da sociedade **SAAG Transportes Ltda. ("Sociedade")** convocados para se reunir em reunião de sócios, a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 18:00 horas ("**Reunião de Sócios**"), em primeira chamada, e às 18:30 horas, em segunda chamada, na sede da Sociedade, localizada na Rodovia BR 265 - Km 412, S/N, sala A, no município de Santana da Vargem/MG, CEP 37.195-000. A Reunião de Sócios terá a finalidade de deliberar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: **(a)** a apreciação das contas da administração, do balanço patrimonial e da demonstração de resultado econômico referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; **(b)** a destinação do resultado apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; e **(c)** a eleição de administradores. O sócio que for participar da Reunião de Sócios por meio de procurador deverá enviar a procuração, por instrumento público ou por instrumento particular com firma reconhecida por autenticidade, com uma antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data e horário de realização da Reunião de Sócios. As contas da administração, o balanço patrimonial e a demonstração de resultado econômico, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, e todos os demais documentos referentes às matérias constantes da ordem do dia, encontram-se disponíveis na sede da Sociedade para fins do art. 1.078, § 1º, do Código Civil. Santana da Vargem/MG, 29 de março de 2022. Sílvia Vilela Miari Paulino.

SAAG – SOCIEDADE DE ARMAZENAMENTO E AGRICULTURA LTDA.
CNPJ Nº 02.181.142/0001-28 - NIRE 3120521438-5
Reunião Ordinária de Sócios
Edital de Convocação
Ficam os sócios da sociedade **SAAG – Sociedade de Armazenamento e Agricultura Ltda. ("Sociedade")** convocados para se reunir em reunião de sócios, a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 16:00 horas ("**Reunião de Sócios**"), em primeira chamada, e às 16:30 horas, em segunda chamada, na sede da Sociedade, localizada na Rodovia BR 265 - Km 412, S/N, no município de Santana da Vargem/MG, CEP 37.195-000. A Reunião de Sócios terá a finalidade de deliberar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: **(a)** a apreciação das contas da administração, do balanço patrimonial e da demonstração de resultado econômico referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; **(b)** a destinação do resultado apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; e **(c)** a eleição de administradores. O sócio que for participar da Reunião de Sócios por meio de procurador deverá enviar a procuração, por instrumento público ou por instrumento particular com firma reconhecida por autenticidade, com uma antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data e horário de realização da Reunião de Sócios. As contas da administração, o balanço patrimonial e a demonstração de resultado econômico, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, e todos os demais documentos referentes às matérias constantes da ordem do dia, encontram-se disponíveis na sede da Sociedade para fins do art. 1.078, § 1º, do Código Civil. Santana da Vargem/MG, 29 de março de 2022. Sílvia Vilela Miari Paulino.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACAMBIRA/MG
AVISO DE ANULAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACAMBIRA torna público para conhecimento de todos os interessados que o processo licitatório modalidade - **TP 01/2021** - Objeto: Contratação de empresa para execução de Obras de PAVIMENTAÇÃO COM BLOCOS SEXTAVADOS DE CONCRETO EM VIAS PÚBLICAS do Município de Itacambira MG, conforme SIGCON: 1491001768/2019 Convênio Nº9240577, Celebrado entre o Município de Itacambira e Secretaria de Estado de Governo - SEGOV. Após justificativa apresentada pela Presidente da CPL, quanto aos erros materiais apontados no processo que geraram a ilegalidade da continuação do certame e considerando ainda parecer jurídico que recomenda a anulação; **DECIDO: I - ANULAR** nos termos do art. 49, §1 da Lei de Licitações e Contratos nº 8.666/93; **II - Proceder** a realização de nova licitação com o objeto. Itacambira MG 07 de janeiro de 2022. Geraldo Moises de Souza - Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHINHO
AVISO DE ALTERAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2022
PROCESSO Nº 001/2022. TIPO: TÉCNICA E PREÇO
A Câmara Municipal de Riachinho, Estado de Minas Gerais, torna público que modificou o ANEXO VI do Edital da Tomada de Preços nº 001/2022, nos seguintes termos: No item 3 do Quadro A (Acréscimos possíveis), onde se lê: "3. Disponibilizar mais de um profissional de nível superior para a prestação dos serviços com formação de bacharel em Contabilidade", leia-se: "**3. Disponibilizar mais de um profissional de nível superior para a prestação dos serviços com formação de bacharel em Direito ou Administração.**". No item Comprovaante de Pontuação do Quadro A, onde se lê "**Itens 1, 2, 3 e 4: Certificado de conclusão de curso ou documento equivalente, emitido pela entidade de ensino nos termos da Resolução CNE/CES nº 1, de 3 de abril de 2001, do Ministério da Educação.**" Podendo ser substituído pela Certidão de regularidade junto à sua categoria profissional (cópia Simples)", leia-se: "Itens 1, 2, 3 e 4: Certificado de conclusão de curso ou documento equivalente, emitido pela entidade de ensino nos termos da Resolução CNE/CES nº 1, de 3 de abril de 2001, do Ministério da Educação." No item 1 do Quadro B (Requisito Básico), onde se lê: "**1. 01 (um) atestado técnico que comprove atividade exercida pela empresa ou por técnico a ela vinculada, de consultoria e assessoria na prestação de serviços Contábeis em ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS. O atestado deverá ter período mínimo de 1 (um) ano e o atestado pode se referir a uma ou mais entidades**", leia-se: "1. 01 (um) atestado técnico que comprove atividade exercida pela empresa ou por técnico a ela vinculada, de consultoria e assessoria na prestação de serviços em ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, conforme o objeto descrito no item 1.1 deste edital. O atestado deverá ter período mínimo de 1 (um) ano e o atestado pode se referir a uma ou mais entidades. No item 2 do Quadro B (Acréscimos Possíveis), onde se lê: "2. A cada atestado apresentado de forma complementar ao item 1, acrescer 06 (seis) pontos por atestado completo, que comprovem a prestação dos serviços de assessoria contábil vinculados a quaisquer órgãos da Administração Pública em nível de município. Cada atestado deverá ter período mínimo de 1 (um) ano e o atestado pode se referir a uma ou mais entidades", leia-se: "**2. A cada atestado apresentado de forma complementar ao item 1, acrescer 06 (seis) pontos por atestado completo, que comprovem a prestação dos serviços de consultoria e assessoria administrativa vinculados a quaisquer órgãos da Administração Pública em nível de município. Cada atestado deverá ter período mínimo de 1 (um) ano e o atestado pode se referir a uma ou mais entidades.**" Nos termos do § 4º do artigo 21 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e tendo em vista o disposto no item 11.1 do Edital, e considerando que a alteração processada não afeta a formulação das propostas, fica mantido o dia 18 de abril de 2022 como data para recebimento das propostas e julgamento, considerando que a data inicial, 15 de abril de 2022, é feriado (Paixão de Cristo). Riachinho, 28 de março de 2022. José Jacinto Guedes da Silva - Vereador/ Presidente.

EDUARDO DE PAULA SILVA, CPF 096.652.976-60, por determinação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD e do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Contagem – COMAC, torna público que solicitou através do Processo Administrativo nº. 0031/01-22, autorização de terraplanagem e drenagem, no endereço: Rua Edmir Leão, Lote 23 e 24, Quadra 08, Bairro Arcádia, Contagem/MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES/MG
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2022 - O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES - MG torna público que realizará licitação na modalidade Pregão eletrônico, do tipo menor preço, nos termos das Leis 10.520/02, 8.666/93, e suas alterações para aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a estruturação da sala de vacina e vigilância sanitária em atendimento a resolução SES/MG nº6. 286/2018, acolhimento das propostas até as 08:30 do dia 13/04/2022. Realização da sessão no endereço eletrônico <http://comprasbr.com.br>. O edital completo e maiores informações poderão ser obtidos: e-mail: compras@saojoaodasmissoes.mg.gov.br, site: www.saojoaodasmissoes.mg.gov.br. São João das Missões, 28 de março de 2022. Paulo Sérgio Gomes dos Santos – Pregoeiro.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2022 O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES - MG torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, nos termos das Leis 10.520/02, 8.666/93, e suas alterações para aquisição de bicicletas, no dia 18/04/2022. O edital completo e maiores informações poderão ser obtidos na sede da Prefeitura Municipal de São João das Missões, situada a Praça Vicente de Paula, nº300 – B – Centro – CEP 39.475-000 – São João das Missões (MG). Informações: E-mail: compras@saojoaodasmissoes.mg.gov.br, site: www.saojoaodasmissoes.mg.gov.br. São João das Missões, 28 de março de 2022. Paulo Sérgio Gomes dos Santos – Pregoeiro.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2022 O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES - MG torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, nos termos das Leis 10.520/02, 8.666/93, e suas alterações para Contratação de empresa especializada em serviços de telecomunicações para a implementação, operação, manutenção preventiva e corretiva de link de acesso dedicado, usando infraestrutura de fibra óptica e via rádio com Licença de Comunicação Multimídia - SCM, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 07 (sete) dias da semana, no dia 19/04/2022. O edital completo e maiores informações poderão ser obtidos na sede da Prefeitura Municipal de São João das Missões, situada a Praça Vicente de Paula, nº300 – B – Centro – CEP 39.475-000 – São João das Missões (MG). Informações: E-mail: compras@saojoaodasmissoes.mg.gov.br, site: www.saojoaodasmissoes.mg.gov.br. São João das Missões, 28 de março de 2022. Paulo Sérgio Gomes dos Santos – Pregoeiro.
EXTRATO DE CONTRATO - Extrato de contrato firmado entre a Prefeitura Municipal de São João das Missões e Robson Sullivan Ribeiro Nogueira, **contrato nº 01**; contratação de empresa para a realização de serviços de controle de pragas através da dedetização dos prédios escolares deste município.: dispensa nº003/2022 valor global: R\$ 7.960,00 vigência: 14/02/2022 até 31/12/2022.
EXTRATO DE CONTRATO - Extrato de contrato firmado entre a Prefeitura Municipal de São João das Missões e Clério Gonçalves Alves 13512122655, **contrato nº 02**; realização de aperfeiçoamento através de palestra para professores e profissionais da rede municipal de ensino.: dispensa nº002/2022 valor global: R\$ 7.800,00 vigência: 14/02/2022 até 31/12/2022.
EXTRATO DE CONTRATO - Extrato de contrato firmado entre a Prefeitura Municipal de São João das Missões e Consorcio Intermunicipal Multifinalitário Da Área Mineira Da SUDENE, **contrato nº 03**; contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços em assessoria e consultoria especializada.: dispensa nº001/2022 valor global: R\$ 74.400,00 vigência: 25/02/2022 até 31/12/2022.
EXTRATO DE CONTRATO - Extrato de contrato firmado entre a Prefeitura Municipal de São João das Missões e Centro Norte Comercial LTDA-ME, **contrato nº 04**; aquisição de materiais esportivos e educativos, uniformes, materiais de higienização e proteção pessoal em atendimento ao programa geração de esporte.: pregão eletrônico nº001/2022 valor global: R\$ 2.945,40 vigência: 03/03/2022 até 31/12/2022.
EXTRATO DE CONTRATO - Extrato de contrato firmado entre a Prefeitura Municipal de São João das Missões e José Wellington Magalhães Oliveira, **contrato nº 05**; aquisição de materiais esportivos e educativos, uniformes, materiais de higienização e proteção pessoal em atendimento ao programa geração de esporte.: pregão eletrônico nº001/2022 valor global: R\$ 9.918,00 vigência: 03/03/2022 até 31/12/2022.
EXTRATO DE CONTRATO - Extrato de contrato firmado entre a Prefeitura Municipal de São João das Missões e João Rodrigues Da Silva, **contrato nº 06**; aquisição de materiais esportivos e educativos, uniformes, materiais de higienização e proteção pessoal em atendimento ao programa geração de esporte.: pregão eletrônico nº001/2022 valor global: R\$ 12.406,06 vigência: 03/03/2022 até 31/12/2022.
EXTRATO DE CONTRATO - Extrato de contrato firmado entre a Prefeitura Municipal de São João das Missões E K.S Artigos Esportivos-Eireli, **contrato nº 07**; aquisição de materiais esportivos e educativos, uniformes, materiais de higienização e proteção pessoal em atendimento ao programa geração de esporte.: pregão eletrônico nº001/2022 valor global: R\$ 210,40 vigência: 03/03/2022 até 31/12/2022.
EXTRATO DE CONTRATO - Extrato de contrato firmado entre a Prefeitura Municipal de São João das Missões e Astor Staudt Comercio de Produtos Educativos, **contrato nº 08**; aquisição de materiais esportivos e educativos, uniformes, materiais de higienização e proteção pessoal em atendimento ao programa geração de esporte.: pregão eletrônico nº001/2022 valor global: R\$ 4.430,00 vigência: 03/03/2022 até 31/12/2022.
EXTRATO DE CONTRATO - Extrato de contrato firmado entre a Prefeitura Municipal de São João das Missões e Associação dos Agricultores Familiar de Coqueiro Novo, **contrato nº 09**; aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, para a alimentação escolar dos alunos matriculados da rede municipal de ensino: chamada publica nº001/2022. valor global: R\$ 102.107,12 vigência: 08/03/2022 até 31/12/2022.
EXTRATO DE CONTRATO - Extrato de contrato firmado entre a Prefeitura Municipal de São João das Missões e Maria Eduarda Martins Lacerda, **contrato nº 10**; aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, para a alimentação escolar dos alunos matriculados da rede municipal de ensino: chamada publica nº001/2022. valor global: R\$ 39.034,00 vigência: 08/03/2022 até 31/12/2022.
EXTRATO DE CONTRATO - Extrato de contrato firmado entre a Prefeitura Municipal de São João das Missões e José De Souza Neves, **contrato nº 11**; aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, para a alimentação escolar dos alunos matriculados da rede municipal de ensino: chamada publica nº001/2022. valor global: R\$ 1.000,00 vigência: 08/03/2022 até 31/12/2022.
EXTRATO DE CONTRATO - Extrato de contrato firmado entre a Prefeitura Municipal de São João das Missões e Construtora Novais LTDA, **contrato nº 12**; contratação de empresa especializada para a realização de pavimentação asfáltica em cbuq: tomada de preços nº002/2022. valor global: R\$ 499.574,72 vigência: 11/03/2022 até 11/08/2022.
EXTRATO DE CONTRATO - Extrato de contrato firmado entre a Prefeitura Municipal de São João das Missões e Leapah Locadora De Veículos Eireli, **contrato nº 13**; contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de transporte escolar, através do menor preço por quilometragem diária, nele incluídos todos os tributos, encargos, despesas direto-indiretas; fornecimento de veículos convencionais e adaptados, com combustível e manutenção corretiva e preventiva inclusa: adesão a ata de registro de preços nº001/2022. valor global: R\$ 1.642.514,00 vigência: 25/03/2022 até 31/12/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHALÉ
CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2022
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2022
A Comissão Permanente de Licitação, torna público, que receberá até às 13h00min, do dia 14/04/2021, por meio da Chamada Pública – Inexigibilidade de Licitação, proposta de Credenciamento de pessoas jurídicas, para prestação de serviços médicos especializados, para complementação ao atendimento do SUS do Município de Chalé, MG, no período de 12 (doze) meses, conforme especificações do Anexo I e II, do Termo de Referência e Edital. O edital encontra-se a disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Chalé/MG e site oficial do município: www.chale.mg.gov.br. Informações: Fone: (33) 3345-1208 ou por e-mail: licitacoeschale@terra.com.br. MAGNA SANDRA DOS SANTOS Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG
AVISO DE SUSPENSÃO "SINE DIE"
Concorrência Pública nº 001/2022
Processo Administrativo nº 021/2022
O Município de Nova Lima, torna público a **Suspensão "Sine Die"** da Licitação na Modalidade Concorrência Pública nº 001/2022 – Processo Administrativo nº 021/2022. Objeto: Contratação de empresa a execução de obras de drenagem na Alameda Conde de Aguiar, Bairro do Conde, Nova Lima/MG. Quaisquer elementos, informações ou esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pela Comissão Permanente de Licitações, pelo telefone (31) 3541-5730 ou e-mail: licitacao@pnl.mg.gov.br. Nova Lima/MG, 28 de março de 2022. João Marcelo Dieguez Pereira Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE/MG
AVISO DE SUSPENSÃO - TOMADA DE PREÇOS 006/2022
A Prefeitura Municipal de Nanuque/MG torna público que foi **SUSPENSA** o certame com data da Sessão que seria no dia 05 de abril de 2022, referente a **TOMADA DE PREÇOS 006/2022**, Processo nº 047/2022, Refere-se a contratação de empresa para execução de pavimentação asfáltica em CBUQ no trecho 2 da avenida Nanuque no Bairro Vila Nova. A nova data da sessão pública será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente. Outras informações poderão ser obtidas no setor de Licitações, situado na Av. Geraldo Romano, 135- Centro – Nanuque/MG das 8:00 às 14:00 horas ou através do e-mail: licitacao@nanuque.mg.gov.br. Município de Nanuque, em 25 de março de 2022. Larissa Freitas de Jesus- Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARDO DE MINAS/MG
Aviso de Licitação
Processo nº 044/2022
Tomada de Preço nº 005/2022
Objeto: Contratação de empresa destinada a execução da obra de extensão da ponte sobre o Rio São Gonçalo na comunidade rural de Tatu deste município, com entrega dos envelopes às **08:00:00 horas do dia 18/04/2022**. Maiores informações pelo telefone (038) 3824-1356 - ou através do e-mail licitacao@riopardo.mg.gov.br ou ainda na sede da Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas - 28/03/2022. Astor José de Sá - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARDO DE MINAS/MG
Aviso de Retificação de Licitação
Processo nº 039/2022
Pregão RP nº 018/2022
Objeto: Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais didáticos e de escritório destinados a manutenção das diversas secretarias deste município. **Onde se lê** com entrega dos envelopes até as 08:00:00 horas do dia 31/03/2022, **leia com entrega dos envelopes até as 08:00:00 horas do dia 11/04/2022** devido retificação no anexo I do edital . Maiores informações pelo telefone (038) 3824-1356 - ou através do e-mail licitacao@riopardo.mg.gov.br ou ainda na sede da Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas - 28/03/2022. Astor José de Sá - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial - nº 128/2021
O Município de Nova Lima torna público, que fará realizar o **Pregão Presencial - nº 128/2021. Licitação Exclusiva - ME/EPP LC 123/06**. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço técnico especializado para elaboração do Projeto de Sinalização e Plano de Infraestrutura e Marketing para Trilhas. Data de realização **08/04/2022 às 09:00 h**. O edital poderá ser retirado no site **www.novalima.mg.gov.br**, em Portal da Transparência/Publicações. Nova Lima, 29 de março de 2022. A Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHALÉ
CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2022
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2022
A Comissão Permanente de Licitação, torna público, que receberá até às 15h00min, do dia 14/04/2022, por meio da Chamada Pública – Inexigibilidade de Licitação, proposta de Credenciamento de pessoas jurídicas, para prestação de serviços de coleta, análise e realização de exames laboratoriais de patologia, para complementação ao atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, do Município de Chalé, MG, com os preços da Tabela SUS, editada pelo Ministério da Saúde, conforme definições constantes neste Anexo I, do Termo de Referência e do Edital de Chamada Pública. O edital encontra-se a disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Chalé/MG e site oficial do município: www.chale.mg.gov.br. Informações: Fone: (33) 3345-1208 ou por e-mail: licitacao@chale.mg.gov.br. MAGNA SANDRA DOS SANTOS Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG
AVISO DE REVOGAÇÃO
Processo Administrativo nº 471/2021
Pregão Presencial
Registro de Preços nº 111/2021
Tendo em vista o interesse público, de acordo com o Art. 49 da Lei 8.666/93, o Município de Nova Lima torna público a **REVOGAÇÃO dos itens 03,03.1 04 e 04.1** referentes ao **Processo Administrativo nº 471/2021 - Pregão Presencial Registro de Preços nº 111/2021**, tendo como objeto eventual contratação de empresa especializada de serviços de organização e execução dos Programas "VivaRua", sendo "VivaRua - Oficina de Jogos e Brincadeiras" - "VivaRua Jogos Esportivos" - "VivaRua - Cinema Itinerante" - "VivaRua - Rua de Lazer" e "VivaRua - Viva Recreio", para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Município de Nova Lima. Nova Lima, 28 de março de 2022. O Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS-MG
AVISO DE PUBLICAÇÃO DE NOVA DATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2022, PREGÃO Nº 31/2022. Menor preço por item. Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de Equipamento de Proteção Individual. Data de Apresentação de Envelopes e Julgamento: 09h00min do dia 11/04/2022. O Edital encontra-se na sede da Prefeitura Municipal, à Av. Dr. Sylvio Menicucci, nº 1575, Bairro Presidente Kennedy ou pelo site www.lavras.mg.gov.br. Telefãx: (35)3694-4021. Thiago Lima Pereira – Secretário Municipal de Meio Ambiente, José Mourão de Lasmar – Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas.

GEOPAR - GEOSOL PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME nº 19.240.555/0001-39 - NIRE 3130002339-7
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
Ficam os acionistas da GEOPAR – Geosol Participações S.A. (“GEOPAR” ou “Companhia”) convocados para se reunirem no dia 08 de abril de 2022, às 10 horas, em primeira convocação, em Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia”), na sede social da Companhia, situada na Rua João Carvalho Drumond, nº 106, sala 01, Bairro Vila Nova Esperança, Ibititê/MG, CEP 32.400-432, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021; (2) Destinação do lucro líquido apurado no exercício social de 2021; e (3) Indicação do Diretor que exercerá o cargo de Vice-Presidente. Conforme autorizado pelo Parágrafo Único do Artigo 121 da Lei nº 6.404/1976 e pelo Art. 1º, §1º, I, e §2º da Instrução Normativa do DREI nº 79, de 14 de abril de 2020, a Assembleia Geral será semipresencial, podendo os acionistas participar e votar pela plataforma Microsoft Teams. Os acionistas receberão, com antecedência de até 02 (dois) dias da data da Assembleia, em seus respectivos e-mails cadastrados na Companhia, o link de acesso à referida plataforma para participar e votar à distância. Ibititê, 29 de março de 2022. **Diretoria.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA-MG
AVISO DE LICITAÇÃO
O município de Itabira torna público que fará realizar **PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA PMI/SMA/SUMAP/DICOM Nº 024/2022, PROCESSO 034/2022**, cujo objeto consiste no **Registro de preços, por item, para eventual aquisição de dietas enterais e suplementos nutricionais, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itabira/MG, conforme quantidades e especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência – do Edital, com vigência de 12 (doze) meses.** A data limite para recebimento e abertura das propostas será dia **08/04/2022 às 13 horas** e o início da disputa do pregão dar-se-á no dia **08/04/2022 às 13:30 horas**. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no site www.licitacoes-e.com.br (**ID BANCO DO BRASIL 927134**), no <https://www.itabira.mg.gov.br/> (Menu: Licitação – Editais de Aquisição), e-mail: compras.sma@itabira.mg.gov.br, ou no 2º andar da Prefeitura, na Avenida Carlos de Paula Andrade nº 135 – Centro – Itabira/MG – Telefone (31) 3839-2336 – 3839-2913, de 2ª a 6ª feira, no horário de 8 às 18 horas, a partir do dia **29/03/2022**.
Itabira, 28 de março de 2022.
Alfredo Lage Drummond - Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE JUSCELINO/MG
Aviso de Retificação do Processo nº 020/2022 – Tomada de Preços nº 004/2022 O Município de Presidente Juscelino/MG, comunica que fica prorrogado a data de abertura dos envelopes para o dia 13/04/2022 às 09:00 hs, devido a necessidade de retificações no edital. Edital e maiores informações com a Presidente da CPL pelo telefone (38) 3724-1239 ou e-mail: licitacao@presidentejuscelino.mg.gov.br.

PATRICIA LEILOEIRA faz saber que será levado a leilão os bens móveis (veículos, implementos e sucatas) e imóveis (lote urbano) inservíveis ao município de Estrela Dalva. Leilão 001/2022. Dispensa 634/2021. Dia 28/04/2022 às 09 horas no Centro Educacional e Social Celita do Carmo Abreu, Rua Inácio Garcia de Queiroz, s/n, Centro, Estela Dalva e no site www.patricialeiloeira.com.br. Os bens poderão ser visitados pelos interessados nos dias 18/04/2022 à 28/04/2022 – Segunda à sexta-feira. Iniciando o leilão encerra-se a visitação. De 08 às 11 e 13 às 16 hs no Centro Educacional e Social Celita do Carmo Abreu, Rua Inácio Garcia de Queiroz, s/n, Centro, Estela Dalva. Para o bem imóvel a visitação é livre visto que esta situado em área urbana de livre acesso. Realização: Patrícia Graciele de Andrade Sousa. Leiloeira Oficial. JUCEMG 945. Edital e inf. (31) 3243-1107.

HOSPITAL MUNICIPAL DR. GIL ALVES - BOCAIUVA/MG
PUBLICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O HOSPITAL MUNICIPAL DR. GIL ALVES, através de sua Pregoeira Oficial torna público o PL. 007/2022 – PP 005/2022. Obj.: REG. DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORN. DE TUBOS DE COLETA DE SANGUE, REAGENTES LABORATORIAIS, CONTROLES E CALIBRADORES COM COMODATO DE ANALISADORES DE: GASOMETRIA, BIOQUÍMICO, ÍONS, COAGULAÇÃO, POINT OFCARE TOTALMENTE AUTOMATIZADOS, E ANALISADOR QUÍMICO SEMI AUTOMÁTICO PARA URINA, APARELHOS NOVOS E COMPLETOS, INCLUINDO MANUTENÇÃO E TREINAMENTO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSP. MUN. DR. GIL ALVES DE BOCAIUVA-MG. Entr. Envel./Credenc.: Até às 09:30h. do dia 11/04/2022. Inform. pelo tel.: (38) 3251-6500/E-mail: licita.hga@gmail.com (Edital no Portal: bocaiuva.mg.gov.br ou via e-mail). Bianca Claudina Fernandes Peixoto- Pregoeira.

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA
DECISÃO DE SUSPENSÃO
Pregão Eletrônico nº. 064/2022
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de kit bolsa com enxoval para bebê, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde. A Pregoeira, em caráter excepcional, tendo em vista o pedido de esclarecimento/impugnação ao Edital Pregão Eletrônico nº 064/2022 e considerando a necessidade de analisá-lo, DECIDE SUSPENDER, sine die, a referida licitação. Deve-se dar amplo conhecimento dessa decisão mediante publicação de que a mesma foi SUSPensa, sine die e que, oportunamente será marcada nova data para Sessão Pública para recebimento de proposta. Uberlândia, 25 de março de 2022. Maria Barbosa Policarpo. Pregoeira

HOJE EM DIA

ANUNCIE AQUI
(31) 3253-2205

GRADUAÇÃO EAD

Novas Turmas

Faça já a sua matrícula!

Estude de onde e quando quiser!

Invista em você e saia na frente!

EAD

Ensino a Distância

Inscreva-se:

kennedy.br

faculdadepromove.br/bh

31 98445-1796

FACULDADES PROMOVE

FACULDADES KENNEDY

Google for Education

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador> e utilize o código 6B0C-D1A9-9B1A-27EF.